

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

35

Ano XV - Nº 35 - Fevereiro de 2005
ISSN 1517-1779



Educação e Cultura

Memória Docente:

Luiz Carlos Gonçalves Lucas



Homenagens:

Gerd Bornhein

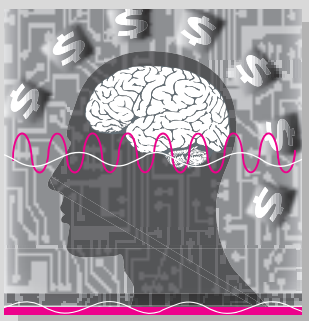
Pier Paolo Pasolini



Ciência & Tecnologia, Público & Privado?



SUMÁRIO



3 Editorial

Ciência & Tecnologia

9 Tecnologia e política
Gerd Bornhein

13 Universidade, produção científica e aderência social:
a indissociabilidade e a contra-reforma do ensino superior
José Henrique de Faria

35 Estado e terceiro setor: os (des)caminhos da nova parceria público
e privado na Educação
Jailson dos Santos

47 Reforma universitária e política de ciência e tecnologia
Fernando Miguel Pacheco Chaves

71 Choro ou luta?
Oswaldo Coggiola

Memória do Movimento Docente

74 Luiz Carlos Gonçalves Lucas
Entrevista: Luiz Carlos Gonçalves Lucas

Educação e Cultura

83 O financiamento da educação superior no governo Lula: uma loteria?
Nicholas Davies

97 Expansão de vagas na UNESP – da utopia à realidade
“a geografia da irresponsabilidade”
Milton Vieira do Prado Junior e Sueli Guadalupe de Lima Mendonça

107 Pasolini: Trinta anos, este ano!
Paulo B. C. Schettino

115 Economia política do comércio internacional de drogas
Oswaldo Coggiola

126 Resenha

Lideranças do Contestado: A formação e atuação das chefias caboclas
(1912-1916)

Tecnologia e política*

Gerd Bornhein

Professor da UFRJ (*in memoriam*)

Procuerei mostrar em outro lugar¹ que a luta a favor do meio ambiente, analisada sob um prisma filosófico, encontra o seu ponto de partida na distinção entre dois tipos de razão antagônicos. De um lado, encontramos a razão instrumental, elaborada no percurso Galileu-Descartes-Newton, e que constitui a base científica da futura revolução tecnológica, e de outro lado, a linha que começa em torno de Montaigne e se estende a Rousseau e Goethe², e faz a defesa de um pensamento não manipulador da natureza. Retomo agora essa distinção para tecer algumas considerações que se referem, principalmente, à situação atual do problema, ou seja, o seu deslocamento para as relações entre tecnologia e política.

Começo com algumas observações, que a rigor prendem-se mais ao nível da constatação. Em primeiro lugar, ressalte-se de que aqueles dois tipos de razão aparecem concomitantemente, numa coincidência que apresenta as características de um problema de grandeza maior. Desconheço a

existência de um trabalho que procure elucidar as implicações dessa concomitância. A única interpretação que não pode ser aceita, ainda que tacitamente presente nas Histórias da Filosofia, é a que relega a questão ao escrúpulo subjetivo dos filósofos, ou mesmo ao descompromisso da casualidade histórica. Contra isso, deve-se afirmar que o que está em causa é a própria natureza da razão; só o reconhecimento de que há uma história da razão permite esclarecer o porquê dessa cisão que se situa nas bases e no percurso da cultura moderna.

Em segundo lugar, parece que essa cisão, em sua origem, não apresenta as aporias de uma contraposição, o que não deixa de ser curioso. Pois tudo se passa como se as coisas acontecessem amparadas em algum tipo de necessidade. E assim de fato é: tudo se prende à realização do projeto burguês. Não é difícil perceber que a questão se deixa associar a outros fatores introduzidos na mesma época, como, por exemplo, à idéia de que o conhecimento é uma forma de

A luta a favor do meio ambiente, analisada sob um prisma filosófico, encontra o seu ponto de partida na distinção entre dois tipos de razão antagônicos.

poder, ou ainda a essa outra grande novidade, a acepção burguesa da propriedade privada. Nesta perspectiva de consideração, tudo giraria em torno dos modos de apropriação e de seus limites

Terceiro ponto. O conflito só se torna adulto no século XVIII, com Rousseau. É então que começa a delinear-se o tom defensivo que caracteriza toda a política a favor da defesa do meio ambiente desde então. Ou seja: o espetáculo da construção da história parece totalmente entregue às forças transformadoras da razão instrumental. E tais forças tendem a desrespeitar, como é notório, qualquer limite, qualquer forma de autocontrole. Elas são constituídas por um complexo de fatores que se estende do individualismo capitalista à suficiência por assim dizer fatalista das inovações tecnológicas. E é em face dessa verdadeira avalanche, cega aos limites entre transformação e depredação, que deve educar-se a consciência crítica; daí o seu caráter defensivo. Com outras palavras: a consciência crítica debate-se dentro de um paradoxo: ela se quer atuante, mas chega tarde demais, e essa talvez seja a condição de seu próprio vigor. Normalmente, o protesto se faz alicerçado na catástrofe. Nem é preciso lembrar, como exemplo, esse escândalo maior que é a situação da Floresta Amazônica.

Em último lugar o seguinte. A gravidade da situação permite entender a facilidade com que se instaura uma certa consciência maniqueísta, que joga as duas formas de razão uma contra a outra, e termina atolada em sua própria ingenuidade. Contra esse maniqueísmo faz-se necessário entender muito bem a importância e a necessidade da razão instrumental. Basta lembrar que sem a ciência e a tecnologia inviabiliza-se qualquer possibilidade de enfrentar os problemas mais cruciais da sociedade contemporânea. A questão toda está aqui: como pensar essa situação sem incidir na pretensão de uma novidade inócua?

Prossigamos retomando uma afirmação feita há pouco. Se a cultura burguesa, já a partir de seus inícios, desenvolve dois tipos de razão, e não obstante o fato de que essas duas razões terminam por se opor e entrar em conflito, talvez se possa avançar que deve existir uma forma de complementariedade entre ambas. Isso, mesmo na hipótese de se afastar qualquer vislumbre de síntese superadora. Pois em realidade, longe de qualquer indício e superação, o que se observa é o agravamento do conflito. Acontece que a complementariedade não é inconciliável com a idéia de conflito, ela é até mesmo a condição da própria possibilidade do conflito. Digamos então que todo o problema se concentra no modo como se verifica a complementariedade, ou no modo como se verifica o conflito.

Além disso, observe-se o fato de que o problema evolui, ele já se institui histórico, e passa por certos deslocamentos. Assim, a concomitância aparentemente exterior dos dois tipos de razão se arma no conflito, como foi dito, apenas no século XVIII. E o nosso século assiste a um novo deslocamento da questão, cujo significado sequer pode ser exagerado. Esse novo

deslocamento prende-se visceralmente à história da razão, mas, de certo modo, ele a deixa para trás, tornando aquela história uma questão até mesmo acadêmica. O novo deslocamento fez com que o conflito se transferisse para os domínios da tecnologia e da política. Tecnologia e política são os caminhos que a razão encontrou para dar plena expressão ao conflito que vinha se armando desde séculos. Digamos, então, que a razão se extroverte, se realiza, se objetiva, em termos de revolução tecnológica e de revolução política. E é dentro destas novas coordenadas que deve ser colocada hoje a questão da complementariedade. Uma breve análise permitirá mostrar como essa complementação se estrutura hoje com necessidade. O pressuposto da análise está na

Tecnologia e política são os caminhos que a razão encontrou para dar plena expressão ao conflito que vinha se armando desde séculos.

observação de que tecnologia e política são dotadas de uma dinamicidade que lhes empresta um caráter ambíguo, no sentido de que, a partir de um certo momento, elas se libertam do projeto humano inicial, no sentido de adquirirem certa autonomia.

A apreciação do estado da tecnologia contemporânea, considerada principalmente do ponto de vista de sua inserção social, leva a constatar com facilidade que ela é habitada por uma espécie de crise; crise que custou a manifestar-se, mas que a determina desde a sua raiz.

Saber é poder, antecipava Francis Bacon na aurora dos tempos modernos; hoje, sabemos as dimensões que pode assumir tal poder.

A análise de Heidegger sobre a questão da técnica revela-se aqui elucidadora³. Diz ele que já não se pode explicar a técnica atual da mesma forma que se explica a técnica tradicional. Esta última se deixa aclarar, segundo a maioria de seus intérpretes, a partir de parâmetros biológicos, como extensão do corpo humano, o que faz da técnica essencialmente um *instrumentum*. Os instrumentos

são construídos pelo homem e estão a seu dispor. O espaço em que eles se movem reduz-se à intimidade da dicotomia sujeito-objeto, de tal forma que o instrumento se faz dócil ao domínio manipulador do sujeito. O que caracteriza o instrumento tradicional é justamente esse estar totalmente subordinado ao sujeito.

Com a tecnologia atual as coisas se complicam, e a singeleza do esquema antigo já não funciona. Ou seja, tudo o que compõe a imensa máquina tecnológica, a partir de certo ponto de sua evolução, desprende-se da dicotomia sujeito-objeto e adquire certa autonomia; é como se a própria tecnologia passasse a comandar o seu destino e a sua necessidade. Por um lado, ela continua dócil ao comando humano, mas por outro, o seu agigantamento tende a tornar-se, como se costuma dizer, sempre mais incontrolável: já não há garantia definitiva contra a bomba. Daí, lembra o filósofo, o poder que adquire a técnica. Saber é poder, antecipava Francis Bacon na aurora dos tempos modernos; hoje, sabemos as dimensões que pode assumir tal poder. A técnica se torna até mesmo numinosa: ela pode salvar, mas representa também o perigo; ela é sem dúvida necessária para a salvação da Humanidade, mas esconde em seu bojo necessariamente o perigo da destruição. De certo modo, é ela que passa a dominar e a decidir, revelando nisso uma margem de irracionalidade surpreendente, que a aproxima do incontrolável.

Essa ambigüidade da tecnologia deve ser sublinhada porque mostra que sua inserção no



todo social se faz crítica; mas repare-se que essa ambigüidade não se acrescenta aos avanços técnicos como que de fora, ou de maneira secundária, como se isso representasse o simplesmente eliminável. Ao contrário disso, a situação se faz crítica a partir dos próprios pressupostos internos da ciência e da tecnologia. O problema se complica ainda mais porque, como acentua Heidegger, a técnica pertence à essência da ciência moderna, assim, o conhecimento transforma-se cada vez mais numa forma de dominação, de poder – uma dominação e um poder que se exercem também e sobretudo em relação ao próprio homem. Nesse sentido, cabe dizer que a “crise” da tecnologia habita a sua essência, isto é, ela quer ser julgada a partir de uma instância que lhe é interior. Com outras palavras: ela exige a suplementação política.

Mas se analisarmos a política, também aqui vamos topar com uma ambigüidade radical. Porque, de um lado, encontramos também nela a soberania da dicotomia sujeito-objeto, o político calcula a construção da cidade, e seu projeto obedece nos menores detalhes à possibilidade de sua execução. Mas, de outro lado, no momento em que o projeto começa ser executado, ela se insere necessariamente num processo social que, de certo modo, passa a orientá-lo, e ele se embrenha no amplo e plurifacetado espectro das condições que constituem o mundo social. Assim, o projeto de uma reforma ou de uma revolução propõe-se a um objetivo preciso, mas a sua realização efetiva incide até mesmo no imponderável total. Vale dizer que iniciado o processo de concretização prática, a soberania do cálculo, ao menos a partir de certo limite, se transmuta em impotência; e tudo se passa então como se a história seguisse os seus próprios caminhos. Daí o mundo da ambigüidade que cerca necessariamente qualquer resposta que se dê a uma pergunta, por

A “crise” da tecnologia habita a sua essência, isto é, ela quer ser julgada a partir de uma instância que lhe é interior. Com outras palavras: ela exige a suplementação política.


exemplo, como a seguinte: em que medida o projeto revolucionário de Marx é responsável pelas diversas formas de socialismo que se desenvolveram no mundo desde o século XIX? Ou ainda, outro exemplo: o que é feito em Brasília, enquanto projeto político? Existe necessariamente uma distância entre o projeto e o desdobramento das suas formas concretas dentro da totalidade social. Mas o importante é compreender que essa distância, que gera a ambigüidade, longe de desautorizar o projeto e a atividade

política, em verdade é aquilo que torna a atividade política legítima e necessária.

Assim, a ambigüidade presente na tecnologia e na política termina por entrecruzar-se – o que, certamente, não significa uma solução, mas sim, a abertura para o processo de responsabilidade do empenho político.

Notas

1. Reflexões sobre o meio ambiente: um caso político, in Revista Pau Brasil, DAEE, São Paulo, nº 6, ano I, 1985.
2. Penso aqui, em especial, na teoria goethiana das cores, oposta, com se sabe, ao matematismo newtoniano. Lembro que cientistas importantes de nosso tempo, como Louis de Broglie e Werner Heisenberg, escreveram sobre a teoria de Goethe, numa espécie de reconhecimento das limitações dos processos quantificadores.
3. Die Frage nach der Technik, in Vortraege und Auisaetze, Pfullingen, ed. Guenter Neske, 1954.

* Palestra proferida no III Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, na UFMT, em 1988 e publicada originalmente pelo IBAMA: *IBAMA. Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação/DDC, Divisão de Educação Ambiental – Seminários Universidade e Meio Ambiente. Documentos Básicos, Brasília, 1989*. Estamos republicando como uma homenagem ao Prof. Gerd Bornheim.. 



Universidade, produção científica e aderência social: a indissociabilidade e a contra-reforma do ensino superior

José Henrique de Faria

Professor titular da UFPR, economista, mestre (UFRGS) e doutor (FEA/USP) em administração, pós-Doutorado (ILIR/University of Michigan) em Labor Relations e Reitor da UFPR (1994-1998)

As universidades, não de hoje, enfrentam o paradoxo de, em sendo plurais em sua prática acadêmica¹, servir, ao mesmo tempo, à lógica do sócio-metabolismo do capital e à organização do trabalho, em seu sentido libertário. Este paradoxo é bastante visível não ape-

nas nas atividades de ensino, mas igualmente nas de extensão e de pesquisa. Nesta última, especialmente, o problema é acentuado quando se discute o financiamento da produção científica e tecnológica, em que as parcerias com o setor privado não possuem caráter isonômico,

já que apenas um dos componentes das relações de produção pode aportar recursos. Esta assimetria implica um processo de apropriação privada do conhecimento gerado, cujas consequências se refletem em um aprofundamento da extração de valor excedente em todos os setores produtivos. E é exatamente aqui que o princípio do pluralismo se coloca em toda sua plenitude, descaracterizando a indissociabilidade.

De fato, o processo de crise econômica em curso na sociedade contemporânea, marcado pela contradição entre as esferas de circulação das mercadorias e do capital, cujos efeitos no Brasil têm sido bastante explorados em artigos, debates, análises e seminários, acabou por trazer à tona uma outra discussão: o ainda baixo orçamento público destinado às Instituições Públicas de Ensino Superior e ao fomento da produção científica e tecnológica e o incremento da transferência de valor excedente, através dos tributos, para financiamento da dívida que, como se sabe, passou de cerca de 30% do PIB em janeiro de 1995 para cerca de 53% do PIB, em 2004. Por traz desta discussão aparentemente técnica, que envolve restrições orçamentárias, esconde-se também um equívoco na concepção de Universidade Pública, pois se abrem as portas para as parcerias com setores privados, legalizadas recentemente pela legislação das PPPs no desenvolvimento de infraestrutura, ao mesmo tempo em que se restringem não apenas os aportes de recursos para as pesquisas voltadas à área social, mas às atividades de ensino e de extensão, a partir das quais se pode igualmente produzir trabalhos científicos.

O que diferencia a instituição universitária de outras instituições é sua condição de produzir, organizar, sistematizar, disseminar e transmitir o conhecimento. Em outros termos, é sua condição de colocar em prática o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e

a extensão. Assim, no momento em que se discute a proposta de MEC de reforma do ensino superior, é fundamental que o conceito de Universidade², lastreado na indissociabilidade, seja a garantia de sua organização. Até o momento, este tema parece estar relegado ao ostracismo nos documentos oficiais, embora seja preceito constitucional. O que é, enfim, a indissociabilidade? Quais seus limites? O presente artigo pretende expor conceitualmente este tema como subsídio para a discussão de uma efetiva reforma, na qual o ser Universidade não decorra de uma concepção formal, técnica e administrativa, mas histórica e socialmente vinculada.

O que diferencia a instituição universitária de outras é sua condição de colocar em prática o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Desde logo, é necessário reconhecer que a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, preceito constitucional e princípio acadêmico, tem muito mais força no discurso do que na prática universitária. Se as universidades têm sido designadas como organizações voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, a própria prática acadêmica, no entanto, por motivos diversos, nem sempre tem alcançado tal articulação expressa em seus princípios, especialmente quando desconsidera que o ensino e a extensão universitária são, como a pesquisa, produtoras de conhecimento. A pesquisa, até mesmo pelas exigências dos organismos financiadores, da avaliação das atividades docentes ou dos programas de pós-graduação, tem seu lugar garantido junto às práticas científicas, seja diretamente, seja através de sua publicação, ainda que se tenha que reconhecer que algumas delas se vinculem diretamente às parcerias privadas, beneficiando diretamente a estas e a um reduzido número de pesquisadores. Já o ensino e a extensão, além das restrições ao seu financiamento, tem gerado pouca prática científica, e não por falta de metodologia que possa dar conta de sistematizar o conhecimento produzido em seus programas. O problema ganha

realce à medida que as atividades de ensino são tratadas como simples reprodução do conhecimento e as de extensão são tratadas apenas como assistência - como revelou o programa Universidade Solidária- ou como prestação de serviços em forma de cursos e consultorias.

O objetivo deste artigo, no momento em que o MEC propõe seu projeto de (Contra) Reforma do Ensino Superior, é o de defender a sempre referenciada e pouco praticada tese da indissociabilidade como princípio acadêmico da Universidade, entendendo esta como uma instituição que deve assegurar, em suas atividades, a aderência de seu fazer à transformação e ao desenvolvimento das relações sociais. Quando, no bojo da Contra-Reforma, se discute a produção científica e tecnológica, é oportuno questionar se a ciência, tal como se concebe em boa parte da Universidade, não se encontra apenas reduzida a experimentos em laboratórios ou confinada a gabinetes, descolada das atividades cotidianas que podem e devem intervir em sua construção. Não poderia, a produção científica, observadas as exigências teóricas, metodológicas e epistemológicas, ter também o ensino e a extensão como seus lugares constitutivos? Em que lugar da Contra-Reforma se encontra o tema da indissociabilidade?

1. Produção do conhecimento e aderência social: pressupostos

Do ponto de vista da produção do conhecimento e de sua aderência social, é preciso adotar uma concepção que não abdique dos fundamentos da ciência. De fato, o processo de elaboração teórica exige a observância dos rigores metodológicos. Neste sentido, entende-se, aqui, que a metodologia a ser adotada em uma investigação científica é dada não só pelas próprias condições do sujeito pesquisador,

como pela própria natureza do objeto de pesquisa, ou seja, não existe uma metodologia padrão que se aplicaria a qualquer objeto em quaisquer circunstâncias.

O objetivo deste artigo é o de defender a sempre referenciada e pouco praticada tese da indissociabilidade como princípio acadêmico da Universidade.

Para que o objeto elaborado ou apreendido possa se transformar em objeto teórico, em objeto construído segundo as regras da ciência, há um percurso que é necessário seguir e ao qual o sujeito deve submeter sua ação, seu fazer. Isto não significa, entretanto, a submissão do pensamento ao método, sob pena de reduzir a teoria a uma simples reprodução condicionada externamente. O método guia o sujeito em sua relação com o objeto, mas não pode lhe limitar os

movimentos. Deste modo, partindo de relações do sujeito com o objeto e do avanço proporcionado pela própria ciência no domínio conceitual, vai sendo possível elaborar abstrações cada vez mais sutis, as quais suscitarão a definição de categorias analíticas. Como já observara Marx (1946),

“o concreto é concreto já que constitui a síntese de numerosas determinações, ou seja, a unidade da diversidade. Para o pensamento constitui um processo de síntese e um resultado, não um ponto de partida. É para nós o ponto de partida da realidade e, portanto, da percepção e da representação. No primeiro caso, a concepção plena dissolve-se em noções abstratas. No segundo, as noções abstratas permitem reproduzir o concreto pela via do pensamento. (...) o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento a forma de se apropriar do concreto, ou seja, o modo de o reproduzir sob a forma de concreto pensado”.

Estas considerações iniciais indicam precisamente que a proposta teórico-metodológica capaz de relacionar a produção do conhecimento às relações sociais fundamenta-se em

uma condição em que tanto o pesquisador quanto o objeto pesquisado estão em movimento e, portanto, em uma condição em que ambos se constroem durante a trajetória da investigação. A percepção do sujeito pesquisador e sua condição de interpretação do real movem-se à medida que investiga; ao mesmo tempo, move-se o real, que não apenas fornece ao investigador novos elementos como revela a essência dialética dos seus elementos constitutivos: sujeito e objeto interagem dinâmica e contraditoriamente. A realidade, seja a histórica, seja a distante, independe do sujeito pesquisador específico, mas não é externa a ele. A realidade existe conscientemente para o sujeito pesquisador quando o mesmo interage com ela e esta interação se dá por um processo no qual o pesquisador percebe o real segundo um esquema de assimilação e acomodação que lhe é próprio, construído ao longo de seu desenvolvimento cognitivo e de suas relações sociais.

Ao mesmo tempo em que se dá esta percepção, desencadeia-se uma re-elaboração da leitura do real, pois quanto mais se aprofunda a interação dialética sujeito-objeto, mais este é dado a conhecer àquele, de forma que o sujeito pode cada vez mais dominar o objeto, mesmo sabendo que este domínio esteja indicando o quanto o objeto é ainda desconhecido para o sujeito. Deste modo, há um ponto em que o sujeito pesquisador entende ter alcançado os limites possíveis, objetivos e subjetivos, da sua investigação, operando um corte em suas dúvidas, corte sempre necessariamente arbitrário, embora justificado teórica e metodologicamente, e jamais definitivo.

Cabe aqui uma observação importante sobre a relação do sujeito com o real e com suas expressões. Tratando-se de investigação que também se debruça sobre o imaginário e sobre as ideologias, não há como deixar de observar

que, como já notara Marx e Engels em sua famosa crítica à ideologia alemã e Castoriadis em seu clássico estudo sobre a instituição imaginária da sociedade, a ideologia produz seu próprio esquema de interpretação, de dissimulação, de justificação, de divulgação e de renovação. Assim, para se conferir um sentido aceitável ao par ciência-ideologia, é necessário observar, com Ricoeur (1990:92-5), que:

a. “todo o saber objetivante” sobre a “posição na sociedade, numa classe social, numa tradição cultural, numa história, é precedido por uma relação de *pertença* que jamais poderemos refletir inteiramente”;

b. se o “*saber objetivante* é sempre segundo relativamente à relação de *pertença*, não obstante pode constituir-se numa *relativa autonomia*”, pois o “momento crítico que o constitui é fundamentalmente possível, em virtude do fator de *distanciamento* que pertence à relação de historicidade”;

c. a crítica das ideologias, fundadas por interesses específicos, “-jamais rompe com seus vínculos com o fundo de *pertença* que a funda. Esquecer esse vínculo inicial é cair na ilusão de uma teoria crítica elevada ao nível do saber absoluto”;

d. se o saber pode se distanciar da ideologia, esta é sempre um código de interpretação, pois não existem “intelectuais sem amarras e sem ponto de apoio”.

Nada é mais necessário, atualmente, que a renúncia à arrogância para que se possa empreender o trabalho incessantemente retomado do distanciamento e do assumir a condição histórica. Cabe, portanto, ao sujeito pesquisador compreender que o distanciamento possível de sua vinculação ideológica jamais irá lhe conferir neutralidade axiológica e que o saber que se pode produzir carrega consigo os vínculos iniciais.

Por fim, é necessário observar, também, que o teor específico sobre o qual se encontra fun-

Nada é mais necessário, atualmente, que a renúncia à arrogância para que se possa empreender o trabalho incessantemente retomado do distanciamento e do assumir a condição histórica.

damentada a produção científica com aderência social, ou seja, o objeto de análise, é a sociedade, em suas múltiplas interações e em suas formas recentes de estruturação no mundo contemporâneo. Desta maneira, não se pode conceber que somente a pesquisa seja capaz de fundar a apropriação do saber, mas a atitude científica com o real, seja ela decorrente da pesquisa, seja decorrente das atividades de extensão e de ensino.

Estas observações são importantes na medida que na proposta de reforma do ensino superior elaborada pelo MEC não há qualquer menção conceitual acerca da função social da Universidade no que se refere à sua condição de produção, organização, disseminação e divulgação do conhecimento. Trata-se a instituição Universidade como se esta fosse apenas um status que se pode formalmente conferir a uma organização de ensino que cumprir determinados requisitos tecnocráticos. Se a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão constitui-se em preceito constitucional e em princípio acadêmico, é necessário não apenas explicitar sua existência como requisito, mas indicar a concepção que a sustenta.

2. Universidade, aderência social e indissociabilidade

De fato, o papel social de uma Universidade é de produzir conhecimento novo em todas as áreas do saber, de organizar e sistematizar o conhecimento produzido por outras organizações e aquele acumulado pela cultura, e o de disseminar, através da transmissão e da divulgação, o conjunto desses conhecimentos em benefício dos amplos setores da sociedade. Ditto em outras palavras, o compromisso institucional de uma Universidade é produzir, organizar e disseminar conhecimentos científicos, artísticos, culturais e tecnológicos, promotores

da cidadania, dos valores democráticos e da justiça social, visando ao desenvolvimento e à transformação da sociedade.

Este conceito não é uma formulação vazia de conteúdo. Trata-se de uma concepção claramente comprometida com uma função social relevante e necessária e que traduz efetivamente o cerne da atividade acadêmica. Assim, quando se discute, novamente, a função da Universidade na produção social do saber, é preciso desvendar o que se esconde nas propostas de Contra-Reforma e de seu corolário constante das parcerias no desenvolvimento científico. A Universidade deve produzir conhecimentos científico, tecnológico, artístico e cultural; atuar na preservação e no desenvolvimento do meio ambiente do mesmo modo como tem uma fundamental presença na área do atendimento à saúde; tratar de problemas sociais, da política, da antropologia, da literatura, da filosofia e da pedagogia, do mesmo modo como tem que responder a formulações das engenharias, das tecnologias, das ciências exatas, agrárias e da terra; interessar-se pelo direito com a mesma intensidade com que o faz pela biologia; atuar na área das ciências sociais aplicadas com o mesmo vigor com que deve interessar-se pela história, pelas letras e pela lingüística. Sendo uma organização que trabalha com o saber interdisciplinar, a verdadeira discussão sobre a Universidade e sua produção científica não cabe em uma divagação sobre as diferenças presentes em sua estrutura administrativa, sendo mais importante discutir seu papel social, do que seu lugar formal na sociedade, submetido a questões financeiras, a acordos internacionais e à sua subordinação política aos ditames imperiais.

No caso das Universidades Públicas, o problema das restrições orçamentárias tem, sem dúvida, conseqüências perversas não somente

Trata-se a instituição Universidade como se esta fosse apenas um status que se pode formalmente conferir a uma organização de ensino que cumprir determinados requisitos tecnocráticos.

sobre seu funcionamento, mas sobre sua função social, cujos efeitos mais danosos são percebidos ao longo dos anos, enquanto resultado dos prejuízos às tarefas acadêmicas. Diminuem, em termos reais, os investimentos diretos ao ensino superior público, em custeio e em capital; na prática desaparecem os já insignificantes investimentos nas atividades de ensino e de extensão; reduzem-se significativamente os investimentos em Ciência e Tecnologia. Tudo isto em um momento em que se exige mais das Universidades Públicas. Eis, aqui, o convite para a permissividade, abrigado no surrado discurso segundo o

Trata-se de inventar mecanismos paliativos de disfarce para a inclusão dos historicamente excluídos, deixando à margem as ações políticas sobre as causas reais da exclusão.

qual, uma vez constatada a fraude política da ausência de compromisso com a educação, em seu sentido amplo, por parte do Poder Público, cabe fazer alguma coisa, mesmo que seja qualquer coisa: se o Poder Público não aporta recursos, trata-se de obtê-lo junto ao Setor Privado, ainda que isto signifique abrir mão do princípio da liberdade acadêmica em favor de uma relação de subordinação dos interesses sociais aos interesses particulares; se o Poder Público não assume suas responsabilidades com a formação de seus cidadãos com justiça e isonomia, trata-se de inventar mecanismos paliativos de disfarce para a inclusão dos historicamente excluídos, deixando à margem as ações políticas sobre as causas reais da exclusão.

É essencial que o Congresso Nacional e o Governo Federal definam a política de desenvolvimento e não apenas ajustes orçamentários; que sejam capazes de tornar pública a discussão das prioridades sociais e o projeto de País que se deseja construir e não que somente se submetam à lógica dos mercados financeiros e políticos centrais. A Universidade, parte importante deste processo de desenvolvimento, deve ser inserida ativamente nas transformações sociais a partir de seu papel, não podendo ser tratada como mero centro de custo, como janela na estrutura administrativa federal ou

como uma forma de organização prestadora de serviços.

É necessário reconhecer, por outro lado, que as restrições ou as vantagens de que se fala não se encontram expressas somente no ambiente institucional das universidades. Existem fatores internos que se constituem em obstáculos e em potencialidades, que necessitam ser enfrentados ou estimulados. Sem dúvida, algumas fragilidades atávicas internas de que a Universidade padece acabam por acentuar os obstáculos expressos na política educacional, a qual, ao invés de agir para a superação das

dificuldades, trata-as como se fossem congêntas e insuperáveis. O resultado desta ausência de responsabilidade ou deste desconhecimento, constitui um dos problemas fundamentais para fortalecer a função de produção científica e tecnológica e de seu papel social, cujas consequências mais evidentes são:

- a. concepção messiânica e/ou usurpadora da relação social;
- b. cisões entre teoria e prática, entre produção e disseminação do saber;
- c. fragmentação curricular ou currículos não integrados e não interdisciplinares;
- d. formação que não privilegia o profissional cidadão, o sujeito epistêmico, crítico e transformador da realidade;
- e. administração que se impõe política e tecnicamente, não se subordinando às questões acadêmicas;
- f. ausência de um processo de planejamento que promova a integração horizontal e vertical;
- g. ausência de mecanismos mais rigorosos de avaliação institucional.

Tais elementos, contudo, são contrapostos por outros, que são potencialmente viabilizadores da inserção consciente da Universidade nas relações sociais:

- a. parceria efetiva com os amplos setores públicos da sociedade, em que o parceiro se

põe desde o planejamento até a avaliação;

b. projetos de articulação que resultam em transformações tanto no ensino quanto na sociedade, podendo ser promotores de conhecimentos novos;

c. massa crítica instalada nas diversas áreas do conhecimento;

d. sistematização, organização e divulgação permanente do conhecimento produzido na relação com a sociedade;

e. investimento na qualificação e no desenvolvimento dos quadros docente e técnico-administrativo;

f. apoio aos estudantes através de ações institucionais, como programa de bolsas, assistência à saúde, moradia, alimentação;

g. infra-estrutura física (laboratórios, equipamentos, bibliotecas, etc.);

h. valorização do potencial e das estruturas intrinsecamente democráticas.

Estas questões exigem que se defina uma posição ao mesmo tempo crítica e de defesa da Universidade. Crítica, porque é preciso sempre estar atento às ações de grupos da comunidade interna que não se vinculam às suas funções institucionais, com atitudes, práticas políticas, acadêmicas e administrativas nas quais não se observam os princípios da Universidade. De defesa, porque a Universidade, por sua comunidade consciente, resiste ao dismantelamento orquestrado nas políticas públicas da Contra-Reforma e à sujeição ao império econômico e tecnocrático. Um olhar, ainda que desatento, a esta realidade, não pode deixar de gerar indagações. De fato, em um País em que as tradições feudais de poder que suportam o elitismo e financiam o distanciamento entre as pessoas estão a impregnar os espaços e os sujeitos políticos; em que os valores atinentes ao conservadorismo e a resignação alimentam a concepção social; em que relações e condições materiais de produção mani-

festam-se injetadas de desprezo e insensibilidade quanto ao destino dos oprimidos; em que os princípios de respeito às diferenças democráticas são substituídos por dogmas de toda ordem e por infiltrações autoritárias na sociedade organizada, cabe perguntar: qual é o significado da produção científica na Universidade?

Em um País em que a prioridade na aplicação dos recursos públicos não guarda obrigação com os mais elementares direitos da condição humana; em que empregos e salários podem ser sacrificados para que não se percam os esquemas de favorecimento a blocos econômicos dominantes; em que as novas formas de imperialismo, renovadas com o verniz da globalização, podem encontrar amparo em uma consentida sujeição entendida como inexorável; em que articulações e manobras subterrâneas, repousadas na negligência quanto ao sofrimento humano, não provocam contundente indignação, cabe questionar: qual o significado da produção científica na Universidade?

Por certo uma Universidade deve, mais do que ciência, também produzir tecnologia, arte e cultura. Mas, que ciência? Que tecnologia? Que arte? Que cultura? Aquelas que respondem à lógica do pensamento hegemônico dominante? Que reproduzem a opressão? Que idolatram deuses do mercado e procriam o fetiche das mercadorias? É oportuno pensar nesta insistente investida tal qual sugerem os versos de Eluard: “Eles não eram mais que poucos; de repente, foram multidão”. Esta nova composição está se tornando cada vez mais abrangente, de forma que, de um lado, grupos que outrora foram enfraquecidos na luta pela Universidade Pública de qualidade, autônoma, democrática e gratuita, renascem das cinzas conduzidos por projetos políticos mais do que por projetos acadêmicos e, de outro lado (ou do mesmo!), grupos conhecidos por sua defesa do ensino público sonham a prática da democra-

A Universidade, por sua comunidade consciente, resiste ao dismantelamento orquestrado nas políticas públicas da Contra-Reforma e à sujeição ao império econômico e tecnocrático.

cia e se permitem mancomunar com a nova política. Do ponto de vista da Contra-Reforma, a questão da vinculação entre a produção científica e a aderência social da Universidade Pública é bem mais complexa do que possa parecer.

Porém, tanto mais complexas as situações, tanto mais é necessário saber situar-se no interior delas. É e deve ser a Universidade o lugar autônomo e independente da produção do conhecimento. É nela que ainda se pode depositar a esperança viva de elaboração de uma teoria que permita definir as condições de realização, com êxito, de uma inevitável e urgente luta política. É na Universidade que ainda se pode fazer um enfrentamento sem tréguas à tradição nefasta aos que se submetem, aos preconceitos que se sucedem e se renovam, à desqualificação que põe em dúvida a competência, à marginalização que discrimina, à pobreza que fere, às doenças que aniquilam. E se, apesar disto, tomada desta responsabilidade cidadã, ainda assim não tem a Universidade cumprido totalmente com as funções que dela se espera, é ainda nela que se pode, cotidianamente, sem medo ou vergonha, com força e honestidade, recomeçar. Para tanto, embora antiga, a discussão a respeito da indissociabilidade é ainda oportuna.

Grupos que outrora foram enfraquecidos na luta pela Universidade Pública de qualidade, autônoma, democrática e gratuita, renascem das cinzas conduzidos por projetos políticos mais do que por projetos acadêmicos

3. Extensão universitária e produção científica: uma relação pouco valorizada

O papel da extensão universitária no conjunto das atividades acadêmicas não resulta de uma concepção recente. Ao final dos anos 60, firmou-se o conceito de que a Universidade estava apoiada no tripé ensino-pesquisa-extensão, ainda que a exata compreensão de uma necessária indissociabilidade não estivesse adequadamente definida. Mesmo atualmente, quando os debates sobre o tema já avançaram, ainda resta uma prática importante em curso

nas universidades que não estabelece uma vinculação entre estas atividades. A relação entre o ensino e a pesquisa ganhou contornos mais claros, especialmente quando o processo de globalização da economia tomou corpo na sociedade, projetando um novo sistema mundial no marco do atual estágio do desenvolvimento capitalista. A globalização da economia, sem dúvida, coloca às nações a necessidade de controle e de propriedade do saber científico e tecnológico, já que este domínio é decisivo para sua inserção nos atuais patamares de competitividade e produtividade ditados pelo novo sistema mundial. Estabelece-se, nesta perspectiva de mudanças no processo de trabalho ditadas pela introdução de novas tecnologias de base microeletrônica (FARIA, 1992; 2004), de novos materiais e da biotecnologia,

uma rearticulação entre a produção econômica e o conhecimento científico, no qual as universidades assumem papel importante. Se, no entanto, a pesquisa passa a ser valorizada em sua relação com o ensino, a extensão não foi ainda plenamente descoberta, especialmente no que se refere ao enfrentamento das contradições que estão sendo ampliadas e geradas pelo processo de globalização.

Convém, neste sentido, colocar à reflexão o valor da extensão para a universidade brasileira nos dias de hoje, especialmente no sentido de localizar esta prática em um cenário no qual se constrói uma sociedade globalizada e excludente dos direitos sociais mais elementares. A extensão, conforme se pode observar em suas práticas, pode ser classificada em:

a. messiânica/assistencialista: refere-se a projetos que possuem como objetivo levar o conhecimento produzido na academia para a sociedade, independentemente de seu relacionamento com a mesma. Aqui aparece com objetividade a concepção segundo a qual existe um muro imaginário a separar a Universidade

Pública da sociedade, sendo que na academia encontra-se o saber e na sociedade a ignorância, que necessita ser tratada. Compreendem, geralmente, atividades mecânicas, despidas de reflexão;

b. usurpadora: refere-se a projetos nos quais o objetivo é utilizar a sociedade como objeto de estudo, retirando dela o saber existente e apropriando-se do mesmo de maneira excludente. Aqui se firma a crença de que a Universidade é o lugar do saber intelectualizado e inacessível e que a sociedade é apenas objeto da investigação, dissociada da produção do conhecimento;

c. interativa: refere-se a projetos cujos objetivos remetem a uma permanente interação entre a Universidade Pública e a Sociedade, sem muros ou barreiras, em que ambas as instâncias se associam na produção do saber e em sua avaliação, em que ambas estão presentes na ação da produção desde o princípio, cabendo à academia organizar, sistematizar e divulgar o saber conjuntamente produzido.

Com este último sentido, pode-se dizer que extensão é uma atividade acadêmica que articula a produção e a transmissão do conhecimento. Tratá-la como uma ação messiânica, na qual os detentores do conhecimento, do alto de seu saber universitário, deslocam-se para a comunidade, carente deste saber, para ofertá-lo como dádiva, é tão equivocado quanto tratá-la como uma ação usurpadora, na qual a academia desloca-se para os lugares do concreto para tomá-lo e transformá-lo em conhecimento de domínio exclusivo. Como a extensão também se materializa em cursos à comunidade, quando desencadeia uma simbiose entre detentores e demandantes de um determinado saber, a mesma poderá ter um caráter messiânico ou vir a tratar-se de troca de conhecimento, de sua socialização.

Quando assume posturas assistencialistas, a extensão não intervém efetivamente nas relações sociais e de produção da vida material. Deslocar estudantes e professores para localidades penalizadas pelas formas de estruturação



do processo de desenvolvimento para que tenham um “choque de realidade” e, assim, possam ter clareza sobre as mazelas do País, não pode ser caracterizado como atividade de extensão. A produção do conhecimento e sua

transmissão para uma efetiva intervenção no processo de transformação social não se opera com esta lógica. Ao contrário, cria-se uma expectativa para a comunidade visitada de que algo seja realizado de fora, o que acontecerá por um período relativamente curto, sem que internamente nada se transforme. A comunidade visitada, ao invés de desenvolver meios de resistência e de produção da vida material, que é tarefa da verdadeira extensão universitária promover, sente-se abandonada, pois passa a ser detentora apenas de alguns conhecimentos que não lhe garantem um salto de qualidade no seu desenvolvimento.

A extensão universitária opera no interior do processo de educação, em seu sentido mais amplo. Deste modo, se não articular o saber existente na sociedade com o saber sistematizado na academia, para que, daí, resultem reflexões críticas e avanços teóricos, a extensão estará rompendo com a própria concepção da tarefa educacional. Como lembrava, a propósito, Paulo Freire (1977:26) “educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais”.

Para entender esta operação assistencialista-messiânica, que não desenvolve uma equação acadêmica já que não articula a produção e a transmissão do conhecimento, é fundamental compreender quais devem ser os princípios e os compromissos das universidades e como se pode percebê-las em sua contemporaneidade.

Uma Universidade, qualquer que seja o seu tempo e quaisquer que sejam as condições sociais, econômicas, culturais e tecnológicas em que subsista, deve seguir princípios que

venham a se constituir na unidade de sua ação acadêmica. Cinco são os princípios considerados fundamentais de uma instituição universitária: o da indissociabilidade entre a produção e a transmissão do conhecimento; o da autonomia plena com relação aos seus órgãos mantenedores; o da qualidade acadêmica; o da manutenção e da ampliação das formas democráticas de ação; o do atendimento das necessidades da sociedade por meio da defesa da pluralidade do conhecimento e da cidadania.

O que efetivamente caracteriza uma Universidade, distinguindo-a de institutos de pesquisa e de assistência social, é a condição de ao mesmo tempo produzir conhecimento, sistematizá-lo e transmiti-lo.

O que efetivamente caracteriza uma Universidade, distinguindo-a de institutos de pesquisa e de assistência social, é a condição de ao mesmo tempo produzir conhecimento, sistematizá-lo e transmiti-lo. Uma instituição de ensino que não produz conhecimentos novos apenas os reproduzirá, transmitindo um saber do qual se apropriou sem esforço e que não pertence necessariamente ao seu contexto. É

óbvio que nenhuma instituição universitária logrará produzir todo o conhecimento que transmite, mas é sua função original tanto incorporar os novos conhecimentos quanto avançar nas fronteiras da ciência e da tecnologia, gerando e difundindo o saber acumulado sem nunca perder de vista a realidade em que está inserida.

O compromisso de uma Universidade com a sociedade é, assim, de maneira crítica e democrática, o de estar inserida em um projeto de transformação social capaz de abrir caminhos e alternativas para o seu desenvolvimento, voltada à cidadania e à justiça social. A garantia da qualidade acadêmica, no entanto, não está assegurada apenas com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É imprescindível que a Universidade seja plenamente autônoma, para que os processos de produção e de transmissão do conhecimento sejam livres, não se subordinando a qualquer tipo de intervenção econômica, política, religiosa ou cultural, pois

é justamente a natureza plural do saber que as torna capazes de romper fronteiras e dogmas. Tomar políticas de governo, sem análise crítica, como referência de política universitária, é o primeiro passo da subordinação e do comprometimento da liberdade acadêmica.

Autonomia não significa soberania, não supõe ausência de avaliação institucional e tampouco de responsabilidade social, mas uma necessária independência para a crítica teórica, política, social, artística, cultural e tecnológica. Para tanto, é fundamental que a Universidade possa exercitar cotidianamente os pressupostos democráticos universais, os quais respeitam as diferenças e as explicitam no terreno fértil dos debates.

Estes princípios e compromissos não se restringem a uma temporalidade definida. Não se trata de exigências regionais ou de um conceito apropriado a certos tipos de universidade. Deste modo, não há como pensar as atividades de extensão fora deste âmbito, pois estes são valores comuns a todas as instituições universitárias. Assim, a questão sobre qual o valor da extensão para a universidade brasileira hoje, deve considerar, de saída, o que de fato é uma instituição universitária e como garantir estes pressupostos diante do processo de globalização em curso.

O avanço do processo de globalização, que importa no rompimento das barreiras à circulação do capital e dos produtos e serviços por ele gerados, vem ocorrendo no âmbito da criação de blocos industriais e de serviços e de mercados, cujos suportes são a incorporação de novas tecnologias de base microeletrônica, de novos materiais e da biotecnologia no processo de produção. Tais incorporações acabam por estabelecer novos padrões de competitividade e lucratividade na esfera dos complexos industriais e de serviços no mundo, o que significa dizer que se o mesmo, além de gerar direta-

mente um desemprego aberto com as redefinições dos postos de trabalho, tem provocado um realojamento de ocupações e não tem incorporado ao mundo do trabalho os novos contingentes de trabalhadores, o que amplia o já preocupante exército industrial de reserva (FARIA, 2004).

A Universidade precisa, para cumprir com seus compromissos com a comunidade, estar atenta ao movimento em curso, pois o mesmo determina um novo desenho social em um cenário de dificuldades, agravado pelo que a Unesco (1995) aponta como sendo as tendências principais comuns aos sistemas de educação superior em todo o mundo: as expansões quantitativas, acompanhadas de desigualdade de acesso; a diversificação dos programas, estruturas institucionais e formas de estudo; as restrições financeiras. As respostas da educação superior, segundo a Unesco, devem considerar três pontos:

a. a pertinência, que significa o papel que desempenha a educação superior e o lugar que ocupa na sociedade, abarcando tanto seus compromissos, funções programas, desempenho acadêmico e financiamento, quanto a liberdade de cátedra, a autonomia institucional e os princípios que devem embasar todos os esforços;

b. a qualidade, definida como um conceito multidimensional;

c. a internacionalização, característica inerente ao sistema que se expandiu consideravelmente na última metade deste século.

O processo de globalização expõe, de forma contundente, as contradições do desenvolvimento capitalista, deixando à mostra de forma exacerbada a exclusão social e a marginalização de que são vítimas as populações que não têm acesso ao mercado de trabalho e de produção. Ao mesmo tempo, as restrições quanto ao financiamento das universidades, especialmente

Tomar políticas de governo, sem análise crítica, como referência de política universitária, é o primeiro passo da subordinação e do comprometimento da liberdade acadêmica.

as de caráter público, impõe uma retração nas atividades acadêmicas. Este quadro não pode ser desconsiderado quando se pensa o papel da extensão na produção do conhecimento. Isto não significa que o terreno da extensão é o mundo da miséria social, mas que o terreno do conhecimento sobre o qual a extensão opera, epistemologicamente considerado, é o mundo das contradições.

A contemporaneidade da universidade significa sua capacidade de fazer a correta leitura da dinâmica da sociedade e de participar ativamente da mesma, de forma ágil e eficaz. Não cabe à Universidade o papel contemplativo, que remete à omissão, e tampouco o de observadora, por mais privilegiada que seja, da realidade, pois produzir e transmitir conhecimento implica em intervir no processo de desenvolvimento da sociedade. A extensão é produtora de conhecimento novo, atividade que não pertence exclusivamente à pesquisa, mas para fazê-lo é necessário tomar a realidade, ao mesmo tempo, tanto como lugar de geração e de constituição do conhecimento, quanto de sua renovação permanente.

O valor da extensão universitária está justamente nesta condição de defrontar-se com a realidade em movimento e, neste sentido, em apreendê-la como processo. A realidade não é composta de ‘flashes’ ocasionais sobre os quais cumpre debruçar-se, pois é o resultado de um processo histórico que a constitui e que estabelece condições passíveis de transformação. A mediação necessária entre o pólo epistemológico e o pólo teórico coloca, desde logo, o plano epistêmico como condição da teoria, pois é o campo do conhecimento científico que atingiu determinado grau de objetividade. Mas a extensão trabalha, ao produzir conhecimento, também nos campos da demanda social, axiológico e doxológico, este último, como mostra Bruyne et alii (1977. p. 33), “o campo do saber não siste-

matizado, da linguagem e das evidências da prática cotidiana, de onde a prática científica deve precisamente esforçar-se para arrancar suas problemáticas específicas”. O valor da extensão, portanto, é o de estar atento às formas pelas quais o mundo se constrói e se reconstrói, às maneiras de sua estruturação e re-estruturação; é o de apreender a realidade para além das manifestações externas localizadas em uma específica dimensão temporal, vazia de sentido e deslocada da sua história; é o de recusar tomar o concreto imediato não como resultado do movimento, mas como se este fosse o próprio movimento. A extensão, em sua dimensão constitutiva, trabalha com o conhecimento e este, como salienta Paulo Freire (1992:27-8)

“exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o ‘como’ de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente como sujeito, que o homem pode realmente conhecer. Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo (...). Pelo contrário, aquele que é ‘enchido’ por outros conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende”.

Há, insistentemente, uma tentativa de instituir a convicção de que é preciso parar de estabelecer discussões políticas para a comunida-

A contemporaneidade da universidade significa sua capacidade de fazer a correta leitura da dinâmica da sociedade e de participar ativamente da mesma, de forma ágil e eficaz.

de acadêmica poder enfrentar a dura realidade da miséria social do País. É possível discutir política sem realidade? É possível discutir realidade sem que, ao fazê-lo, se estabeleça uma atitude política? O que é mesmo que a extensão universitária deve ser e fazer no âmbito da efetiva ação acadêmica? Estas perguntas referem-se a uma mesma questão, qual seja: é possível fazer extensão, enquanto prática acadêmica que vincula a produção à transmissão do conhecimento, sem que isto seja uma definição precisa de política acadêmica voltada à contemporaneidade da instituição universitária inserida nas relações sociais e de produção que a constituem ?

Política sem realidade é realidade sem política. Apenas no nível metafísico se pode imaginar que o plano das idéias se constitua independentemente do concreto. O valor da extensão para a universidade brasileira, hoje ou em qualquer tempo, será o da produção e da transmissão do conhecimento, razão pela qual a definição de como operá-la não será imune a conseqüências e tampouco se revestirá de neutralidade. Ao fazer a opção por uma extensão tal como aqui definida, a Universidade também define sua prática acadêmica e, neste sentido, sempre convém fazer uma reflexão sobre o que representa estar verdadeiramente vinculado à realidade, ao invés de estagiar nela por alguns dias como se isto já fosse suficiente para apreendê-la; o que representa a relação que se estabelece com a sociedade, que deseja obter sua autonomia e não, ao contrário, perder a esperança em esquemas de dependência que a subordine; o que significa para professores, técnicos e estudantes os contactos permanentes com a realidade, que lhes forma a têmpera, mas que sobretudo lhes permite a relação entre o concreto e a formulação teórica e lhes desenvolve o pleno sentido da cidadania.

Fazer extensão é escolher esta condição diferenciada de produzir conhecimento, de fazer

ensino não formal restrito às salas de aula, de atualizar estruturas curriculares de forma permanente, de integrar graus e níveis de ensino, de renovar constantemente a função social da Universidade. Neste sentido, o valor maior da extensão é o de ser capaz de provocar esta intollerabilidade com relação à realidade social e de poder transformá-la em ação consciente do desenvolvimento e da política acadêmica.

O valor da extensão para a universidade brasileira, hoje ou em qualquer tempo, será o da produção e da transmissão do conhecimento.

4. Pesquisa e produção científica: paradoxos e limites da aderência social

Existe uma concepção, que embora equivocada não é tão incommum quanto se pensa, segundo a qual a “verdadeira” ciência seria aquela praticada em “laboratórios”, de maneira que as ciências humanas e sociais não preencheriam tal requisito. Este equívoco decorre de uma leitura epistemológica reducionista que considera a pesquisa apenas em sua versão empirista ou positivista, de inspiração cartesiana, na qual se enfatizam testes, repetição de experimentos e relações causa-efeito. Por conta desta concepção, alguns cientistas sociais buscam, igualmente, desenvolver modelos mensuráveis da realidade capazes de conferir uma neutralidade axiológica em suas investigações. Desta forma, todo tipo de pesquisa que não siga estes cânones seria considerada ou não confiável ou, simplesmente, não científica. É necessário, neste sentido, defender a tese de que é necessário deixar o objeto de pesquisa falar, para definir a metodologia adequada à sua apreensão, sob pena de se impor ao objeto o modelo de sua interpretação.

Qualquer investigação científica possui quatro limites não excludentes:

a. o sujeito pesquisador: refere-se à falta de sensibilidade ou de condições internas do sujeito em sua relação com o objeto investigado, de maneira que o sujeito nem sempre percebe o que o objeto fala. A experiência pode confe-

rir melhores condições de análise, maior capacidade de leitura do real e de estabelecimento de relações, mas não existe uma correlação exata entre experiência e percepção. Todos os sujeitos pesquisadores, em diferentes graus, possuem este limite, que é próprio da condição humana;

b. a realidade investigada: refere-se ao fato de que a realidade não se revela totalmente ao pesquisador. Marx já observava que se a aparência dos fenômenos fosse igual à sua essência, não haveria ciência. As inúmeras relações que constituem o real não são visíveis todo o tempo, de forma que por mais profunda e exaustiva que seja uma análise, ainda assim existirão elementos que a constituem que não são percebidos. Tal limite pode ser acentuado ou reduzido pela superação dos demais limites referidos;

c. a base teórica e metodológica: refere-se às restrições do acúmulo teórico disponível e das metodologias para a apreensão do real. Toda a teoria é uma redução da realidade investigada ao plano abstrato, ao processo de pensamento. Como sugeria Spinoza, o conceito do cão não é o cão, ou seja, a realidade não pode ser inteiramente transposta para o plano do pensamento, de modo que a teoria é mesmo uma redução interpretada do real. Para favorecer teorias e metodologias que mais se aproximem da realidade investigada é que se sugere que o objeto da investigação possa falar e não simplesmente ser falado;

d. o instrumental: refere-se à interposição entre o sujeito pesquisador e o objeto investigado, particularmente aos instrumentos que permitem ao pesquisador observar o que naturalmente não conseguiria (telescópio, microscópio, aparelhos de medição, simuladores, etc.). O desenvolvimento tecnológico tem facilitado de forma extraordinária a pesquisa que depende de instrumentos, mas ainda não consegue dar conta de todas as necessidades. En-

quanto, por exemplo, a modelagem matemática sugere a existência de outros sistemas solares semelhantes ao nosso, o mais avançado telescópio disponível apenas recentemente identificou um único caso.

Não obstante estes limites, a pesquisa continua sendo a mais importante forma de produção do conhecimento científico, já que sua natureza é investigatória. Além disto, a pesquisa, ao contrário das atividades de extensão e de ensino, tem obtido apoio institucional na produção da ciência e no desenvolvimento tecnológico. Bolsas, políticas de financiamento, parcerias, projetos internacionais, redes, associações e institutos são comuns neste campo. As agências financiadoras de pesquisa (CAPES, CNPq, FINEP, FAPESP e outras de caráter regional), se não impedem que o pesquisador desenvolva atividades de extensão como suporte para a produção científica e tecnológica, ainda não possuem programas de incentivo para o desenvolvimento conjunto das mesmas⁴. Não se pode negar o papel importantíssimo que tais agências tiveram e ainda têm (apesar das restrições orçamentárias) para a pesquisa no Brasil, mas pode-se questionar o fato de em sendo a indissociabilidade preceito

constitucional, não terem direcionado parte substantiva de suas políticas de financiamento com este objetivo.

Ao mesmo tempo, é necessário que a comunidade acadêmica assuma suas responsabilidades neste processo, pois não se tem, na história da Universidade, movimento de organização da produção acadêmica voltada para a garantia da indissociabilidade com a mesma força e empenho utilizadas, por exemplo, na constituição da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência. É tão legítimo que os pesquisadores se associem quanto seria constituir uma associação com os propósitos de inserção social da Universidade em seu contexto sócio-histórico.

As atividades de pesquisa, tomando por

A pesquisa continua sendo a mais importante forma de produção do conhecimento científico, já que sua natureza é investigatória.

base suas práticas, podem igualmente ser classificadas, segundo sua motivação inicial, genericamente, em três níveis:

a. socialmente vinculadas: referem-se às atividades cujos resultados destinam-se à transformação e ao desenvolvimento social;

b. corporativamente vinculadas: referem-se às atividades voltadas apenas aos interesses do pesquisador ou do grupo de pesquisa;

c. privadamente vinculadas: referem-se às atividades realizadas

em parceria com uma organização privada, geralmente financiadora do projeto, cujos resultados beneficiam e são apropriados exclusivamente pelo parceiro.

Esta classificação não deseja indicar que uma pesquisa privadamente ou corporativamente vinculada não possa ser socialmente apropriada e tampouco que uma pesquisa socialmente vinculada não possa ser privadamente apropriada. A classificação proposta apenas sugere as motivações iniciais das pesquisas. As pesquisas corporativamente vinculadas, por sua vez, podem decorrer de dois fatores: (a) o pesquisador encontra-se em estágio de conhecimento que se encontra à frente de seu tempo e do saber desenvolvido, daí a ausência de vínculo social imediato; (b) a pesquisa possui um caráter deontológico para o pesquisador, servindo para seu próprio prazer, ou teleológico, em que a investigação é um fim em si mesmo.

Se cada circunstância, de fato, pudesse reivindicar uma verdade, nenhum código seria produzido, nenhuma sociedade seria organizada e nada seria instituído. Isto não significa que, uma vez definidas, as verdades, assim como os princípios de conduta, se tornem imutáveis. De fato, como analisa Engels (1979), em sua crítica ao Senhor Düring, *se o produto do exercício do pensamento pudesse reivindicar a validade soberana das verdades, a sociedade alcançaria um nível tal que se teria esgotado a infinidade do mundo intelectual. Se tudo já*

A pesquisa, ao contrário das atividades de extensão e de ensino, tem obtido apoio institucional na produção da ciência e no desenvolvimento tecnológico.

estivesse pronto, nada mais haveria a produzir. Se tudo já se soubesse, nada mais haveria a investigar. Entretanto, é interessante verificar que mesmo em situações que se caracterizam pela renovada produção intelectual e pela permanente investigação também acabem emergindo estes axiomas, definitivos e inapeláveis, dos quais se extraem as deduções da existência humana, do poder-ser e do dever-ser. E é interessante observar que justamente aí é que alguns mem-

bros das organizações acadêmicas asseguram, em seus discursos, que só a sua concepção é aceitável, que tudo o mais é equívoco e, como *profetas recém saídos do forno*, trazem em sua mochila, *pronta para ser posta em circulação, a única verdade e a eterna justiça.*

A classificação proposta permite, principalmente, verificar que nem todas as atividades de pesquisa possuem vínculos com as relações sociais. Entretanto, não existem mecanismos disponíveis que permitam avaliar os graus de aderência social das pesquisas no Brasil. Nem mesmo se pode avaliar com precisão os investimentos na área. Considerando-se as estimativas mais otimistas, pode-se afirmar que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico são bastante irrisórios se se considera o papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento e na transformação da sociedade.

Os números, de fato, não são precisos. Em primeiro lugar, porque existem pesquisas não adequadamente registradas e não diretamente financiadas nas universidades, o que significa que não apenas parte da remuneração dos pesquisadores, dos técnicos e bolsistas não são computados, como não são igualmente considerados os aportes de recursos oriundos de convênios. Em segundo lugar, porque existem valores considerados como destinados à Ciência e Tecnologia que são empregados em manutenção de atividades de apoio não diretamente vinculadas à C&T.



Esta imprecisão também ocorre na comparação entre a produção científica e o conjunto dos investimentos em Ciência e Tecnologia. Estima-se que cerca de 90% de toda a produção científica no Brasil seja realizada em Instituições Públicas de Ensino Superior. Entre-

tanto, este número não reflete com exatidão a relação entre quantidade de projetos, volume de recursos empregados e grau de impacto social dos resultados por área e sub-área de conhecimento já que as mesmas possuem composições tempo-recurso diferenciadas.

Se algumas práticas conferem, à pesquisa, o seu correto papel na vida acadêmica, não lhe garantem total autonomia, ressaltando aí seu paradoxo mais evidente. Os limites referidos e o modelo de financiamento que destina um volume modesto de investimento em C&T, reforçam a natureza do domínio científico por parte dos países desenvolvidos e do grande capital privado. A Ciência e a Tecnologia constituem-se em fatores estratégicos de poder econômico, político e ideológico e não é por outro motivo que passa a ser decisiva a garantia de sua posse e o controle de seu desenvolvimento. A política de C&T adotada no Brasil privilegia as parcerias com os Setores Privados de ponta, modelo este que reproduz a vinculação da produção científica ao domínio dos interesses privados, constituindo-se em importante obstáculo à produção científica socialmente aderente.

Como bem aponta Tragtenberg (1979:19-30), “em nome do ‘atendimento à comunidade’ e em nome do ‘serviço público’, a universidade tende cada vez mais à adaptação indiscriminada a quaisquer pesquisas a serviço dos interesses econômicos hegemônicos”. “A escolha das pesquisas depende dos financiamentos possíveis; por outro lado, a ‘moda’ acadêmica impõe sua tirania. Uma pesquisa é determinada não porque se é obrigado a ter essa ou aquela orientação teórica para receber financiamento, mas *recebe financiamento por ter essa ou aquela orientação teórica*. Trata-se de uma determinação que opera com alto nível de sutileza”.

5. Ensino e aderência social: as possibilidades da prática libertária

Embora pouco usual na Universidade, o ensino deve igualmente constituir-se em fonte de produção científica. O que se tem observa-

do é que as ações da prática pedagógica, exceto nas áreas da educação que possuem grupos de estudos voltados para esta investigação, não têm resultado em reflexões e, portanto, não têm produzido saber científico. Seguindo a mesma linha de argumentos, pode-se classificar a prática do ensino nas universidades em três formas:

a. reprodução simples: refere-se ao ensino em que o professor apenas reproduz os conhecimentos existentes, sem crítica, geralmente valendo-se de manuais;

b. reprodução crítica: refere-se à reprodução parcial do conhecimento existente, em que as críticas e as reflexões decorrem de confrontos entre as teorias, seja porque não existe conhecimento original produzido no âmbito da unidade de ensino, seja porque o professor não possui qualificação acadêmica para trabalhar conteúdos novos;

c. libertário: refere-se à prática pedagógica em que o professor, possuindo domínio de conteúdo e produzindo conhecimento novo, trabalha criticamente as teorias existentes e as que desenvolve, reflete sobre sua ação, avalia sua prática junto aos seus alunos, organiza, sistematiza e desenvolve outros conteúdos e práticas.

Um dos problemas mais debatidos no que se refere à primeira forma é o que Maurício Tragtenberg chamou de delinquência acadêmica. De fato, ao examinar a crise da universidade, que ocorre porque a “sociedade está em crise”, Tragtenberg (1979:15) percebe que, ao contrário do que afirmam alguns acadêmicos, a universidade “não é uma instituição neutra; mas sim de classe, onde as contradições aparecem. Para obscurecer estes fatores, a universidade desenvolve uma ideologia de saber neutro, científico, uma neutralidade cultural e um mito de saber ‘objetivo’ acima das contradições sociais”. A universidade desenvolve determinadas práticas acadêmicas e administrati-

A universidade desenvolve determinadas práticas acadêmicas e administrativas que, por vezes, escondem, deliberadamente ou não, movimentos contraditórios.

vas que, por vezes, escondem, deliberadamente ou não, movimentos contraditórios. O processo de seleção dos membros de sua comunidade é um exemplo destas práticas. A seleção dos alunos da graduação e da pós-graduação, caracterizada pela igualdade de oportunidade, disfarça o fato de que em cursos de alta demanda as maiores oportunidades são conferidas aos que tiveram acesso prévio a um ensino privilegiado; a seleção dos docentes através de concursos, às vezes esconde a preferência das bancas pelo conteúdo

teórico e político dos candidatos, quando não por relações interpessoais. Esta situação vem reforçar o que Tragtenberg (1979:16-7) chama de “complô de belas almas”, “recheadas de títulos acadêmicos, de doutorismo [...], de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja ele de que espécie for”. Nas escolas formam-se, deste modo, tecnocratas aptos a “confeccionar reformas educacionais que, na realidade, são verdadeiras ‘restaurações’”, da mesma forma que em outros centros educacionais se reproduz a universidade mandarinal do século passado a inculcar “normas de passividade, subserviência e docilidade através da repressão pedagógica”. Mesmo nos “cursos críticos” a universidade dominante prevalece, através do juízo professoral hegemônico exercido sobre os estudantes em um processo de “contaminação”. “Essa apropriação da crítica pelo mandarinato universitário, mantido o sistema de exames, a conformidade ao programa e o controle da docilidade do estudante como alvos básicos, constitui-se numa farsa, numa fábrica de boa consciência para a delinquência acadêmica representada por aqueles que trocam o poder da razão pela razão do poder”.⁵

A relação professor-aluno é sempre uma relação de poder quando tem como suporte os aparatos da coerção institucionalizada e o do-

mínio de um saber inacessível. Tragtenberg (1979:18) observa bem estas práticas, indicando que “o mestre possui um saber inacabado e o aluno uma ignorância transitória: não há saber absoluto, nem ignorância absoluta. A relação de saber não institui a diferença entre aluno e professor: a separação entre aluno e professor opera-se através de uma relação de poder simbolizada”.

A vida cotidiana na academia passa a ser, assim, preenchida por vários espaços em que o falso toma a forma do verdadeiro, instituindo um pacto no qual ali tudo é aceito como norma, como próprio da natureza, de maneira que as verdades impostas e a ética conceituada não venham a provocar, nos sujeitos, incômodo, envolvimento ou dor. Os grupos e alguns de seus líderes, no sentido de manter uma unidade competitiva na luta pelo poder, desfilam um conjunto de regras, de comportamentos e de condutas a partir do que julgarão outros grupos ou seus membros mais destacados; entretanto, o que deveria ser princípio e compromisso, não passa de discurso. Assim, os princípios que guiam os *filantropos da intelectualidade* no interior das academias aparecem sem estilo e sem densidade política, porque resolvem suas carências com frases tradicionais e com bordões; sem conteúdo, porque sendo vazios de teoria preenchem suas falas com estéticas duvidosas; sem horizonte, porque sua visão de mundo não ultrapassa a porta da sala de reuniões; e sem compromissos, porque legitimam práticas acadêmicas com superficialidade, e, às vezes, com a profundidade da banalização. São princípios nos quais não cabe a sabedoria e nos quais o sujeito não vale pelo afeto que cultiva, mas pela esperteza capaz de lhe conferir *vantagens competitivas*. A introdução do ensino pago na Universidade Pública, a realização de cursos a qualquer clientela que por eles se disponha a pagar, as

Assim, os princípios que guiam os filantropos da intelectualidade no interior das academias aparecem sem estilo e sem densidade política... porque legitimam práticas acadêmicas com superficialidade.

atividades de prestação de serviços onde o que mais importa são os recursos e não a qualidade acadêmica oferecida e resultante dos serviços, o financiamento da pesquisa por organizações de interesses privados, a realização de encontros em que se operam vendas de conhecimento científico ou em que se constroem palcos nos quais os pares se apresentam para sua autopromoção, estas se constituem em graves ameaças ao ensino público libertário.

Tragtenberg (1979:20-28) percebe criticamente este movimento. Sobre sua ética e sua função social, afirma que “uma universidade que produz pesquisas ou cursos a quem é apto a pagá-las perde o senso de discriminação ética e da finalidade social de sua produção: é uma ‘multiversidade’, que se vende no mercado ao primeiro comprador, sem averiguar o fim da encomenda, acobertada pela ideologia da neutralidade do conhecimento e seu produto”.

Sobre as avaliações de desempenho, sugere que “a política das ‘painelas’ acadêmicas de corredor universitário e a publicação a qualquer preço de um texto qualquer, constituem-se no metro para medir o sucesso universitário”⁶. Sobre as valorizações simbólicas, observa que “a maioria dos congressos acadêmicos universitários serve como ‘mercado humano’, onde entram em contacto pessoas e cargos acadêmicos a serem preenchidos”, pois o “mundo da realidade concreta é sempre muito generoso com o acadêmico” na medida em que o título conferido pela academia torna-se “o passaporte que permite o (seu) ingresso nos escalões superiores da sociedade”, o que reforça o problema da desvinculação da Universidade com os processos de transformação social e a tese de que “a ideologia do acadêmico é não ter nenhuma ideologia: faz fé de apolítico, isto é, serve à política do poder”. “Cobertos pelo ideal de ‘neutralidade ante valores’, a maioria dos acadêmicos universitários

rios vegetam no conforto intelectual, agasalhados pelas sinecuras burocráticas e legitimados ideologicamente pelo apoliticismo: a ideologia dos que não têm ideologia. Na verdade, esse apoliticismo converte-se na ideologia da *cumplicidade* trustificada. Sem dúvida, o cultivo de ideologia livre de valores é paralelo à despreocupação sobre as implicações éticas e políticas do conhecimento”. Em síntese, o ensino que produz conhecimento é o ensino libertário.

6. Ciência, tecnologia e sociedade: por uma conclusão

“A soberania de uma nação vincula-se ao desenvolvimento técnico e científico construído para o bem estar de seu povo”. Assim estava escrito na abertura do folder de chamada para o III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN.

Neste artigo, procurou-se realizar uma reflexão crítica sobre a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão enquanto fundamento do ser Universidade, no momento em que se implementa uma Contra-Reforma do ensino superior sem que, em nenhum documento oficial, este tema esteja adequadamente tratado, embora seja um preceito constitucional. O Poder Público propõe uma reforma sem definir as atividades acadêmicas que efetivamente possuem aderência social, ou seja, que desenvolvem um saber científico e

tecnológico voltado ao bem estar da sociedade e que caracterizam uma instituição universitária. A discussão política conduzida pelo MEC tem se restringido a questões de natureza técnica, formal e administrativa, sem profundidade conceitual.

Como foi possível observar, existem atividades com regular, fraco ou nenhum nível de aderência e outras com forte nível, conforme resumido no quadro 01, adiante.

Também pode ser observada as fragilidades do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que sugere a necessidade de uma reflexão e de ações que efetivamente possam resgatar este princípio, porque história da Universidade não pode ignorar os vazios, mas deve compreender que está repleta de natureza viva. Não deve negar que de seu interior foram montados projetos de construção de

muros sociais dificilmente transponíveis, mas precisa assumir que está plena de sociedade. Não tem como esconder as diversas fantasias inatingíveis, mas, preenchida de múltiplas realidades, não pode abdicar em sonhar um sonho impossível. A Universidade não tem o direito de ser estranha e insensível à realidade social, a qual deve conhecer e, ao conhecer, transformar. Que não sirva, o simples pensamento, de alimento suficiente do fazer: não se evidenciando a fecundidade concreta decor-

A discussão política conduzida pelo MEC tem se restringido a questões de natureza técnica, formal e administrativa, sem profundidade conceitual.

Quadro 01: Níveis de Aderência Social na Produção do Conhecimento

ATIVIDADES	FORMAS	NÍVEIS DE ADERÊNCIA SOCIAL
EXTENSÃO	Messiânica	Fraco
	Usurpadora	Nenhum
	Interativa	Forte
PESQUISA	Privadamente Vinculada	Fraco
	Corporativamente Vinculada	Nenhum
	Socialmente Vinculada	Forte
ENSINO	Reprodução Simples	Nenhum
	Reprodução Crítica	Regular
	Libertário	Forte

rente da reflexão, a atitude pode ser reduzida à mera ilusão.

Se os adversários internos e externos necessitam e se valem de “mentiras, sussurros, ardis”, como aponta Chico Buarque, é preciso saber opor uma concepção justa do mundo, para encará-lo de frente e dar conta da tarefa de desenvolvê-lo. de forma que olhar para o passado, tomando-o como referência e incorporando-o como direção, é também assumir o compromisso de voltar-se ao futuro, não de forma distraída, casual, mas firme e determinada; não como tarefa solitária que se deleita em tergiversar sobre inutilidades, mas coletiva e democrática; não como escola de súditos, discípulos e vassallos, divorciados da vida, mas autônoma e comprometida; não como lugar de comércio do saber, de compra e venda de mercadorias, mas de liberdade e criatividade; não como espaço reservado às corporações, propriedade de grupos e indivíduos que se bastam em seus duelos, mas público e competente.

A Universidade que desafia sua vinculação social é a que transpõe a fronteira da propriedade regional para ser produto universal, que edifica um outro conceito de globalização. A globalização que possibilita a partilha social da riqueza da ciência, da arte, da tecnologia, da cultura. De fato, muito mais além do que conectar o mundo em uma dimensão sincrônica de bolsas de valores, de capitais especulativos, de

A marca histórica do movimento docente é a de uma luta aguerrida e dela se devem retirar lições. É preciso ter claro que a experiência do passado é capaz de criar um futuro prolífero.

acumulação ampliada de capitais, de mercados sem fronteiras que retiram cada vez mais do homem a concepção do processo de trabalho alienando-o do conhecimento produtivo, é urgentemente preciso universalizar e socializar o saber, de maneira que este se destine a superar as injustiças materializadas nas bósneas, angolas, etiópias, vales de



zadas nas bósneas, angolas, etiópias, vales de jequitinhonhas, ou nos assentamentos de sem terra, nos sofrimentos dos sem emprego, nas exclusões sociais. Isto, por certo, implica em enfrentar todas as possibilidades de ultrapassar limites impostos por uma concepção, tão em voga atualmente, de que a Universidade não

teria lugar para ser alojada senão nos escaninhos de um mundo em que a prática científica seria apenas um comércio, em que as atividades de parceria com a sociedade seriam apenas um contrato mercantil e em que o ensino seria somente uma lucrativa produção em escala.

A exigência que se impõe é a que reclama mudanças permanentes, desenvolvimento incessante, lançar o olhar para bem depois do horizonte, estar preparado para enfrentar lutas que ainda sequer se apresentaram. Por mais que assole a dor do rompimento, é preciso realizá-lo, por mais que assuste atualizar conceitos, é preciso renová-los. Se não é tarefa simples e fácil, tampouco é impossível. Como diz Fernando Pessoa, poeta da humanidade, “pensar incomoda como andar à chuva, quando o vento cresce e parece que chove mais”. Ainda que intempéries se ponham, ainda que incoquem as tempestades, pensar é preciso.

Referências bibliográficas

- BRUYNE, Paul de et alii. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- ENGELS, F. Anti Düring. Porto: Prsença, 1979.
- FARIA, José Henrique de. Tecnologia e processo de trabalho. Curitiba: Editora da UFPR, 1992.
- _____. Economia Política do Poder. Curitiba: Juruá, 2004. 3 Vol.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (1ª. Ed. 1970)
- _____. Extensão ou comunicação? 10ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MARX, K. El capital: crítica de la economía política. Buenos Aires: Biblioteca Nueva, 1946.
- RICOUER, Paul. Interpretação e ideologia. São Paulo: Francisco Alves, 1990.
- TRAGTENBERG, Maurício. A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder. São Paulo: Rumo, 1979.
- UNESCO. Documento sobre políticas para el cambio y el desarrollo de la educación superior. Caracas: 1995.

Notas

1. A expressão “plural”, ainda que adequada para explicar as diferenças teóricas e epistemológicas, tem servido, igualmente, para abrigar a legitimação de práticas autoritárias, preconceituosas e excludentes. Tudo em nome da “liberdade de crença”.
2. Utiliza-se aqui Universidade ao invés de universidade de acordo o conceito exposto e não como uma simples organização prestadora de serviços, mercantil ou não, ou como mera instituição de ensino.
3. Nas ciências humanas e sociais, os instrumentos de investigação às vezes se confundem com as metodologias.
4. Por solicitação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inclusão Social - SECIS, do MCT, apresentei uma pré-proposta de política de apoio à extensão nos mesmos moldes que a política de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, a ser implementada em 2005. Tal pré-proposta, que trata do financiamento a projetos e a concessão de bolsas, pelo CNPq e pelo MCT, conforme minha sugestão, deverá ser amplamente debatida no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, a partir de uma consulta às comunidades universitárias.
5. O que dizer, então, a propósito, do processo instituído pelo MEC para avaliar os cursos e as universidades?
6. O que diria Tragtenberg sobre a Gratificação de Estímulo à Docência - GED, instituída pelo governo dos Professores Fernando Henrique Cardoso (Presidente) e Paulo Renato Souza (Ministro de MEC), que gratificava financeiramente os professores das Instituições Federais de Ensino Superior a partir de um conjunto de itens que compunham uma pontuação (aulas, artigos, participação em congressos, número de dissertações orientadas, etc.)? **US**

Estado e terceiro setor: os (des)caminhos da nova parceria público e privado na Educação¹

Jailson dos Santos

Professor do departamento de administração educacional da faculdade de educação da UFRJ.

1. A crise do estado brasileiro e o avanço das reformas estruturais nos anos 1990: uma abordagem introdutória

Na última década do século XX emerge uma nova forma de relação entre o público e o privado no Brasil: trata-se da parceria que envolve o Estado e o Terceiro Setor (TS), no âmbito da execução e da gestão de políticas públicas na área social, sobretudo na educação.

Para refletir sobre essa nova forma de parceria entre o público e o privado, tomaremos por base a hipótese de que o forte crescimento do TS no Brasil vem se consolidando a partir da conjuntura dos anos 1990, tendo em vista que os governos que assumiram o poder neste período, na tentativa de dar uma saída para a crise do Estado, introduziram profundas reformas na sua estrutura, as quais dentre outros objetivos, tinham como base a redução da esfera de ação do Estado na plena execução e na gestão das políticas públicas voltadas para as demandas sociais da população.

A crise que se configurou no Estado brasileiro ao final dos anos 1970, e que, segundo afirmam vários autores, é a maior crise da nossa história republicana, decorreu da crise econômica mundial, a qual produziu fortes impactos nos países da América Latina, em particular no Brasil.

No âmbito dos países desenvolvidos, a primeira metade da década de 1970 representou o ponto de inflexão no desenvolvimento do paradigma keynesiano que fundamentou, do ponto de vista político, econômico e social, o Estado de bem-estar dos países de capitalismo avançado na Europa ocidental, após a 2ª Guerra Mundial. Isto se deveu ao fato de que este contexto, com o esgotamento do modelo taylorista-fordista e do *Welfare State*, determinou o fim da prosperidade que vinha sendo experimentada pelo capitalismo no pós-guerra - de 1945 a 1973 - período que o historiador inglês Eric J. Hobsbawm chama de *a era de ouro*.

É dentro desse panorama que a década de setenta vai marcar uma nova etapa na qual ocorreram profundas transformações no capitalismo, bem como nos Estados nacionais, inaugurando-se, a partir daí, aquilo que os estudiosos sobre o tema definem como sendo uma nova ordem mundial.

Na vasta literatura produzida acerca da crise e as transformações do capitalismo verificada durante a década de 1970, grande parte dos autores, pertencentes aos mais diversos campos do conhecimento e às mais diferentes matrizes ideológicas, procurou desenvolver estudos analíticos focalizando as mudanças que redefiniram a conjuntura internacional, a

partir da crise do Welfare State. Grande parte dessas análises mostrou que a crise do capitalismo nos países desenvolvidos provocou fortes impactos no chamado bloco das nações em desenvolvimento, as quais tiveram que operar profundas mudanças com a finalidade de se adaptarem às novas condições demandadas pelo capital nas últimas décadas do século XX.

Gonçalves (1994), Anderson (1995), Hobsbawm (1995) e Fiori (1997) foram unânimes em apontar que o ano de 1973 se constituiu no ápice da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, quando o mundo capitalista se viu mergulhado numa profunda recessão, combinada com altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento. Segundo esses mesmos autores essa crise econômica fez com que o mundo perdesse as referências no campo político-ideológico, que vinham norteando os governos dos países capitalistas após a 2ª Guerra Mundial, para dar lugar a uma nova ordem mundial, caracterizada pela ascensão das teses neoliberais, que no final do século XX tornaram-se hegemônicas no mundo capitalista.

É dentro deste panorama, que se resgata o referencial político-ideológico, cujas teses foram definidas na década de quarenta pelo economista Friedrich August von Hayek no seu livro "*O Caminho da Servidão*", como fundamento central do neoliberalismo como contraponto radical ao estado intervencionista e de bem estar social.

Hayek (1987: p. 12-15), já naquele contexto, tomava como ponto de partida a política de planejamento econômico do Estado de bem-estar social como sendo de caráter altamente totalitário, chegando até mesmo a afirmar que a mesma trazia no seu conteúdo algumas das concepções do socialismo real que penetravam demasiadamente a fundo em toda a estrutura do pensamento que, política e ideologicamente, norteava o *Welfare State*.

É nesta perspectiva que Hayek vai defender veementemente o liberalismo baseado na economia de mercado, em contraposição ao “con-

servadorismo” que caracterizava o Estado de bem-estar, expresso nos benefícios proporcionados à sociedade.

Para Hayek tais benefícios não se constituíam num programa social propriamente dito, tendo em vista que, pela própria natureza “conservadora” do movimento dos trabalhadores, que lutaram durante o período de crescimento econômico estável - *era de ouro* - por pleno emprego, acesso universal da população aos serviços de saúde, educação e de previdência social, além de subsídios à habitação e transportes coletivos, dentre outros, havia uma tendência de defender privilégios instituídos pelo Estado e de apoiar o poder governamental para protegê-los. Daí, o próprio Hayek sustentar a tese de que a essência da posição liberal,

"(...) está na negação de todo o privilégio, se este é entendido no seu sentido próprio e original, de direitos que o Estado concede e garante a alguns, e que não são acessíveis em iguais condições a outros". (Hayek, 1987: p. 15).

O novo liberalismo deste final de século XX, o qual convencionou-se chamar de neoliberalismo, segundo Fiori (1997: p.204-205) guarda uma diferença fundamental do velho liberalismo concebido por Adam Smith no século XVIII. Tal diferença está centrada, fundamentalmente, no fato de que o neoliberalismo do final do século XX surgiu como uma vitória ideológica, tornando-se pensamento hegemônico em quase todo o planeta, principalmente após a derrota do socialismo do leste europeu, e dessa forma, conseguiu legitimar uma "*espécie de vingança selvagem do capital contra a política e os trabalhadores*", na medida em que o "fundamentalismo liberal" passou a se voltar contra o modo pelo qual o *Welfare State* vinha dirigindo as políticas públicas em benefício da sociedade.

É esse ataque dos neoliberais que provocou o verdadeiro desmonte dessa obra igualitária do Estado de bem-estar, para dar lugar à grande bandeira das reformas, que se propagou, inclusive na América Latina, como sendo a

“tábua de salvação” dos países da região para a entrada no período de “prosperidade” no novo modelo de desenvolvimento.

Todo esse movimento nos impõe a seguinte questão: em que medida o neoliberalismo afetou as relações entre estado e sociedade?

Inicialmente, cabe ressaltar que as teses neoliberais se originaram no espaço da academia e durante os anos cinquenta as mesmas foram adquirindo nítidos contornos teóricos, principalmente, nas universidades norte-americanas.

Embora, em termos teóricos, a matriz dessas teses tenha sido mantida, segundo Fiori (1997: p. 207) a tradução das mesmas na prática se explicitaram por intermédio das políticas públicas que foram aplicadas primeiramente por Margareth Thatcher na Inglaterra no início dos anos oitenta, e posteriormente essa mesma prática passou a ser seguida pelos diversos governos neoliberais que assumiram o poder nas mais diferentes regiões do planeta.

É na tradução da teoria para a prática, expressa pelas políticas públicas, conforme vimos anteriormente, que se define o ideário neoliberal e, em decorrência, passam a se estabelecer uma quase que total ruptura entre Estado e a sociedade civil, no âmbito dos movimentos sociais representativos dos diversos segmentos da população, e o restabelecimento de novas relações entre Estado e sociedade, sobretudo, naquilo que se refere ao atendimento das demandas dos grupos da população pertencentes aos níveis sócio-econômicos mais baixos.

Segundo Anderson (1995: p. 10-11) uma das teses neoliberais, defendidas por Hayek e seus seguidores, sustentava que a origem da crise do capitalismo no início da década de setenta estava centrada no poder excessivo dos sindicatos, principalmente aqueles que representavam o movimento operário, tendo em vista que durante a era de ouro as pressões que eles exerceram com o objetivo de reivindicar maiores salários e fazer com que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais, levaram à corrosão das bases de acumulação capi-

talista, bem como influenciaram decisivamente na crise orçamentária do Estado de bem-estar.

A saída encontrada pelos neoliberais para corrigir tais “distorções” foi a ruptura com o poder dos sindicatos, na perspectiva de: pressionar para baixo os níveis salariais que os trabalhadores tinham conquistado durante a *era de ouro*; provocar a diminuição dos gastos orçamentários do Estado com o bem-estar social; e, decretar o fim do pleno emprego, a partir da restauração da taxa de desemprego.

No caso específico do Brasil, os impactos dessa crise internacional começaram a assumir maiores proporções a partir do final dos anos 1970, contribuindo, inclusive, para a acelerada deterioração do regime militar, sendo que nos anos 1980 ela se transformou na grande crise, sobretudo pelo alto endividamento externo do país que durante o período 1980-1989 pagou aos credores internacionais US\$ 147,4 bilhões, sendo US\$ 96,8 bilhões de juros e US\$ 50,6 bilhões de amortização da dívida², configurando-se, portanto, o que a literatura denomina de crise do Estado brasileiro.

A expressão *crise do Estado* aqui é entendida como sendo a interrupção de um ciclo, numa determinada conjuntura, representada pela perda do dinamismo do Estado, que se manifesta pelo enfraquecimento da sua capacidade de gestão financeira, o qual produz impactos na esfera política e nas relações entre o Estado e a sociedade.

Para Diniz (1997: p. 11-12) a segunda metade dos anos 1980 representou um ponto de inflexão na trajetória do Brasil, tendo em vista o desencadeamento de um amplo processo de transformações, com desdobramentos econômicos, sociais e políticos. Tais transformações se efetivaram a partir da superposição das crises externa e interna, as quais passaram a invia-

É na tradução da teoria para a prática, expressa pelas políticas públicas, conforme vimos, que se define o ideário neoliberal e, em decorrência, passam a se estabelecer uma quase que total ruptura entre Estado e a sociedade civil.

bilizar a estratégia de industrialização sustentada pela matriz ideológica do desenvolvimentismo, iniciada por Vargas em 1930.

Portanto, o esgotamento simultâneo dos parâmetros ideológicos da modalidade intervenção estatal, e do modelo de desenvolvimento a eles associados, se efetivou dentro de um quadro de transição, comprometido com o regime democrático, o qual se orientou através do processo de reestruturação político-institucional.

As mudanças na estrutura político-institucional do Estado brasileiro, frente à crise que este atravessou na penúltima década do século XX, se processaram mediante posições entre os diferentes atores sociais.

Tendo em vista os objetivos deste artigo, não nos cabe aqui fazer uma análise minuciosa acerca das posições dos diferentes atores sociais que procuraram interferir, direta ou indiretamente, no processo de transformações

da estrutura político-institucional do Estado brasileiro na conjuntura em questão.

Entretanto, convém ressaltar que a conjuntura dos anos 1980 foi marcada pela recomposição de forças políticas, as quais passaram a desenvolver uma disputa hegemônica, na acepção gramsciana do termo, em torno de concepções político-institucionais para a sociedade brasileira. Evidentemente que no âmbito dessa disputa, que se processava entre setores representativos do capital e os grupos vinculados aos interesses dos trabalhadores, havia algumas posições que eram consensuais entre os referidos setores, e outras posições que polarizavam o debate.

Dessa forma podemos afirmar que, de modo mais geral, era consenso entre os dois setores a instauração de uma ordem democrática, orientada, fundamentalmente, por uma agenda na qual deveria estar contemplada, dentre outros aspectos: a elaboração de uma nova Constituição para o país; a definição de novos parâ-

metros para a democracia representativa, com a reformulação do sistema político-partidário, culminando com a volta das eleições diretas para o cargo de Presidente da República, interrompida no período da Ditadura Militar.

A polarização, entretanto, estava no projeto de sociedade a ser reconstruído naquela conjuntura. Por um lado havia aqueles que defendiam a adoção do projeto neoliberal, com base na doutrina hayekiana, que, como vimos anteriormente, já tinha sido implantado nos países da Europa e nos Estados Unidos³, e que na conjuntura da década de 1980 vinha solapando os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo das lutas por eles empreendidas durante as décadas anteriores.

Por outro lado o que se verificava era a proposta baseada na social democracia europeia, a qual se fundava na construção de um Estado de bem-estar social, com o objetivo de garantir os direitos sociais dos trabalhadores, promover a inclusão da parcela da população que não tinha acesso à saúde, educação, transporte e saneamento básico e promover a melhor distribuição de renda.

Essa polarização esteve presente no Congresso Nacional durante todo processo constituinte, transcorrido no período 1987-1988, na medida em que a lei máxima do país deveria se constituir no marco legal para a implantação do novo projeto de sociedade, e, em decorrência, o novo papel a ser desempenhado pelo Estado, em função da crise.

Promulgada a Constituição, em outubro de 1988, o que se verificou foi uma série de polêmicas em torno da mesma, as quais se explicitaram por intermédio das análises mais controversas em torno desse instrumento, que viria ser de capital importância para o destino econômico, político e social do país.

Alguns analistas procuraram definir que a Constituição de 1988 estabeleceu um empate entre o atendimento das demandas dos setores liberal conservador e progressistas.

É inegável a vitória parcial do setor progressista em alguns pontos da Constituição de

A polarização estava no projeto de sociedade a ser reconstruído naquela conjuntura. Por um lado havia aqueles que defendiam a adoção do projeto neoliberal, por outro lado a proposta baseada na social democracia europeia.

1988, que, tendo em vista que a forte mobilização da sociedade civil, através entidades representativas dos trabalhadores e dos setores marginalizados da população, viu contemplado nos dispositivos da Carta Constitucional, dentre outras demandas: a garantia dos direitos sociais e individuais; a limitação da jornada semanal de trabalho a quarenta e quatro horas; o restabelecimento das eleições diretas para o cargo de Presidente da República; e um capítulo específico para a educação o qual de um modo geral atendeu as várias das reivindicações do movimento docente.

Entretanto, não podemos deixar de levar em conta que a Constituição de 1988, do ponto de vista do marco legal, se constituiu no mais forte instrumento através do qual foi possível concretizar a hegemonia do setor liberal conservador, na medida em que havia dispositivos constitucionais que abriram o flanco para a aplicação das diretrizes neoliberais no país pelos governos que estiveram no poder na conjuntura da década de 1990.

Roberto Campos, ferrenho defensor da economia de mercado e da desestatização, em seu trabalho "*O Ajuste de Curto Prazo: questões políticas e filosóficas*" apresentado no Fórum Nacional, realizado em 1990, portanto, logo no primeiro ano da gestão de Fernando Collor de Mello, naquela conjuntura propôs ao Poder Executivo que exercesse uma ação mais incisiva no sentido de reformular o Estado brasileiro, dentro dos parâmetros das teses hayekianas, já que a Constituição promulgada em 1988 dava ao Governo da União os elementos essenciais para a execução de um *programa modernizante*.

Dessa forma, deveria ser utilizada aquilo que o autor chama de *política de convicção*, isto é, o programa apresentado durante a campanha eleitoral por determinado candidato, uma vez vitorioso nas urnas, é o que deve ser aplicado integralmente pelo governo eleito, independentemente das posições opostas dos atores sociais, a exemplo do que fez Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra, quando assumiram o

poder daqueles estados na década de 1980.

Neste sentido, Roberto Campos defendia a posição de que cabia ao então Presidente Fernando Collor de Mello dar início à uma ampla reforma do setor estatal dentro dos parâmetros do projeto neoliberal, tendo em vista que a Constituição de 1988 dava plenos poderes ao Executivo de realizá-la, na medida em que: o artigo 164 conferia ao Poder Executivo do Governo da União a prerrogativa de demitir funcionários públicos, reorganizar a estrutura da administração pública, alterar a arquitetura governamental e cortar gastos; o artigo 173 previa a diminuição da intervenção do Estado na economia, através da ampla privatização das empresas estatais; e o artigo 38 das Disposições Transitórias previa que União, Distrito Federal, Estados e Municípios, poderiam promover um grande corte nos gastos públicos ao limitar as despesas de pessoal em 65% do valor das respectivas receitas correntes.

Fernando Collor de Mello venceu as eleições presidenciais de 1989 com 49,94% dos votos válidos, e na sua agenda modernizadora, segundo Fiori (1996: p. 153) constava, dentre outros pontos, os seguintes: reforma administrativa, patrimonial e fiscal do Estado; renegociação da dívida externa; abertura comercial; desregulamentação salarial; e a prioridade absoluta para o mercado como orientação básica e caminho para a integração econômica internacional e a modernidade institucional.

A despeito de todo o apoio do setor liberal conservador e do aparato constitucional que lhe dava plenos poderes para empreender a reforma do setor estatal com base nos fundamentos das teses hayekianas, além de ter tido o seu programa legitimado nas urnas por cerca de 35 milhões de cidadãos, a agenda proposta para o mandato de Fernando Collor de Mello não pode ser cumprida na sua plenitude,

A Constituição de 1988, do ponto de vista do marco legal, se constituiu no mais forte instrumento através do qual foi possível concretizar a hegemonia do setor liberal conservador.

tendo em vista os problemas de corrupção a que esteve envolvido, juntamente com o núcleo do seu governo, levaram ao Congresso Nacional, com o apoio quase unânime da sociedade, a decretar o seu *impeachment* ao final do seu terceiro ano de mandato.

Com o impedimento de Fernando Collor de Mello, e, em decorrência, a ocupação do

Itamar Franco centrou suas ações basicamente no âmbito das privatizações das empresas estatais, e neste aspecto foi muito mais incisivo do que o Governo Collor de Mello.

cargo de Presidente da República pelo vice Itamar Franco em dezembro de 1992, embora de forma ainda tímida, foi dada a continuidade ao ciclo de reformas, apesar dos problemas políticos que encontrou ao assumir o governo. Nesta perspectiva, Itamar Franco

centrou suas ações basicamente no âmbito das privatizações das empresas estatais, e neste aspecto foi muito mais incisivo do que o Governo Collor de Mello⁴.

Entretanto, do ponto de vista do desenvolvimento de uma reforma do Estado no sentido mais amplo, ou seja, aquela que é capaz de desmontar toda a sua estrutura no sentido de modificar as relações com a sociedade, principalmente em termos de gestão e de execução de políticas públicas na área social, o período governado por Collor de Mello-Itamar Franco não foi capaz de produzir uma política de reforma do Estado com contornos mais nítidos e de modo mais definido, embora Collor, de modo mais afoito tivesse dado os primeiros passos no início do seu governo.

2. A era FHC e as relações estado e terceiro setor: os (des)caminhos das novas formas de parcerias público-privado na educação

O período governado por Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) representou a conjuntura na qual as políticas de reformas, nos diferentes setores da esfera pública, foram implementadas de modo mais incisivo.

É importante ressaltar que a vitória de FHC

se deu no primeiro turno das eleições presidenciais de 1994, nas quais obteve 34.364.961 votos, o que representou 54,27% dos votos válidos. Em termos de sustentação política, FHC, vinculado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que teve o apoio do Partido de Frente Liberal (PFL) durante toda a sua campanha eleitoral, ao assumir o poder passou a contar, além do PFL, obviamente, com o apoio das bancadas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Nesta perspectiva, verifica-se que FHC conseguiu compor um governo de espectro ideológico de centro-direita, através de uma coalizão, que segundo Meneguello (1998: p. 73) que era detentora de 76% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 84% das cadeiras no Senado, ao longo do seu primeiro mandato, ocorrido no período 1995-1998.

Todo esse aparato em termos de sustentação política, por parte de grande parcela da sociedade, tendo em vista a vitória conquistada nas urnas no primeiro turno, e o forte apoio da base governista formada no Congresso Nacional, possibilitou a FHC por em prática a chamada política de convicção, como vimos anteriormente, no sentido de operar profundas reformas estruturais no âmbito do Estado brasileiro, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista administrativo-gerencial.

É dentro desse quadro que FHC transformou a Secretaria da Administração Federal da Presidência da República (SAF) em Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e nomeou Luiz Carlos Bresser Pereira para ministro do referido órgão e, em decorrência desta ação, estavam lançadas as bases para o início do processo da reforma do Estado.

Segundo afirma o próprio Bresser-Pereira (2003: p.325), foi com base nas experiências dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), principalmente o Reino Unido, que durante a década de 1980 “*implantou a grande reforma administrativa da história do capitalismo*”, que

ele, juntamente com a sua equipe do MARE, elaboraram, ainda no primeiro semestre de 1995, o “Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado”, o qual continha os fundamentos e os princípios que orientaram toda a ação reformadora do governo, e que estabeleceu as diretrizes necessárias à implantação de uma administração pública fundada no modelo gerencial.

É a partir desse panorama que elaboramos as seguintes questões que irão nortear as nossas análises acerca da temática central desse trabalho: quais foram os pressupostos que fundamentaram a reforma do Estado? De que forma estes pressupostos, ao redefinirem o modelo administrativo-gerencial, passaram a estabelecer a relação entre o público e o privado, emergindo a partir daí a figura do Terceiro Setor na gestão e na execução políticas públicas no setor de educação?

Vamos tomar por base alguns pontos do trabalho elaborado por L.C. Bresser-Pereira (“Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina” (produzido logo após a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado”).

Constatamos que no referido trabalho o autor parte do pressuposto de que a raiz dos problemas da América Lática, em particular do Brasil, está na crise do Estado, mais precisamente na sua crise fiscal, que representa a dificuldade do Estado “em lidar com as crescentes demandas de diversos setores da economia e de seus grupos sociais correspondentes”. Da crise fiscal decorre a crise do Estado social, a qual o Autor atribui que uma das suas principais causas

“(...) foi a estratégia burocrática adotada de executar diretamente os serviços sociais de educação, saúde e assistência social por meio da contratação de funcionários públicos que passavam a ter o monopólio desses serviços da mesma forma que um militar tem o monopólio da defesa do país, ou um juiz, o monopólio da aplicação da justiça. [Dessa forma] foi se tornando claro que era preciso voltar esses serviços não- ex-

clusivos de Estado, nos quais não há exercício do poder de Estado, para o mercado ao mesmo tempo que se continuava subsidiá-los fortemente”. (Bresser-Pereira: 1996: p. 21).

Partindo dessa concepção, a qual estabelece uma nova forma de intervenção do Estado nos serviços sociais destinados à população, os quais no contexto da reforma do Estado passam a ser considerados como não-exclusivos de Estado, surgindo daí o que Bresser-Pereira vai chamar de Estado Social-Liberal, que é definido como sendo

“O Estado que continua responsável pelos direitos básicos de saúde e educação da população, mas que de forma crescente os executa por intermédio de organizações públicas não-estatais competitivas”. (Bresser-Pereira: 1996: p.21).

Portanto, nesse novo modo de intervenção estatal, que se processa dentro dos parâmetros do chamado Estado Social-Liberal, o Estado, como prevê o “Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado”

“(...) reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano. (...) Como promotor desses serviços o Estado continuará a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade”. (Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado: 1995). Os grifos são meus.

A reforma do Estado implementada pelo MARE, sob a liderança do Ministro Bresser-Pereira, restabelece novas bases no âmbito do financiamento, da gestão e da execução de políticas públicas na área social, na medida em que a doutrina que passou a fundamentar a relação entre o Estado e a sociedade foi definida a partir dos pressupostos do Estado Social-

Liberal, a qual tem como um de seus objetivos principais o da redução da ação da esfera estatal, nos chamados setores não exclusivos de Estado, que dentre outros inclui a educação.

Conceitos como *parceria, relação público-privado, setor não-exclusivo de Estado, Estado Social-Liberal*, dentre outros, são inseridos no ideário da reforma do Estado, e passam a orientar o novo modelo administrativo-gerencial, que, em última análise, significa retirar do Estado a obrigação de se responsabilizar integralmente pela oferta dos serviços sociais voltados para a população, principalmente para os segmentos de baixa renda, conforme havia sido definido na Constituição Federal de 1988.

Portanto, é nesta conjuntura, marcada pela incapacidade do Estado em gerar recursos para atender às demandas sociais, que o chamado Terceiro Setor se desenvolve e, dessa forma, passa a dominar a cena na relação entre o público e o privado, assumindo responsabilidades, antes atribuídas ao Estado, no sentido de executar e promover a gestão das políticas públicas nos mais diferentes setores de atividades.

Alguns pesquisadores, são unânimes em afirmar que o conceito de Terceiro Setor vem sendo definido de forma imprecisa. Segundo Montañó (2003: 53-54) a imprecisão do conceito de Terceiro Setor, funciona ideologicamente para encobrir um fenômeno real, isto é, o desmonte do padrão da intervenção estatal na área social, construído ao longo da história.

Na verdade, como afirma o autor acima referido, essa realidade fica escamoteada quando se procura construir o consenso no qual

“supostamente o terceiro setor teria vindo para “resolver” o problema de dicotomia entre público e privado. O público identificado sumariamente com o Estado e o privado considerado com o mercado (concepção claramente liberal. Se o Estado está em crise e o mercado tem uma lógica lucrativa, nem um nem outro poderiam dar resposta às demandas sociais. O “terceiro setor” seria a articulação/intersecção materializada en-

tre ambos os setores: o “o público porém privado”, a atividade pública desenvolvida pelo setor privado (...)”

Embora reconheça a imprecisão dos conceitos associados à de Terceiro Setor e até mesmo as contradições entre eles, consideramos que é importante partir de uma definição mínima de Terceiro Setor, com o objetivo de desenvolver uma reflexão acerca da forma pelo qual as instituições de caráter público porém privadas se desenvolveram no Brasil, bem como o papel que passaram a desempenhar na execução e na gestão de políticas públicas na área social, principalmente, no âmbito da educação.

Neste sentido vamos nos basear na definição de Teodósio (2002), o qual entende Terceiro Setor como sendo

*“uma gama variada de organizações que vão desde entidades sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, fundações, projetos sociais ligados a empresas, dentre outras, e tendo como destaque as chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais)”*⁵

Com relação aos números do chamado Terceiro Setor nos mais diferentes países, os dados da pesquisa coordenada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) e pela *The Johns Hopkins University*, mostram que em 1998 nos 35 países nos quais o estudo foi realizado, o Terceiro Setor movimentou US\$ 1,33 trilhão. Isto significa que, caso o conjunto das organizações que compõem o Terceiro Setor fosse considerado um Estado nacional, ele estaria ocuparia a sexta posição no ranking dos maiores PIBs do mundo, ficando à frente de países como a Inglaterra, Itália, Espanha e Canadá.

No caso específico do Brasil, a pesquisa recente, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), mostrou que o número total de instituições que compõem o Terceiro Setor, que em 1996 era formada por 107.332 entidades, passou para 275.895 Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no ano de 2002.

Segundo Montaño (2003: p. 214) no Brasil os governos da União, dos estados e dos municípios têm se constituído numa fonte importante de recursos para o Terceiro Setor, que se efetiva através das parcerias, através das quais o Estado vem destinando vultosas quantias às organizações não-governamentais, que vão desde a renúncia fiscal (isenção de impostos), terceirização, subvenções etc.

No caso específico do governo da União, constatamos que tem sido transferindo às ONGs altas somas do seu orçamento para a execução de políticas públicas nas diversas áreas sociais, em particular para a educação, cumprindo assim as diretrizes estabelecidas pela reforma do Estado, as quais dentre outros aspectos se efetivam através dos programas de parcerias em ter o Estado e o Terceiro Setor.

Tomando por base a execução orçamentária do Governo Federal entre 2000 e 2002, constatamos que neste período, segundo os dados da tabela 1 a seguir, foram destinados à Associação de Apoio ao Programa de Alfabetização Solidária, Organização não Governamental responsável pela execução do Programa Alfabetização Solidária, um total de R\$ 206.235.600,00, sendo que os valores foram sendo aumentados gradativamente ao longo deste mesmo período, atingindo no ano de 2002 um acréscimo da ordem de 322,19% em relação ao primeiro ano de implementação do referido Programa.

ANO	VALOR (Em R\$ 1,00)	Evolução %
2000	24.302.000	-
2001	79.333.600	226,45
2002	102.600.000	322,19
TOTAL	206.235.600	-

Fonte: Balanço Geral da União, 2000-2002.

Em 2003, portanto, no primeiro ano de mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, segundo os dados apresentados pelo Jornal O Globo de 03/05 de 2004 na matéria intitulada "A Força das ONGs no Governo", foram repassados para as entidades privadas sem fins lucrati-

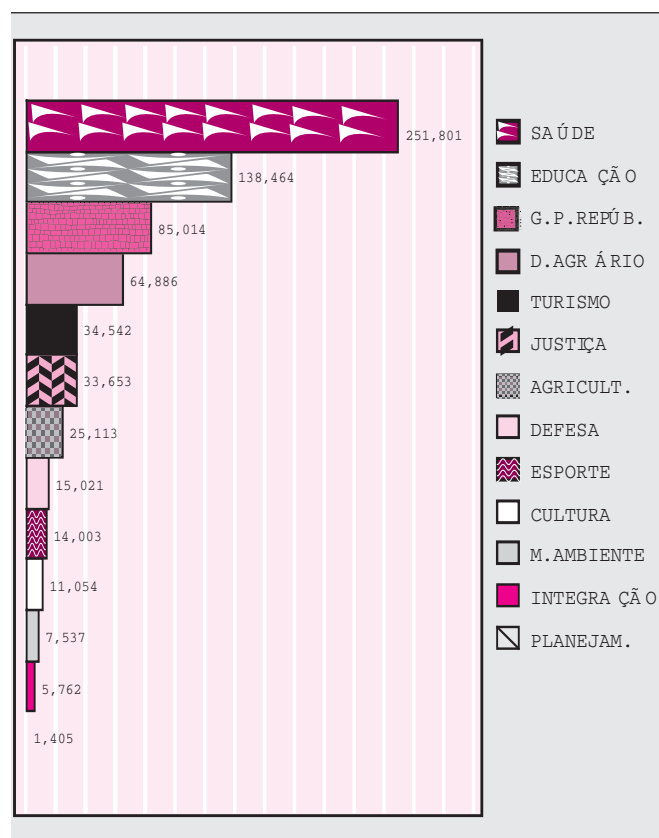
vos cerca de R\$ 1,3 bilhões, em transferências diretas e sem licitação. Do total destes recursos repassados, R\$ 1,077 bilhão foi destinado às atividades de responsabilidade do governo, como é o caso do programa de alfabetização.

Estas cifras são significativas na medida em que representam 44,8% do que foi destinados aos estados (R\$ 2,4 bilhões (e 41,4% dos recursos recebidos pelos municípios (R\$ 2,6 bilhões (através das transferências voluntárias (sem exigência constitucional).

O gráfico 1 a seguir mostra que dos vários órgãos da administração direta que mais repassaram recursos para as ONGs no ano de 2003 foram: a saúde, que transferiu R\$ 251,8 milhões; e a educação que repassou R\$ 138,4 milhões.

Gráfico 1

Transferências Voluntárias da União Para as ONGs



FONTE: Jornal O Globo de 03/05/2004.

O curioso na questão destes repasses, está no fato de que o Ministério do Planejamento utilizou, em 2003, os serviços do Movimento Brasil Competitivo (MBC), instituição vinculada ao Terceiro Setor, para prestar consultoria

no sentido de reduzir o desperdício e melhorar a gestão do serviço público. Como nos mostra o gráfico 1 o Ministério do Planejamento repassou para o MCB a importância de R\$ 1,4 milhão, sem licitação, para desenvolver e testar metodologias de gestão em um conjunto de programas do governo federal, sendo que o objeto do contrato é tão amplo que permite, na prática, estender o trabalho dessa organização para toda a máquina administrativa.

No que se refere ao exercício de 2004, conforme nos mostram os dados da tabela 2, o orçamento do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) previu um total de R\$ 236,84 milhões a serem transferidos às ONGs, para a execução de alguns programas do setor de educação, sendo que o Brasil Escolarizado, destinado à educação de jovens e adultos recebeu a maior fatia do orçamento

Tabela 2*

Recursos Aprovados no Orçamento do FNDE Para Execução de Alguns Programas do Setor de Educação Pelas ONGs. 2004	
Programa	Valor Aprovado (Em R\$ Milhões)
Brasil Escolarizado	213,34
Cultura Afro-Brasileira	0,70
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	1,90
Valorização e Formação de Professores e Trab. em Educação	12,60
Escola Moderna**	8,30
TOTAL	236,84

*Tabela elaborada a partir dos dados acerca de Fundos Públicos, disponíveis na página eletrônica da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG). <http://www.abong.org.br/>. Acesso em 28 de nov. 2004.

** Apoio à Adequação de Prédios Escolares para Educação Especial

Considerações finais

O discurso que presidiu a reforma do Estado no Brasil na conjuntura dos anos 1990, tinha como um dos seus fundamentos tese de que era necessário racionalizar as funções estatais no sentido de torna-lo mais eficiente na gestão e na execução das políticas públicas.

A partir das análises que fizemos nas seções anteriores, constatamos que os governos que assumiram o poder no último decênio do século XX e neste início de século XXI, insistiram

em nos mostraram uma realidade: a de que o Estado é ineficiente para executar e gerir as políticas públicas destinadas ao setor de educação, ao mesmo tempo em que é eficiente para financia-las através de vultosos recursos que são transferidos às ONGs, sem a devida licitação, tendo em vista a ausência de um marco legal capaz de regulamentar tais repasses.

Paulo Arantes, em entrevista concedida à Folha de São Paulo em 18 de julho de 2004, nos chama a atenção para o fato de que a economia brasileira na conjuntura atual se resume ao serviço da dívida externa, com a finalidade de garantir a renda mínima do capital, que não tem o menor interesse que ela (a dívida externa) um dia seja paga. Dessa forma vem se produzindo progressivamente as funções estatais “*por uma fauna de ONGs*”, que se tornaram verdadeiras máquinas de sucção dos recursos do Estado.

É dentro desta lógica que os arquitetos das políticas do setor público vêm procurando “*solucionar*” a crise do Estado, que se efetiva através das parcerias público e privado, cujo resultado, como vimos anteriormente fez crescer em 157,0% as instituições do Terceiro Setor, no período de 1996 a 2002, o qual coincide com a implantação da reforma do Estado, fundado no modelo de Bresser-Pereira, que em última análise ampliou a ação da esfera privada em detrimento da esfera pública, fundado na tese da propalada eficiência do mercado em contraposição à ineficiência do Estado.

Entretanto, os dados por nós analisados anteriormente mostram que, o caminho trilhado pela parceria entre o Estado e o Terceiro Setor, não tem sido eficiente no sentido de solucionar os problemas da sociedade brasileira, na medida em que continuamos com graves problemas na área social, sobretudo no setor de educação.

Notas

1. * Trabalho apresentado no Curso **MBA Gestão em Educação**, promovido pela Fundação João Goulart - Instituto de Estudos de Administração Pública da Cidade do Rio de Janeiro.

2. Os dados foram obtidos através do trabalho de Marcos Arruda, *O FMI e a Desintegração do Cone Sul*. Rio de Janeiro/RJ: PACS - FASE - UFRJ, 1992, p.64.

3. Para maior aprofundamento acerca do que representou a implantação do neoliberalismo nos países avançados ver Perry Anderson, “Balanço do Neoliberalismo”. São Paulo: Paz e Terra, 1992. Ver também José Luis Fiori, “Os Moedeiros Falsos”. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

4. Segundo os dados apresentados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), durante o Governo Itamar Franco (1993-1994) o patrimônio líquido vendido à iniciativa privada ficou em torno de US\$ 14,5 bilhões, enquanto que no período Collor (1990-1992) as privatizações, no que se refere ao patrimônio líquido giraram em torno de US\$ 7,8 bilhões.

5. Nessa definição o autor se fundamenta em Carrión, Rosinha Machado (2000). *Organizações Privadas sem Fins Lucrativos* (a participação do mercado no terceiro setor. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: Vol. 12 nº 2.

Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo. (2004). Apocalípticos e Integrados. São Paulo/SP: Entrevista concedida à Folha de São Paulo, 18 de jul. 2004.

ARRUDA, Marcos. (1992). O FMI e a Desintegração do Cone Sul. In: ARRUDA, Marcos, GONÇALVES, Reinaldo e PRADO, Luis Carlos D. *Mercosul ou a Integração dos Povos do Cone Sul?* Rio de Janeiro/RJ: PACS, FASE e UFRJ.

ANDERSON, Perry. (1995). Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo e SADER, Emir (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra.

BRASIL. Presidência da República. (1995). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília/DF: Câmara da Reforma do Estado.

BRASIL. Controladoria Geral da União. (2004). *Balanço Geral da União: 2000 a 2002*. Disponível em: www.cgu.gov.br/bgu.html. Acesso em 01 de dezembro de 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (1996). *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para*

uma nova interpretação da América Latina. Trad. Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo/SP: Ed. 34.

_____. (2003). *Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Vargas a Lula*. São Paulo/SP: Ed. 34.

DINIZ, Eli. (1997). *Crise, Reforma do estado e Governabilidade: Brasil: 1985-1995*. Rio de Janeiro/RJ: Fundação Getulio Vargas.

FIORI, José Luís. (1996). *Ajuste, Transição e Governabilidade: o enigma brasileiro*. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luiz. *(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra.

_____. (1997). *Os Moedeiros Falsos*. 2ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes.

GONÇALVES, Reinaldo. (1994). *Ô Abre-Alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro/: Relume-Dumará.

GOHN, Mara da Glória. (1992). *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo/SP: Cortez.


HAYEK, Friedrich August von. (1987). *O Caminho da Servidão*. Trad. Anna Maria Copovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 4a Ed. Rio de Janeiro/RJ: Expressão e Cultura: Instituto Liberal.

HOBSBAWN, Eric J. (1995). *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo/SP: Companhia das Letras.

JORNAL O GLOBO. (2004). *A força das ONGs no Governo*. Rio de Janeiro, Editoria O País, 03/05, pg. 3.

MENEGUELLO, Rachel. (1998). *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra.

MONTAÑO, Carlos. (2003). *Terceiro Setor e a Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2ª Ed. São Paulo/SP: Cortez.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. *Pensar Pelo Averso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectiva da ação social organizada nas políticas sociais*. Disponível em: www.lusotopie.sciencespo-bordeaux.fr/teodosio.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2004. 

Reforma universitária e política de ciência e tecnologia

Fernando Miguel Pacheco Chaves

Professor da UFS, e membro do grupo de estudo
sobre a Reforma Universitária da ADUFS

O presente trabalho está dividido em duas partes. Na primeira fazemos uma crítica do Documento II do MEC, comparando-o com leis e medidas provisórias já editadas sobre a Reforma Universitária, e procurando explicitar seu real significado. Nesta parte nos utilizamos de alguns estudos levados à cabo por grupos de trabalho do ANDES, e seu objetivo é publicizar os trabalhos já realizados sobre o assunto, e, ao mesmo tempo, apresentá-los reunidos de uma forma orgânica.

Na segunda parte discutimos a possibilidade de uma luta docente unificada contra esta Reforma, procurando estabelecer os pressupostos conceituais desta unidade.

Crítica do documento “Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da Reforma da Educação Superior” (Documento II, MEC, 2 de agosto de 2004)

Para entendermos o verdadeiro sentido do Documento II do MEC, é necessário compreender os pressupostos conceituais sobre universidade, e, mais do que isto, sobre sociedade, que norteiam este documento. Estes pressupostos não ficam nem um pouco claros em um documento no qual, generalidades, em princípio corretas, são em seguida negadas por orientações e diretivas concretas que apontam em direção oposta ao que tinha sido afirmado, em que conceitos, bem definidos e justos, são

logo depois deformados, ganhando novo sentido, enfim um documento eivado de contradições, conceitualmente inconsistente, e que sobretudo busca um alardeado consenso, exatamente na falta de clareza e na ambigüidade de sua interpretação. Quando nos situamos na visão de sociedade e de universidade de seus autores, e, ao mesmo tempo, examinamos as leis elaboradas sob seu arcabouço teórico, algumas das quais já aprovadas no congresso, podemos começar a entender melhor seu sentido, e o que ele realmente quer dizer.

A visão de sociedade que orienta o documento é a ideologia comumente conhecida como terceira via, e que tem no professor Giddens da universidade de Cambridge, um de seus expoentes teóricos maiores. Trata-se basicamente da sociedade neo-liberal, com um estado mínimo, em que serviços de saúde e educação, que em boa parte do mundo capitalista, sob inspiração da social democracia, eram prestados pelo estado, passam para a iniciativa privada, e no qual toda a regulamentação jurídica das relações humanas, são subordinadas as leis econômicas do mercado. Enfim a sociedade capitalista em toda sua pureza, mas temperada, e nisto consiste a inovação da assim chamada terceira via, por um conceito de solidariedade que vai tentar atenuar, na medida do possível, as inevitáveis desigualdades do regi-

me capitalista. Esta solidariedade se manifesta na forma de assistencialismo (programa fome zero, por exemplo), de serviços sociais prestados pelas empresas particulares (como se responsabilizar pela manutenção de uma praça da cidade), pela existência de “Organizações não Governamentais” se encarregando da prestação de algum serviço à comunidade. Estas atividades não são realizadas pelo Estado com os impostos cobrados, mas pelas empresas, por sua livre e espontânea iniciativa, imbuídas que estão dos valores morais da solidariedade, desde que o estado lhes garanta, as condições ideais para a total realização e usufruto de seus lucros.

Já podemos localizar um primeiro antagonismo frontal e de princípio entre esta concepção de Estado e a Universidade Pública tal como atualmente existente: na visão neo-liberal, tanto quanto na ideologia da terceira via, que neste ponto são idênticas, toda a educação deveria fazer parte da esfera da iniciativa particular, e sujeita também as leis do mercado. Nesta visão, aliás, é exatamente a sujeição às leis do mercado, que podem garantir a eficiência e a integração e adequação do sistema universitário à sociedade à qual pertence.

O documento do ministério não pode colocar este ponto de maneira clara e explícita, mesmo porque ele reconhece que a Universidade Pública é, atualmente, aquela que é capaz de estabelecer o padrão maior de qualidade, tanto no ensino como na pesquisa. Além disto o governo sabe que uma diretiva neste sentido, uniria a comunidade de todas as universidades do país, contra a sua apregoada reforma universitária.

Mas o documento aponta diversas vezes nesta direção, preparando o caminho para a privatização. Isto acontece quando argumentando que tanto as instituições públicas, quanto as privadas, prestam um serviço público, retoma o conceito de público não-estatal de

Bresser Pereira e FHC, diluindo a fronteira entre o espaço público e o espaço privado, e justificando a alocação de recursos públicos para instituições privadas. Isto transparece novamente quando no capítulo 2 --Princípios e Diretivas, no item g), coloca que: "O papel do Estado é supervisionar a Educação Superior". Por último, em toda discussão de financiamento das universidades, fica evidente, a tentativa de desobrigar o Estado do encargo de manter as universidades públicas--coloca-se, ora uma percentagem do montante total do custeio que ficaria por conta do Estado (75%), ora especula-se sobre possíveis parcerias da universidade para garantir parcelas dos montantes necessários à sua manutenção, ora aventta-se as mais insólitas maneiras de assegurar recursos para as universidades, como a criação de loterias com recursos direcionados às universidades. Cabe observar que se por um lado a desobrigação do estado com a manutenção das universidades é consentânea com a visão neo-liberal do atual governo, o empenho ingente em aventar as mais mirabolantes possibilidades para a manutenção destas instituições, que já estava presente no

A desobrigação do estado com a manutenção das universidades é consentânea com a visão neo-liberal do atual governo.

primeiro documento da Comissão Interministerial, se deve mais à presteza e subserviência dos nossos dirigentes no cumprimento dos ditames do Banco Mundial e do FMI.

O caminho porém, que nos pode propiciar a mais clara visão do real sentido do documento ministerial, e o quanto ele é antagônico ao ideário de escola pública do movimento docente, é o da análise do conceito de universidade que decorre do documento. O documento coloca que a reforma da universidade é necessária para que esta possa ter melhores condições de cumprir o “papel estratégico que lhe cabe na vida brasileira”. Este papel estratégico vai sendo explicitado ao longo do texto, começando no estabelecimento da “missão” do sistema de ensino superior, que entre outras coi-

sas deve promover uma “profunda relação com a sociedade” [2, item e)]. Na continuação da leitura, vamos compreendendo em que consiste esta profunda relação: trata-se de minimizar as desigualdades sociais, levar em conta, no fazer acadêmico, as diferenças regionais mitigando também desigualdades sociais entre diferentes regiões, ser capaz de promover igualdade de oportunidades entre os mais e os menos favorecidos economicamente, bem como de criar oportunidades para aqueles que são vítimas de preconceito, cooperar para o desenvolvimento tecnológico e portanto econômico do país. Enfim um receituário, que embora não muito novo nem original, é, em tese aceitável, nisto consistindo o alardeado consenso de todo o mundo acadêmico em torno dos princípios gerais do documento.

Cabe então um primeiro questionamento: se necessitamos de uma Reforma Universitária de largas proporções para que a universidade possa cumprir a missão acima exposta, segue-se que a universidade pública brasileira atual, embora reconhecida no próprio documento ministerial, como de bom nível, pelo menos em ensino e pesquisa, não vem, ou vem de forma muito ineficiente, cumprindo esta sua missão. Não nos iludamos-- a visão do governo sobre a universidade pública brasileira é exatamente esta que transparece no documento do MEC: universidades possivelmente até competentes para ministrar seus cursos, e realizar uma pesquisa de bom nível, mas inteiramente incapazes de traduzir estas atividades no benefício social que delas se poderia esperar, e mais ainda, cada vez mais elitistas, uma vez que tem que selecionar frações cada vez menores da demanda total pelo ensino de terceiro grau, para compor o seu quadro discente. É desta visão que decorre toda a estrutura das diretrizes da Comissão Interministerial para a Reforma Universitária, e também, conseqüentemente, a estrutura do documento do MEC.

Ou há autonomia, ou não há; e a autonomia é inerente e elemento essencial do próprio conceito de universidade.

Para ser implementada a Reforma Universitária tem que se apoiar, sempre segundo o documento, na criação de adequadas “condições políticas” e adequadas “condições acadêmicas”. As condições políticas se assentam sobre o tripé: “autonomia”, “avaliação”, e “financiamento”. Começamos nossa análise, pelo conceito de autonomia, que é o ponto nevrálgico da apregoada reforma, e ao mesmo tempo será o elemento básico de nossa análise crítica do documento e sua desmistificação.

Depois de situar a liberdade acadêmica como “pressuposto da Educação Superior, argumento central da justificativa da existência dessas instituições e valor maior que deve ser zelado e preservado por todos os integrantes do sistema”, coloca a autonomia como sendo “para a instituição universitária, o correlato jurídico da liberdade acadêmica” [4.1 Autonomia].

E em seguida, no mesmo tópico, [4.1] --- “A Autonomia é inerente ao conceito de Universidade e é condição indispensável ao funcionamento pleno desta Instituição. A própria figura jurídica da Universidade merece ser diferenciada pelo atributo que a Constituição, através do Art. 207, lhe confere”.

Este belíssimo conceito de autonomia, colocado de forma tão clara, enfática, e nos termos absolutos que realmente lhe cabem -- não existem formas, nem graus de autonomia: ou há autonomia, ou não há; e a autonomia é inerente e elemento essencial do próprio conceito de universidade, -- começa, logo no tópico seguinte [4.3 Avaliação e Regulação], a ser esgarçado quando se afirma: “Se a sociedade define os fins mais amplos, a Autonomia consiste em responsabilizar a Universidade pela escolha dos meios, ”... “que melhor a promovam”. E logo em seguida, ainda no mesmo tópico [4.3], é completamente deturpado quando se estabelece graus de autonomia a serem conferidos a cada universidade dependendo de sua avaliação: “incentivos e maior autonomia para as instituições mais bem avaliadas”.

A evolução que sofre o conceito de autonomia no decorrer de um mesmo documento, e mais que isto, em um mesmo capítulo, é por si só, um fato digno de nota. Mas não nos interessa aqui simplesmente apontar a inconsistência conceitual do documento da Comissão Interministerial, mas entender porque, dentro de sua visão de universidade, os autores são levados a esta contradição, e como este mesmo processo de raciocínio, dentro desta mesma visão de universidade, se estende e acaba contraditando e invalidando a grande maioria dos chamados “Princípios e Diretrizes da Reforma” que ficam então reduzidos ao que realmente são: letra morta a encobrir com belas palavras as reais intenções do governo para com este patrimônio cultural imenso da nação que são suas universidades públicas.

Vamos então mostrar a cadeia de deduções que leva à completa negação do conceito de autonomia. Recordemos que o atual governo adota como modelo de sociedade o sistema neo-liberal, temperado por uma abstrata solidariedade trazida pela ideologia da, assim chamada, terceira via, como explicamos acima. Estabelece então como missão da universidade, contribuir para o processo de desenvolvimento social da nação, mas, alicerçado no direito que lhe é conferido pelo “mandato popular de que o Governo está investido” [2. Princípios e Diretrizes] toma como paradigma desta evolução, a sua própria visão de sociedade. Compreende porém que boa parte da comunidade universitária não comunga deste ponto de vista, e assim, tem que inventar uma série de esquemas para induzir a comunidade a se adequar à esta sua visão de sociedade. Sua principal arma para o bom andamento deste intento é o montante de recursos destinado à manutenção das universidades. A avaliação aparece então como outro elemento essencial de todo este processo; avalia-se as instituições, por seu

O atual governo adota como modelo de sociedade o sistema neo-liberal, temperado por uma abstrata solidariedade trazida pela ideologia da, assim chamada, terceira via.

“Plano de Desenvolvimento e Gestão” [4.2 Financiamento], e avalia-se o professor por um critério de produtividade a ser definido, que virá a ser expresso por uma pontuação. Esta pontuação vai determinar inclusive o regime de trabalho do professor: “Na mesma perspectiva, o regime de Dedicção Exclusiva deve ser condicionado a rigoroso acompanhamento individual, com avaliações periódicas e comprovação de produtividade acadêmica” [6.2 Gestão]. O resultado destas avaliações, feitas segundo o critério da adequação da atividade universitária à política desenvolvimentista neo-liberal do governo, vai se traduzir então, tanto no montante de recursos alocados à cada instituição, quanto no desenvolvimento da carreira do professor.

Trocado em miúdos, esta é a estratégia do governo para realizar as condições políticas da sua reforma universitária, e entendemos agora o porque do tripé, autonomia, avaliação financiamento. A deformação do conceito de autonomia, na colocação do documento é a completa liberdade acadêmica concedida à Universidade, para que ela cumpra, e desde que cumpra, o projeto estabelecido pelo governo vai a par com a destruição de um outro conceito fundamental da vida acadêmica, qual seja o da universidade entendida como o espaço por excelência do livre debate de idéias. Este outro conceito também está mencionado no documento do MEC, mas vemos que é, novamente, letra morta, colocado apenas para encobrir o que na verdade está sendo dito.

Toda esta montanha de autoritarismo, mascarado por um discurso que se pretende a todo custo democrático, está fundamentado em um equívoco conceitual e filosófico. Entendem os autores do documento, que de um lado está o governo, que, pela investidura que lhe concedeu o voto popular, tem o direito de pensar a sociedade e estabelecer seus rumos e critérios

de desenvolvimento; de outro lado está a universidade, que será então tanto mais socialmente referendada quanto mais puder colaborar neste projeto de desenvolvimento do governo. É nesta separação metafísica em dois pólos de pensamento, sem a compreensão do trânsito dialético das idéias e a mútua interação entre as diferentes esferas sociais, que está o erro básico do documento. Além do mais esquecem-se, estes senhores que montaram tal documento, que a universidade sim, é que é o campo mais propício e mais fértil para a elaboração da crítica social, e para a descoberta de novos e mais justos modelos de sociedade; que quando nos referimos à educação e à formação do cidadão crítico, é exatamente a isto que estamos nos referindo (como eles aliás repetem, mas aparentemente sem terem entendido). Esquecem-se finalmente que até a ideologia que eles, com tanto empenho defendem, o neo-liberalismo-terceira via, foi discutida e elaborada em universidades --entre elas a Universidade de Cambridge-- e no caso, por isto mesmo, esta ideologia não nos convém: estamos na periferia subjugada do mundo neo-liberal globalizado.

Tendo esclarecido os equívocos conceituais em que se alicerça o II Documento Interministerial, tanto no que concerne à concepção de sociedade, quanto no que tange à visão de universidade, fica mais simples localizar os engodos e as falácias das diferentes diretivas contidas no documento. Passemos a analisá-las separadamente, observando que se encontram em diferentes estágios de implementação, indo desde aquelas que já foram convertidas em leis que, por sua vez, já foram aprovadas, até as que estão apresentadas apenas à nível de uma colocação geral de idéias.

1* Política de cotas.

Consiste em garantir um percentual mínimo de cotas nas vagas do vestibular, para alunos que cursaram integralmente o Ensino Mé-

dio em escolas públicas, e para alunos pertencentes à grupos étnicos discriminados.

Não vamos discutir aqui se esta é uma boa maneira de combater a discriminação racial. Observemos, em primeiro lugar, que esta é uma solução típica da visão neo-liberal-terceira via de sociedade. De fato, o Estado, incapaz de garantir um padrão de vida digno para toda população, inclusive com acesso à uma educação de bom nível em todos os graus, procura minimizar o problema, garantindo artificialmente vagas na Universidade Pública, para uma parte, necessariamente muito pequena, de pessoas provenientes de camadas menos favorecidas, desta sociedade construída na base da desigualdade. Dissemos necessariamente muito pequena, porque sabemos que a Universidade Pública atende atualmente uma pequena fração da demanda global por ensino superior do país, e assim, a troca de alguns alunos, que em uma seleção de competência fariam jus à uma vaga na universidade, por outros que obtém esta vaga provando que provem de uma camada social menos favorecida, em nada ameniza o problema da carência do atendimento educacional para o conjunto da população. Além disto, o favorecimento de alunos menos preparados, em detrimento de alunos mais preparados, nunca poderá ser considerada uma solução de grande justiça, do ponto de vista pedagógico, quaisquer que sejam as justificativas aventadas para tal solução. E mais do que isto, esta solução pode resultar em completo

O Estado, incapaz de garantir um padrão de vida digno para toda população, procura minimizar o problema, garantindo artificialmente vagas na Universidade Pública.

desastre, mesmo para aqueles pretensamente por ela favorecidos, pois eles podem afinal não apresentar condições para seguir um curso para o qual se classificaram, não por razão de competência, mas por razões de política sócio-econômica. Alias este é um bom exemplo da humanização que a terceira via traz para o capitalismo na sua fase de globalização neo-liberal não chega sequer a ser um paliativo; não passa de mero engo-

do; de auto engano para aplacar a consciência cristã dos dirigentes e dos mais favorecidos, e de demagogia, para tentar fazer crer à grande massa dos excluídos, que alguma coisa está sendo feita para eles.

A política de cotas fere ainda um princípio fundamental do ideário de Universidade, qual seja o da liberdade acadêmica. Recordemos que na sua seção de belas declarações, o documento do MEC tinha colocado a autonomia como o correlato, para a instituição, da liberdade acadêmica, e a autonomia, na mesma seção, era vista como um atributo essencial do próprio conceito de Universidade. Mas que liberdade acadêmica é esta, em que até a percentagem de alunos aprovados em um determinado momento de seu processo de formação, já vem estabelecida por lei? Na base desta argumentação, aliás, é que a UFRJ decidiu, através de seus conselhos superiores, não acatar a política de cotas.

Temos que reconhecer porém, que esta é uma das poucas idéias, senão a única, que foi bastante ventilada e discutida antes de ser promulgada e aprovada, como lei, e que, apesar de todas as críticas que vem sofrendo, conta com o apoio de parte do professorado; por exemplo a Universidade de Brasília já vem dando os primeiros passos no sentido de sua implementação.

2* Programa Universidade para Todos (PROUNI)

Este programa consiste na concessão de bolsas de estudo integral para cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, para estudantes carentes em instituições particulares de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. No início estabelecia-se uma renda familiar de até um salário mínimo para qualificar o que seria o estudante carente; este limite foi posteriormente um pouco aumentado. Estas bolsas de estudo seriam concedidas pelas próprias instituições particulares, que se com-

prometeriam em garantir para o programa 10% de suas vagas, as quais seriam retiradas de suas vagas ociosas, e que teriam em contrapartida, completa isenção de impostos.

Nota-se neste projeto de lei, já em tramitação no Congresso, a diluição da fronteira entre espaço público e privado e a alocação de recursos da esfera pública para a privada, que apontamos no início deste estudo. Mas o que interessa saber é, até que ponto, esta lei pode de fato contribuir para o acesso à educação superior, de parcelas significativas de estudantes carentes, à um custo mais baixo para o Estado, que o investimento na escola pública.

A primeira falácia que trata-se de desmistificar é a qualificação de “vagas ociosas” das universidades particulares. Vejamos o que significa isto.

O ensino de terceiro grau, vinha sendo, nos últimos anos, um excelente negócio, realizando lucros só inferiores aos lucros das instituições bancárias. Daí aliás, a extraordinária expansão do sistema educacional privado de terceiro grau. Ultimamente porém, este sistema vem sofrendo de um sério

problema: o alto nível de inadimplência que chega a atingir uma média de 40% dos alunos, os quais acabam ficando sem condições de continuar seus estudos, gerando então as chamadas “vagas ociosas”. Concluimos portanto que estas nada mais são, que conseqüências do super-dimensionamento do negócio universidade particular, e vemos ainda, como em um país pobre como o Brasil, com o povo sujeito à nível de emprego e condições salariais cada vez mais precárias, as instituições de ensino particulares não podem se apresentar como solução do problema educacional para o conjunto da população.

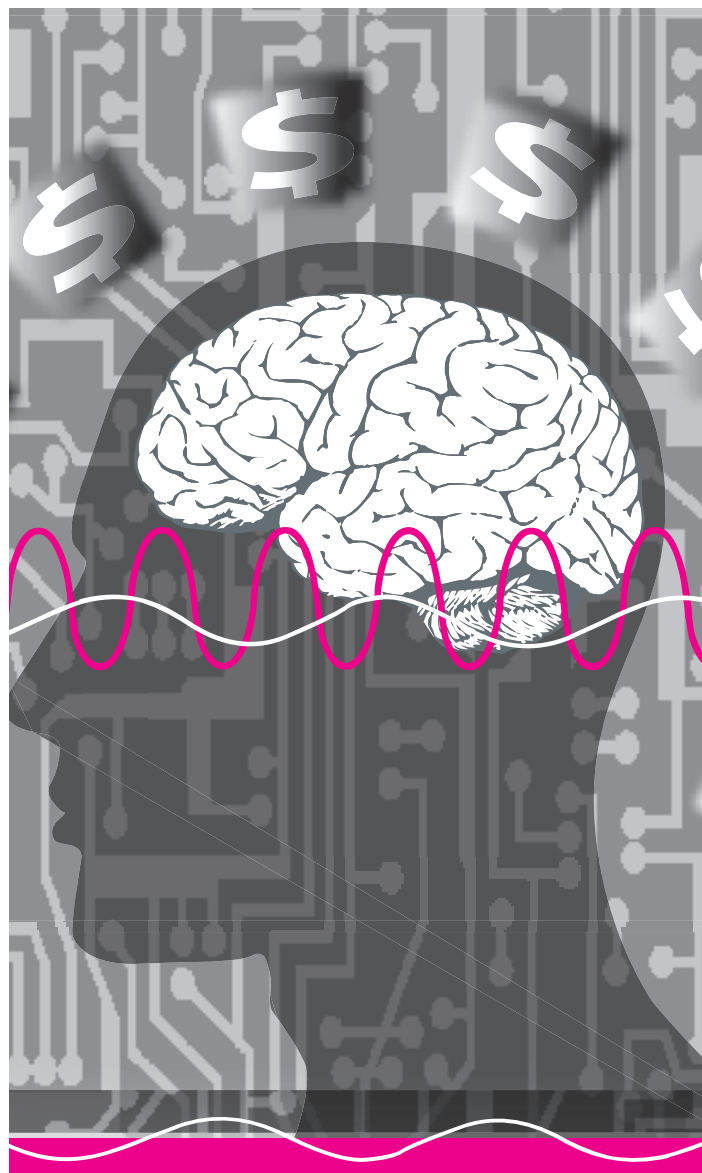
Ao mesmo tempo, segundo a teoria econômica, é o próprio mercado que deveria se encarregar de corrigir este super-dimensionamento, forçando as universidades particulares à adequarem o número de vagas, à sua real de-

A primeira falácia que trata-se de desmistificar é a qualificação de “vagas ociosas” das universidades particulares.

manda. Mas como freqüentemente ocorre no regime capitalista, o poder do mercado, inexorável e absoluto quando se trata de retirar direitos sociais dos trabalhadores, pode ser relativizado e amenizado, quando se trata de salvar os empresários. No Projeto de Lei em questão, o que se está procurando, é realizar o “pacto social”, como é preconizado pela ideologia da terceira via, entre os empresários do ensino, que, em razão mesmo de sua natureza, estão interessados em seus lucros, e o conjunto da população, que em razão mesmo da concentração de renda do regime capitalista, e ainda em país periférico e explorado do capitalismo globalizado, não tem, na sua esmagadora maioria, a menor condição de pagar por seus estudos. E este complicado acordo seria viabilizado pelo Estado, mediante a isenção de impostos das IPES (Instituições Particulares de Ensino Superior).

Mas para realmente aquilatar o quanto esta lei, que como mostramos, nasce basicamente de uma postura ideológica, pode ter alguma eficiência no que em princípio se propõe, ou seja, para responder à questão que já havíamos colocado acima, temos que fazer uma análise mais detalhada, levando em conta os dados concretos sobre a situação da educação e o montante de investimentos necessários. Esta análise está feita em um dos relatórios do grupo de trabalho sobre a reforma universitária do ANDES, e assim vamos reproduzir aqui algumas de suas conclusões. Referindo-se a inadimplência no setor privado, que é da ordem de 40%, o relatório coloca:

“A situação das particulares será exótica: uma vasta parcela de estudantes das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES) está na iminência de evasão por falta de condições de manter o pagamento de suas matrículas e mensalidades e, ao mesmo tempo, em nome da ampliação do acesso, o Estado adquire vagas nestas instituições para os “pobres”. Com esta opção pelo setor privado, de um lado, o Estado estaria ampliando o acesso, e, de outro, milhares de jovens, premidos pela ina-



dimplência em virtude do caráter privado de suas matrículas, é forçado a abandonar o direito republicano ao conhecimento. Em 2002, ingressaram um milhão de estudantes nas IPES, enquanto apenas 315 mil concluíram, conforme o INEP (Censo INEP, 2002). O gargalo econômico imposto pelas privadas é inclemente. Assim, a alternativa de fortalecer o setor privado somente fortalecerá esse ciclo vicioso, ou, pelo menos até que o Estado subsidie a totalidade dessas vagas.

Em relação aos argumentos de que a alternativa proposta não requer renúncia fiscal significativa, é preciso examinar a situação com mais rigor. Atualmente, apenas as filantrópicas

consomem R \$ 839,7 milhões ao ano. É dinheiro que o Estado deixa de arrecadar: R\$ 634 milhões em contribuições previdenciárias ao INSS (Instituto Nacional do seguro Social) e mais R\$ 205,7 milhões em tributos recolhidos pela Receita Federal. Caso o PROUNI seja aprovado, mais de 1125 instituições gozaram de isenções fiscais. Embora estudos adicionais tenham de ser feitos, é razoável supor que o montante será extremamente elevado. Estudo do GTI sugere que com R\$ 1 bilhão seria possível dobrar o número de estudantes nas IFES. A Emenda Andifes deste ano – necessária para fechar as contas mais emergenciais – é de apenas R \$ 58 milhões”.

Vê-se claramente neste estudo do ANDES, o quanto é irreal e contraproducente para a nação, esta compra de vagas nas particulares: em síntese, se somente a perda de impostos, que já existe pela isenção das instituições filantrópicas é de R \$ 839,7 ao ano, imagine-se qual seria este montante, se estendermos esta isenção a todas as particulares, ou seja a mais 1125 instituições?! Por sua vez um investimento de 1 bilhão de reais, diretamente nas federais, poderia trazer um fantástico aumento de suas vagas (um aumento de 100%).

O estudo detalhado deste projeto acaba evidenciando ainda um outro ponto mais geral, sobre esta ideologia da assim chamada terceira via. É que, se esta ideologia pode fazer sentido para os países desenvolvidos, que conseguem pela exploração dos países periféricos, garantir razoável, ou mesmo bom nível de vida para uma boa parte de sua população, ela não tem o menor sentido para os países periféricos do mundo capitalista globalizado, em que os excluídos e miseráveis constituem a maioria da população. Como em um país como Brasil, eterna e cada vez mais colônia de produção, como tão bem caracterizou Caio Prado Júnior, um país em que somente 8% dos jovens na faixa etária de 18 a 24

anos estão na faculdade (quando no Chile são 27% e na Argentina 39%), pode ter o seu problema educacional resolvido por discretas e pontuais medidas paliativas como estas do Projeto de Lei que institui o PROUNI?!?

3* Projeto de inovação tecnológica

As propostas para ciência e tecnologia, e sua ligação com as universidades, é outro ponto em que a retórica do governo pode, à primeira vista, dar a impressão que seus projetos atendem às necessidades do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro e que poderiam, se implementados, livrar o país do atraso e dependência econômica em que atualmente se encontra.

Nada mais falso. A Reforma Universitária que o governo está pondo em prática, à revelia e contra o pensamento de boa parte da comunidade universitária, se contrapõe às instituições públicas principalmente na sua característica de espaço onde se realiza a pesquisa científica e tecnológica e por isto tende, isto sim, a ratificar este estado de atraso e dependência econômica.

O Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, não está tratado no documento ministerial que estamos analisando, mas toda orientação do documento se adequa perfeitamente ao Projeto de Lei. Condizentes com a metodologia que estamos adotando neste trabalho, vamos defender nossa assertiva do parágrafo anterior, lembrando inicialmente o ponto de vista geral sobre sociedade e universidade do governo, para em seguida corroborar nossas conclusões pela análise mais detalhada do próprio projeto.

No discurso do presidente Lula na cerimônia de assinatura da MP de criação do Conselho Nacional e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e assinatura do projeto de Lei de Inovação, ele reconhece que – “Nos anos 90, o Brasil cometeu o erro de achar

Vê-se claramente neste estudo do ANDES, o quanto é irreal e contraproducente para a nação, esta compra de vagas nas particulares.

que estávamos condenados a não ter acesso às bases tecnológicas do progresso. Restaria ao Brasil o papel de um importador tecnológico dependente, subordinado e caudatário”. Logo em seguida observa que outros países, como por exemplo, a Coreia do Sul, registraram saltos de padrão tecnológico e como consequência, importante aumento de renda e substancial diminuição da pobreza.

Concordamos inteiramente com o presidente quando ele coloca que, “nos anos 90, o Brasil cometeu o erro de achar que não podia ter acesso às bases tecnológicas do progresso”, ou seja, quando ele situa nosso atraso tecnológico e nossa dependência e subordinação [à países mais desenvolvidos], como decorrência de um erro, quer dizer, de uma decisão política equivocada. Mas esta política equivocada, não pode ser revertida simplesmente pela criação de uma Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e pela assinatura de um Projeto de Lei de Inovação Tecnológica. Outras agências de fomento e outras leis, em princípio bem intencionadas, existiram também em governos anteriores. Mas a política equivocada, que o presidente Lula coloca como responsável por esta errada opção pelo atraso tecnológico, é algo maior e mais complexo.

Esta política é toda a maneira pela qual se concebe a inserção de nosso país na economia mundial globalizada. A visão de que o desenvolvimento e a modernização do país, só podem ser alcançados via importação de capital e a mais completa abertura de nossos mercados ao capitalismo internacional, tem sido a constante, que vem caracterizando a política brasileira, com pequenas variantes, durante toda a Segunda metade do século 20. Esta política é a herdeira natural de nosso desenvolvimento anterior, ainda como nação quase que exclusivamente agrária, baseado na mono cultura de exportação, e se alicerça em uma sociedade for-

temente estratificada, com grandes contingentes populacionais pobres e miseráveis, em regimes políticos que, ainda que sob variadas ordens institucionais ditadura ou legalidade democrática são sempre caracterizados por fraca representatividade e quase nula participação popular, e por uma geo-política continental que nos vincula e subordina à nação capitalista hegemônica.

Coerente com este passado recente da história político econômica de nosso país, a nossa inserção no capitalismo atual globalizado é aquela que conhecemos muito bem: uma economia inteiramente subordinada ao capital estrangeiro, seja pela presença maciça de companhias multinacionais, seja pela existência de uma eterna e enorme dívida para com os órgãos de fomento internacionais, tipo Banco Mundial e FMI, que acarreta um fluxo contínuo de divisas para o exterior na forma de juros da dívida externa, bem como permanente monitoramento de nossa economia pelos funcionários destes organismos internacionais. Este monitoramento não se restringe à aspectos financeiros, mas destes aos econômicos e dos econômicos aos políticos, em uma cadeia de inter-relacionamentos que leva à níveis realmente inauditos de ingerência em toda a estrutura da vida nacional. Um bom exemplo desta ingerência, é o nosso humilde pedido de permissão para empregar uma parte dos recursos obtidos junto ao BM e FMI para o financiamento de obras de infra-estrutura, pedido sempre visto com maus olhos pelo FMI, mesmo quando o Brasil vem cumprindo, de forma melhor que a prevista, todos os acordos e metas estabelecidos com estes órgãos. Outro exemplo são as normas que o Banco Mundial elaborou para os sistemas educacionais das nações subdesenvolvidas.

Pois esta sim, é que é a opção política responsável por nosso atraso tecnológico, subor-

A nossa inserção no capitalismo atual globalizado é aquela que conhecemos muito bem: uma economia inteiramente subordinada ao capital estrangeiro.

dinação econômica e estado crônico de pobreza. E infelizmente esta opção política não foi modificada, pelo contrário aprofundou-se, no atual governo. Senão vejamos.

A inovação tecnológica não se dá somente, nem principalmente nas universidades. Por exemplo nos Estados Unidos, segundo um estudo do professor Edwin Mansfield, da Universidade da Pensilvânia, 9, em cada 10 inovações nascem na empresa. As condições concretas da produção, e da competição capitalistas, é que são os principais estímulos das inovações tecnológicas. É claro porém, que para que ela possa existir, tem que haver um substrato de pesquisa fundamental, que, esta sim, é realizada principalmente na universidade, e, sobretudo é preciso que o pesquisador inovador, trabalhando na empresa, tenha tido uma boa formação científica, o que depende da universidade. Então como esperar que em uma economia fundamentalmente dominada pelas empresas multinacionais, possa haver um grande estímulo ao progresso tecnológico? As multinacionais importam das matrizes seus padrões tecnológicos. Se analisarmos as nações emergentes que tem apresentado avanços tecnológicos significativos, como Índia, China, ou Coréia do Sul, para ficarmos nas citadas no discurso presidencial, veremos que a maneira como estes países se inserem na economia mundial, é muito diferente da nossa. Ora, o atual governo nada tem feito no sentido de alterar o nosso tipo de inserção como país periférico, dependente e subordinado tanto ao capital internacional e aos órgãos decisórios dos organismos que gerenciam este capital, quanto às multinacionais que constituem a maior parte de nossa indústria. Pelo contrário, vem aderindo, cada vez com maior empenho e convicção, à uma política que acentua esta dependência. Assim,

Como explicar ainda, para um governo que se diz preocupado com a pesquisa, que reconhece na pesquisa e na tecnologia os instrumentos para alavancar o progresso da nação e erradicar de vez a pobreza e a miséria do país, esta opção pela universidade particular, nas quais, via de regra não se desenvolve pesquisa alguma?

independentemente da famosa polêmica sobre crescimento e sobre crescimento sustentável, o que decididamente não está crescendo, e nem poderia crescer nas atuais circunstâncias, é um parque industrial nacional, importante e competitivo, e, por isso mesmo, necessitando da inovação tecnológica, e capaz de bancar sua pesquisa.

É crível, por outro lado, que o governo esteja realmente empenhado no desenvolvimento científico e tecnológico do país, e ao mesmo tempo mantenha na penúria e degradação o sistema universitário público que ele mesmo reconhece, no documento interministerial, como responsável por mais de 90% de toda pesquisa nacional? No período entre 1995 e 2003 houve uma redução de

57,8% das verbas para as IFES. Nos anos do atual governo (2003 e o corrente ano de 2004), esta tendência não sofreu reversão, pelo contrário tem sido os anos mais difíceis para a Universidade Pública. Os Centros Federais de Educação Tecnológica, também tem sido altamente penalizados por esta política de contingenciamento dos anos de 2003 e 2004.

Como explicar ainda, para um governo que se diz preocupado com a pesquisa, que reconhece na pesquisa e na tecnologia os instrumentos para alavancar o progresso da nação e erradicar de vez a pobreza e a miséria do país, esta opção pela universidade particular, nas quais, via de regra não se desenvolve pesquisa alguma? Porque então comprar vagas nas particulares, a um custo maior do que o necessário para aumentar significativamente o número de vagas no sistema público, como mostramos acima?

Fica portanto claro, que a atual orientação política do governo, que podemos julgar por suas ações mais que por suas palavras, não aponta no sentido do progresso científico e tecnológico, apesar de suas enfáticas declara-

ções sobre a importância da ciência e tecnologia para o progresso da nação e para a superação de sua pobreza crônica.

Mas então qual o significado deste projeto de lei de inovação, e qual sua relação com a universidade?

O projeto de lei refere-se essencialmente à universidade e à parceria entre ela e a empresa privada. Na ótica do governo, a lei pretende fazer com que a universidade aumente seus esforços, canalizando uma parte muito maior de suas atividades, no sentido da pesquisa e inovação tecnológica, ao mesmo tempo que estreite sua ligação com a empresa privada, não só fornecendo a ela os resultados de sua pesquisa, como eventualmente utilizando seus pesquisadores, transformados em empreendedores pelos novos e mais genéricos currículos que se pretende implantar, como executivos de novas empresas. Aumentando o lucro das empresas, a universidade estaria finalmente cumprindo a missão, que a sociedade espera, e tem mesmo o direito de dela cobrar, qual seja, de contribuir efetivamente para o progresso da nação e erradicação da pobreza.

O aparente primarismo e irrealidade destas colocações, servem para encobrir as reais finalidades das propostas desta lei, estas sim, muito bem fundamentadas por seus inspiradores, os teóricos do Banco Mundial, no atual estado de coisas, qual seja, nossa natureza de nação colonizada. Ao mesmo tempo, ela é extremamente competente no que se propõe, que é manter e aprofundar esta situação atual de “colônia de exportação”.

Para começar ignora-se a que tipo de empresa se está referindo na lei; fica um pouco subentendido que trata-se de empresas particulares e não para estatais. Também não se distingue, se são empresas brasileiras estrangeiras ou multinacionais. Aliás na ótica da globalização estas distinções não fazem mais sentido. Só que o

enorme juro que o país tem que pagar todos os anos como consequência de sua dívida externa, são em parte para garantir os lucros das multinacionais. O capital é internacional, mas a dívida é nacional. Mas o que queremos frisar aqui, é que sendo a maior parte destas parcerias empresa-universidade, realizadas, pela própria natureza de nosso parque industrial, com empresas multinacionais, não tem muito sentido falar de inovação tecnológica. Mesmo sem excluir completamente a possibilidade de que alguma invenção tecnológica pudesse ser realizada na filial brasileira, e ainda neste caso a vantagem seria para a multinacional e não para o desenvolvimento tecnológico nacional, é evidente que a multinacional importa seu padrão tecnológico da matriz. Assim não se trata de uma parceria para inovação tecnológica, mas como bem coloca o relatório de um grupo de estudos do ANDES: “o objetivo é transformar as IES em espaços de adequação tecnológica, de prestação de serviços, e de ajustes em processos e serviços – atividades que não podem ser conceituadas como próprias das universidades. Assim, esses projetos ao generalizarem essas atividades, redefinem a própria função social das instituições”. Podemos constatar, já agora, esta “redefinição” da função social da universidade, pelas parcerias que já vão sendo montadas, e pelo funcionamento de grande parte das fundações privadas

Podemos constatar, já agora, esta “redefinição” da função social da universidade, pelas parcerias que já vão sendo montadas, e pelo funcionamento de grande parte das fundações privadas que vicejam nas IES.

que vicejam nas IES. Até certo ponto então, a lei vem apenas conectar aquilo que já vem acontecendo. Mas ela vai além, ao não somente explicitar e assumir de maneira mais clara o que já vem se esboçando neste processo de parcerias, como levando avante o raciocínio, tirar todas as consequências que decorrem deste tipo de interação que subordina completamente a Universidade à empresa multinacional.

Vejam então estas consequências, e para tanto citemos no-

vamente o relatório do grupo de estudos do ANDES. “Uma das expressões mais marcantes da reconfiguração da universidade é a resignificação (melhor seria falar em desconfiguração) do trabalho docente. No PL o processo de conversão do professor em um empreendedor é denominado eufemisticamente de “Modernização das relações de trabalho”.

A nova legislação, conforme Min. C&T oferece uma espécie de gratificação para quem produzir conhecimentos que venham a ser usados por empresas: “vamos dar ao pesquisador a oportunidade de ser também um empreendedor” (Campos)(OESP,29/4).

De fato, o Art. 9 do referido PL estabelece que o professor envolvido na prestação de serviço poderá receber contribuição pecuniária da instituição na forma de “adicional variável” ou, como estabelece o Art. 10, “bolsa de estímulo à inovação”. Na prática isto significa mais repasse de recursos públicos para o setor empresarial. O PL tem de ser compreendido portanto, no bojo das PPP que prevêem a aplicação de fundos federais em projetos de “interesse comum” para acelerar a incorporação de tecnologias pelas empresas”.

Vemos, do que até aqui foi exposto, a completa desconfiguração do trabalho acadêmico, mas com uma promessa de melhores ganhos para o pesquisador. Subsiste ainda a impressão de que esta nova regulamentação, apesar de tudo, poderia alavancar o progresso tecnológico. Na continuação do relatório do ANDES, a quem devolvemos a palavra, a análise de outros artigos do Projeto de Lei, traz à luz o preço à pagar por esses ganhos adicionais, e o tipo de avanço tecnológico que se está almejando, e se ele interessa à nação: “A conversão do professor em empreendedor está expressa no Art. 14, que assegura ao inventor ou ao autor - de projeto, processo ou serviço - participar

em até um terço dos ganhos econômicos auferidos pela instituição. Até mesmo a transformação do professor em empresário é permitida. O docente pode se afastar por até 6 anos para tentar um a carreira empresarial (e até mesmo para constituir empresa). Durante o período de afastamento são assegurados ao professor o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei e ainda progressão funcional e benefícios da seguridade. Em suma, todas as garantias para o empresariamento são asseguradas pelo Estado (Art. 15, 16). A privatização dos recursos públicos fica patente, ao canalizar recursos que deveriam ser investidos nas universidades, em pagamento de salários a docentes e funcionários e em pesquisas, para permitir que docentes possam tentar se colocar no mercado agora como empreendedores, sem qualquer risco ou ônus para sua carreira profissional e sem qualquer custo para as empresas. Essa conversão obviamente não é sem conseqüências para o trabalho acadêmico. O professor empreendedor, embora possa fazer jus a alguma remuneração extra, terá que insti-

tuir a censura e a mordada nas salas de aula e laboratórios.

Art. 13: É vedado a dirigente, ao criador ou a qualquer servidor, empregado ou prestador de serviços de ICT divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de criações de cujo desenvolvimento tenha participado diretamente, ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização da ICT.

É importante ressaltar que o artigo citado não se refere apenas a sigilo sobre produção industrial, mas afeta inclusive questões relativas à ética de pesquisa, notadamente em seres humanos e no meio ambiente, por exemplo proibindo a divulgação de efeitos nocivos de determinado procedimento

A privatização dos recursos públicos fica patente, ao canalizar recursos que deveriam ser investidos nas universidades, em pagamento de salários a docentes e funcionários e em pesquisas, para permitir que docentes possam tentar se colocar no mercado agora como empreendedores.

ou substância. Serias de se esperar, frente ao acúmulo de conhecimento produzido pelos Comitês de Ética em Pesquisa, que a legislação obrigasse a empresa a fazer tal divulgação, assim como o pesquisador e sua instituição de origem. O PL coloca a mordça em todos, docentes, funcionários e estudantes, envolvidos ou não com o projeto em questão.

Cumpra ressaltar que todo conhecimento, tecnologia, processo ou produto derivado de investimento público - sob a forma de pessoal, instalações, equipamentos ou recursos - constitui patrimônio público, deve ser acessível a todos e reverter em benefícios para toda a sociedade. A apropriação privada do conhecimento e seu uso para fins lucrativos não se inscrevem no campo ético e sua instalação como modo de funcionamento na Universidade Pública constitui mais um elemento para sua resignificação, sua desconstrução. Essa orientação colide não só com o preceito constitucional da autonomia didático-científica das Universidades, como agride os preceitos constitucionais de liberdade de produção, expressão e circulação de conhecimentos e saberes. Essa questão, por si mesma extremamente grave, é magnificada pelas radicais transformações da política de financiamento de C&T.

O investimento público em ciência e tecnologia (C&T) é extremamente baixo no Brasil. A reivindicação histórica da Universidade e do movimento docente sempre foi, não apenas pelo aumento de recursos, mas pela autonomia das instituições, grupos de pesquisa, programas de pós-graduação na aplicação destes recursos. Na contramão destes anseios e da experiência de outros países que promoveram um salto qualitativo, em seu desenvolvimento científico e tecnológico, o Projeto de Inovação Tecnológica desvia os já poucos recursos para

No ideário neo-liberal, o ensino, incluindo o ensino universitário, não deveria ser custeado pelo Estado. O Governo não pode, por razões que já aventamos, assumir abertamente esta posição, mas procura a todo custo imaginar as mais variadas formas de financiamento para a Universidade Pública.

controle direto das empresas, destruindo a pesquisa básica, a pesquisa nas áreas sociais e humanas e toda a pesquisa que não seja de interesse imediato do mercado capitalista dependente. (Art. 19)

Por fim, nos Art. 10, o projeto explicita e dá concretude ao Projeto de Parceria Público Privada, ao estabelecer que as empresas, por não possuírem departamentos de pesquisa e desenvolvimento, a exemplo do que acontece em suas matrizes, poderão subordinar as Universidades em mera prestadora de serviços, atendendo a seus interesses específicos e imediatos. A necessidade de desqualificar a Universidade e de viabilização de privatização do [bem] público chega ao paroxismo no Art. 20,

que propugna mesmo o descarte da Universidade, ao possibilitar que a União contrate diretamente empresa privada para a realização de pesquisa e desenvolvimento”.

Vemos assim, de maneira insofismável o quanto a Universidade é agredida por este Projeto de Lei na autonomia, que lhe confere a constituição, e o quanto a ética e a própria legislação acadêmica são violadas por uma lei que institui o segredo na produção do conhecimento, flexibiliza as relações de trabalho e desrespeita o estatuto do concurso público e as normas do direito público. O caráter subordinado da pretendida pesquisa tecnológica e inovação que esta lei procura regulamentar, também já está muito claro. Vamos agora mostrar que esta lei, se aprovada e implementada, pode inviabilizar qualquer pesquisa e portanto qualquer inovação tecnológica.

Começamos porém por um outro ponto. Já temos colocado algumas vezes ao longo deste trabalho, que no ideário neo-liberal, o ensino, incluindo o ensino universitário, não deveria ser custeado pelo Estado. O Governo não pode, por razões que já aventamos, assumir aberta-

mente esta posição, mas procura a todo custo imaginar as mais variadas formas de financiamento para a Universidade Pública. Com a regulamentação das parcerias universidade empresa, reaparece o velho mito de que a Universidade poderia obter uma parte significativa de seu sustento, das empresas com as quais “colabora”.

Não é difícil mostrar que isto não poderia acontecer. De início, isto já seria impossível porquanto nas parcerias que se estruturassem segundo a regulamentação da Lei de Inovação, já vimos que seria mais provável a transferência de recursos do Estado para as empresas, do que o contrário. Mas mesmo em parcerias menos espúrias, isto também não aconteceria. Por exemplo, nos EUA, o financiamento das universidades por meio de captação de recursos privados é reduzido: dos US \$ 27,5 bilhões alocados em pesquisa em todas universidades estadunidenses em 1999, apenas 7,5% foram obtidos de contratos com empresas. Os cerca de US \$ 2 bilhões captados nas empresas pelas universidades representam 1,4% dos quase US \$ 180 bilhões investidos em pesquisa e desenvolvimento nas empresas estadunidenses no referido ano.

Para entendermos porque na verdade esta lei, se aplicada em toda sua potencialidade inviabilizaria toda pesquisa e portanto qualquer real inovação tecnológica, temos que entender que a inovação tecnológica é o elo final de uma cadeia formada por: pesquisa básica, pesquisa tecnológica, inovação tecnológica. A pesquisa básica é a pesquisa em ciência básica. O progresso científico é que permite o aparecimento de novas tecnologias. Por sua vez, o avanço tecnológico, em um movimento dialético, contribui para o progresso científico. Não pode haver pesquisa tecnológica, sem um forte suporte de pesquisa em ciência básica.

Voltando agora ao documento interministerial, fica patente que o que está nele proposto é um aligeiramento do ensino científico. Sob

pretexto de evitar a especialização prematura, de alargar a visão do estudante para o funcionamento da sociedade em seus múltiplos aspectos, enfim de contribuir para a formação deste novo cientista, o cientista-empresendedor, chega-se à sugerir um currículo, com dois anos básicos sem nenhuma matéria especializada da área. Imagine-se um curso de Física que nos dois primeiros anos não houvesse nenhuma disciplina nem de Matemática nem de Física?! O aligeiramento dos estudos fica também patente nas sugestões dos chamados “cursos sequenciais”.

Ora, toda esta orientação pedagógica é condescendente com o modelo de pesquisa tecnológica preconizado pela Lei de Inovação. Vimos que nela não se trata realmente de pesquisa, mas sim de prestação de serviços, ou de adequação de tecnologia. Para isto não é necessária uma sólida base científica, e, possivelmente, outros conhecimentos sejam mais úteis, qual sejam aqueles preconizados no documento interministerial. As sugestões pedagógicas do documento interministerial são a mais cabal confissão de que nem a Reforma Universitária, nem sua parceira correlata, a Lei de Inovação, tem como escopo o incentivo à pesquisa científico-

tecnológica. Ao mesmo tempo a adoção de um currículo como o sugerido pelo documento interministerial, arrebentaria com a formação científica dos estudantes e tornaria impossível qualquer avanço científico-tecnológico do país. Não é com uma educação científica aligeirada que vamos conseguir o progresso e a almejada independência tecnológica. As avaliações do nível

educacional, feitas pela UNESCO, de países que tem tido maior avanço tecnológico, mostram que eles também vem se distinguindo por excelente nível de educação científica em todos os graus.

O que pretendem os teóricos do Banco Mundial, que são os verdadeiros inspiradores, tanto da Lei de Inovação, quanto do Docu-

Imagine-se um curso de Física que nos dois primeiros anos não houvesse nenhuma disciplina nem de Matemática nem de Física?!!

mento Interministerial, é manter e aprofundar o atraso científico-tecnológico de nosso país. Isto porque é exatamente o nosso atraso científico-tecnológico que justifica e mesmo torna necessária a instalação das multinacionais em nosso país, trazendo a tecnologia que não possuímos, mas ao mesmo tempo com todas as conseqüências que tão bem conhecemos: perpétuo endividamento, economia eternamente subordinada às grandes corporações, permanente fluxo do capital, gerado pelo nosso trabalho, para o exterior, atraso, pobreza, e miséria de nosso povo.

Vamos compreendendo então, à medida que avançamos na análise do documento interministerial e das leis que vem sendo criadas, a verdadeira finalidade dessa Reforma Universitária que podemos situar em um contexto mundial.

Faz parte da essência do capitalismo a existência de uma comunidade exploradora, que detém os meios de produção, e que por isto são os detentores da riqueza produzida com esses meios, e uma comunidade explorada que vende a sua força de trabalho. Esta divisão foi ganhando diferentes formatos no mundo moderno, passando de uma divisão entre classes sociais, no interior de um único país, para a exploração de países inteiros, obviamente com a convivência de certas elites desses países, por grandes empresas internacionais, as multinacionais-- detentoras das modernas tecnologias de produção. É então absolutamente necessário que os países explorados se mantenham em um nível tecnológico dependente, porque é basicamente isto que conduz à exploração e permite existência mesmo do sistema capitalista globalizado. Por isto organizações como o Banco Mundial, que são organizações destas grandes corporações internacionais, passaram a estudar políticas educacionais que se adequassem, sob esta ótica, aos países subdesen-

volvidos, que historicamente vem fazendo parte das nações exploradas. A finalidade destas políticas, que é a finalidade da própria Reforma Universitária em questão, é portanto a de impedir o avanço científico-tecnológico das nações para as quais são elaboradas.

4* Avaliação

A análise do Documento Ministerial, e das diferentes leis que estão tramitando, ou diretamente postas em execução através de Medida Provisória, quando feita à luz das concepções ideológicas que as sustentam, revela um todo orgânico e bem articulado, e que existe em função de uma causa final muito bem definida. Mas há uma dificuldade primordial e óbvia para sua efetiva implementação nas Universidades. Elas alteram, não raro profundamente, a rotina, o cotidiano e sobretudo o espírito do fazer acadêmico. Mesmo sem pensar em uma resistência principal a estas medidas, a sua efetiva implementação seria problemática pela simples ignorância, seja dos professores seja das admi-

nistrações, em como faze-la. O caminho mais natural para superar esta dificuldade, seria iniciar todo um processo de divulgação destas idéias, seguido de longa discussão nos meios acadêmicos, procurando então destila-las, consensualiza-las, e sobretudo torna-las claras para a grande maioria dos professores.

O Governo não escolheu este caminho e é fácil entender porque. Uma análise mais detalhada do âmago das idéias contidas neste plano de reformas, muito possivelmente levaria à conclusões semelhantes às deste trabalho e à de outros tantos análogos feitos por diferentes grupos de estudos de professores sobre a Reforma Universitária. É bastante sintomático que os temas que foram colocados há mais tempo em discussão, são aqueles ligados à tintura de "humanização" do neo-liberalismo-

O que pretendem os teóricos do Banco Mundial, que são os verdadeiros inspiradores, tanto da Lei de Inovação, quanto do Documento Interministerial, é manter e aprofundar o atraso científico-tecnológico de nosso país.

terceira via, tipo cotas para as etnias discriminadas, ou alunos de baixa renda, que apesar da irrealidade que faz com que estas soluções não sejam sequer paliativas, são sempre mais susceptíveis de despertar alguma simpatia no professorado e de não encontrar tanta oposição. Quanto ao grosso e ao essencial da reforma, o governo vem procurando fazer-la passar sem muita discussão, evitando mesmo o processo normal de tramitação no Congresso, e editando-as por MP.

Tendo optado pelo caminho da imposição e não da discussão o governo conta com uma importante arma para implementar uma reforma, que uma boa parte da comunidade acadêmica não sabe muito bem do que se trata, e os que sabem estão, em geral, em desacordo: o controle do dinheiro. Este controle será feito tanto no montante de recursos a serem alocados nas IFES, quanto sobre o salário dos professores. E o instrumento que vai monitorar esses repasses é a avaliação.

A velha questão da avaliação, tanto das universidades, quanto dos professores – sendo que esta última já vinha existindo, na forma de uma contagem de pontos válida para uma assim chamada “gratificação produtivista” a GED adquire agora um sentido muito preciso que está colocado no II Documento Interministerial. Não é por acaso que neste documento, a avaliação é um dos pés que sustentam o tripé das condições políticas da reforma.

O controle do montante de recursos a serem alocados nas IFES, será feito pela avaliação no Ministério da Educação de um plano de trabalho elaborado pelos dirigentes de cada instituição, chamado Plano de Desenvolvimento e Gestão (PDG). O Reitor defenderá junto ao MEC este plano de trabalho, e esta defesa nas palavras do II Documento Interministerial

“deve constituir-se em momento especial no qual o poder executivo, re-

presentante dos interesses gerais da nação, harmoniza-se e estabelece coerência com os interesses específicos de cada Instituição”.

Assim, de acordo com o resultado da análise deste plano feita pelo MEC será garantida à instituição o “devido financiamento”.

No Documento Interministerial não está nem clara nem precisamente definidos, os critérios que vão nortear este julgamento. As expressões muito vagas de que a universidade deve cumprir sua “missão”, contribuir para diminuir as diferenças regionais, ser capaz de se integrar ao sistema produtivo, e outras tantas generalidades do mesmo jaez, nos indicam porém a que critério será submetido este julgamento: obedecer às finalidades da Reforma Universitária. Mas já aprendemos quais são estas finalidades quando analisamos o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica. O que estamos mostrando agora, e isto sim está claro no Documento Interministerial, é que o grau de submissão aos propósitos da reforma, é que vai determinar o grau de financiamento das IFES. E isto será feito pelo julgamento do Plano de Desenvolvimento e Gestão.

Existem além disto dois outros institutos de avaliação: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (-CONAES). Aparentemente porém, é a avaliação do PDG que vai determinar os montantes de que poderão dispor as instituições.

O outro instrumento de “convencimento” do professorado das excelências da reforma que está sendo pro(im)posta à comunidade universitária, é o salário do professor. Neste caso, a apreciação simultânea de três documentos, a saber: Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, II Documento Interministerial, e a Medida Provisória promulgada em 27 de Agosto, aquela que instituiu uma gratificação para o professorado contrariando frontalmente as reivindicações do movimento

O grau de submissão aos propósitos da reforma, é que vai determinar o grau de financiamento das IFES.

docente, nos proporciona a exata medida do papel e da força da avaliação que está sendo proposta, na quebra de resistências à reforma.

A Medida Provisória restabelece para o ano que vem a GED, a qual, no novo formato vai até uma pontuação máxima de 175 pontos. Isto, com o novo valor do ponto, significará para o professor doutor uma gratificação de cerca de R \$ 2900,00, o que, tendo em vista o atual achatamento salarial é, sem dúvida, um aumento muito expressivo. Entretanto a medida nada adianta sobre os critérios desta pontuação, colocando tão somente que eles serão estabelecidos dentro de um prazo de 180 dias.

O II Documento Interministerial por sua vez estabelece que:

“Na mesma perspectiva, o regime de Dedicção Exclusiva deve ser condicionado a rigoroso acompanhamento individual, com avaliações periódicas e comprovação de produtividade acadêmica”.

Vemos assim que a partir do ano que vem, a gratificação produtivista (GED) no seu novo formato, tem, em termos financeiros, um alcance muito maior. Mais do que isto, a avaliação individual do professor, da qual a avaliação da GED é uma das formas, adquire um caráter que transcende o montante de valor de uma gratificação, mas atinge o salário de maneira muito mais séria, pois pode significar para o docente a perda da DE.

O artigo citado do II Documento Ministerial, também não esclarece muito os critérios desta avaliação, uma vez que a expressão “produtividade acadêmica” pode dar margem a muitas interpretações. É porém mais que razoável inferir, que, como a Medida Provisória estabelece um prazo de 180 dias para a regulamentação dos critérios da nova GED, e como neste prazo, se tudo correr bem para o Governo, a Lei de Inovação Tecnológica já deverá estar em vigor, os critérios para a pontuação da GED estarão necessariamente relacionados às

novas atividades propostas nesta lei. Esta inferência é tanto mais justificável porquanto já temos mostrado neste estudo, o quanto as diferentes peças que se englobam na denominação de Reforma Universitária, a saber, medidas provisórias, leis e projetos de lei, e diretrizes ministeriais são coerentes e se articulam organicamente e dentro de uma ideologia claramente definida. Então o critério de “produtividade acadêmica”, do II Documento Ministerial, e os critérios, a serem definidos em 180 dias da Medida

Provisória, certamente se relacionam com as atividades do novo professor pesquisador-empresendedor, e a avaliação, e conseqüente remuneração do professorado vai ser, como no caso das instituições, proporcional ao seu grau de adesão às novas atividades propostas

pela Reforma Universitária.

Buscando a unidade do movimento

O panorama que traçamos no tópico anterior sobre a Reforma Universitária, a coloca sob um prisma tenebroso: mais do que a desconstrução do fazer acadêmico, o que está em jogo é a desconstrução da própria nacionalidade. Sim, porque por um lado desarticula-se inteiramente os estudos científicos, portanto a pesquisa científica, conseqüentemente a pesquisa tecnológica, e por fim a inovação e o domínio de tecnologias de ponta, que na visão unânime, incluindo aí o próprio Governo, é, nos dias atuais, a condição “*sine qua non*”, da existência de uma nação próspera e soberana. E por outro lado, toda a ênfase dos novos projetos propostos no bojo desta reforma, está na área científica e tecnológica. É para ela, e graças a ela, que vão se constituir as parcerias com a indústria, da qual advirão os recursos tanto para as instituições quanto para os professores; é para a área científico tecnológica, que estão pensados os novos conceitos redentores do professor pesquisador-empresendedor. Como por sua vez, nada está colocado quanto à res-

Mais do que a desconstrução do fazer acadêmico, o que está em jogo é a desconstrução da própria nacionalidade.

ponsabilidade do Estado na manutenção da Universidade, e pelo contrário, todas as novas idéias visam, entre outras coisas, eximir o Estado de sua responsabilidade para com as mesmas, conclui-se que toda a área de Ciências Humanas, aí incluídas Ciências Sociais, Filosofia, Comunicação e Artes, continuará no estado de penúria e abandono em que atualmente se encontra toda Universidade Pública, com a agravante que agora vai se tratar de uma situação de miséria a elas especificamente dirigida, relegadas que serão a um completo segundo plano.

Não podemos deixar de admirar a engenhosidade dos teóricos do Banco Mundial, que inspiraram estas políticas para a Universidade. Por um lado enfatizam a importância de um apoio à área científico tecnológica, mas organizam uma estratégia que leva ao mais completo atraso e subordinação do país nesta área, e por outro lado relegam à um completo segundo plano a área de humanas, com todas as consequências daí decorrentes, e que interessam e muito aos defensores da globalização neo-liberal, quais sejam: o enfraquecimento das áreas de história, economia e sociologia, essenciais para a formulação de uma política libertadora para o país, e ao mesmo tempo, uma tendência de perda dos referenciais artísticos e da identidade cultural da nação

Sendo assim este é o momento em que esperaríamos e necessitaríamos a maior mobilização e a maior unidade do professorado em defesa da Universidade Pública e da soberania de nossa pátria. Entretanto, pelo contrário, poucas vezes o movimento docente esteve tão fraco e principalmente tão desunido quanto no atual momento. Pudemos constatar isto, entre outras coisas, acompanhando o processo reivindicatório deste ano, e seu desenlace na malograda tentativa de uma greve nacional contra a MP 208.

Será que a leitura do professorado dos do-

cumentos do Governo relativos à Reforma Universitária é diferente daquela que estamos apresentando no presente trabalho?

Embora uma avaliação política desta natureza seja sempre um exercício incerto, dado o grande número de parâmetros envolvidos e a dificuldade na atribuição do peso específico de cada um deles, se temos a intenção de apontar um direcionamento político capaz de construir uma luta unificada contra a pretendida reforma do governo, neste momento em que isto parece quase uma utopia, temos que tentar enfrentar esta dificuldade. Neste sentido, a resposta à pergunta que acabamos de colocar, é a de que não se trata propriamente de uma leitura diversa, mas sim, em geral, de uma falta de leitura.

O II Documento Interministerial,--Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior --é relativamente recente: de 2 de Agosto. Embora contenha pontos fundamentais da reforma, eles estão diluídos, como já temos comentado, em uma série de generalidades, e o seu verdadeiro sentido só fica claro, quando cotejado, como temos tentado fazer neste escrito, com outros documentos, como o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica e com a MP 208. O PL de Inovação Tec-

nológica por sua vez, embora mais antigo (de Abril de 2004) não teve maior divulgação.

Desta maneira, excetuando os professores mais ligados à uma militância no movimento docente, que vem se organizando em grupos de estudos para analisar e debater os documentos, a grande maioria do professorado só está a par do projeto Prouni, que tem sido divulgado na imprensa, e que tem sido aliás bastante criticado, e do projeto das cotas para pessoas socialmente excluídas, cuja apreciação divide o professorado.

Tirando estes dois aspectos, o entendimento da comunidade docente das universidades sobre a Reforma Universitária é um tanto va-

Por um lado enfatizam a importância de um apoio à área científico tecnológica, mas organizam uma estratégia que leva ao mais completo atraso e subordinação do país nesta área.

go: suspeita-se, e mesmo isto, só para os que além de politizados não estão ligados à militância partidária e conservam independência de pensamento, (voltaremos a este ponto em seguida), que se trata de mais uma reforma de caráter neo-liberal, no estilo e gosto do atual governo, mas não se tem idéia do quanto ela está articulada nos diversos documentos (leis, projetos de lei, documentos genéricos de diretrizes, e medidas provisórias) e sobretudo não se tem idéia de seu alcance.

Quando foi promulgada a Medida Provisória 208, pondo fim autoritariamente a meses de negociação entre o ANDES e o MEC, e fazendo tabula rasa da reivindicação docente por isonomia, paridade com os inativos e fim da gratificação produtivista, é evidente que isto chocou e teve o repúdio da imensa maioria dos docentes. Mas se apesar de tudo, a MP não foi o bastante para levar o professorado a uma greve unificada, isto se deve ao fato dele não ter sabido ligar a MP aos demais documentos e leis sobre a reforma, não ter entendido que a manutenção da gratificação produtivista na MP faz parte da permanente avaliação docente, que por sua vez é um dos pilares das condições políticas da reforma, e sobretudo por não ter podido aquilatar o real significado da reforma como elemento desagregador da nacionalidade em todos os sentidos, científico tecnológico e cultural, e seu papel portanto, na manutenção de nossa eterna dependência das nações mais desenvolvidas.

Sobre a divisão no interior do movimento docente, que se fez sentir muito forte durante todo este ano, podemos apontar algumas causas importantes. Talvez a primeira delas esteja ligada ao que aconteceu na política nacional com a eleição do governo Lula e a subida do PT ao poder. Muitos dos militantes do movimento docente estavam também ligados ao PT.

Na medida em que o governo petista no poder, passa a implementar as reformas neo-

liberais, estes militantes se dividem entre aqueles que se colocam contra esta política, afastando-se portanto do PT, e aqueles que continuam ligados ao PT e então têm uma leitura diferente sobre as próprias reformas, não se colocando decididamente contra elas. Estamos apenas mencionando esta questão de forma rápida e esquemática, porque, por um lado ela é bastante conhecida, e por outro, embora reconheçamos seu peso na questão da divisão do movimento docente, mormente porque estamos nos referindo à pessoas ativas do movimento, e que não raro ocupam postos de direção, não é sobre ela que embasaremos nossas análises visando a construção de um movimento unificado contra a Reforma Universitária.

As diversas visões políticas dos professores, tem sua origem, muitas vezes nas diferenças entre as universidades em que o professor trabalha, e nos diferentes tipos de atuação que pode ter um docente na sua universidade. Por exemplo: se pertence a uma grande ou pequena universidade, em que área atua, se em uma área ligada à ciência e tecnologia ou na área de humanas, se atua ou não em projetos que recebem financiamento e que

tipo de financiamento, se de órgãos de fomento do Estado como CAPES ou CNPq ou se os projetos decorrem de parcerias, e neste caso quais são estas parcerias, com estatais ou com firmas privadas, se fornece consultorias, e se participa ou não de cursos que sejam vendidos pelas universidades. Isto porque, embora todos os professores universitários da rede pública estejam sujeitos à regimes jurídicos semelhantes (no caso das IFES, o Regime Jurídico Único), e salários equivalentes (no caso das IFES ainda temos, em princípio a isonomia salarial), as diferentes situações, que acabamos de elencar, vão implicar em atividades, em ganhos, e em influência muito diversos, os quais, por sua vez, vão originar apreciações e pontos de vista políticos diferentes.

A manutenção da gratificação produtivista na MP faz parte da permanente avaliação docente, que por sua vez é um dos pilares das condições políticas da reforma.

Nas lutas salariais deste ano de 2004, lutas que se estenderam de Abril até final de Agosto, já se fez sentir muito claramente uma divisão entre grandes e pequenas universidades. Muitas das pequenas tiraram sucessivos indicativos de uma greve constantemente adiada, enquanto que a maioria das grandes se posicionaram desde o início contra a greve. Esta diferença de posições é perfeitamente compreensível, se atentarmos para o fato de que a melhoria salarial, acenada desde o início pelo governo, foi de um aumento da GED, e este aumento beneficia muito mais os doutores. Ora, as grandes universidades têm uma proporção maior de doutores, em relação à totalidade do corpo docente, que as pequenas. Aliás o mesmo fato já se fizera sentir na reivindicação salarial de 1998, que terminou com o surgimento da GED. Mas a diferença de posicionamento político entre grandes e pequenas universidades tem também outros motivos que mencionaremos em seguida.

O professor que pertença à uma grande universidade, tem maior possibilidade de atuar em algum projeto dos que mencionamos acima, ou seja há mais professores de grandes universidades, obtendo financiamentos, por estar ligado à algum projeto, do que de pequenas. Isto é outro ponto que vem contribuir para o diverso posicionamento político entre grandes e pequenas universidades.

Mas o fato de alguns professores obterem financiamentos por participarem de projetos, ou de algum tipo de atividade seja qual for sua natureza, acarreta também uma divisão dentro de cada universidade, seja ela uma universidade grande ou pequena. Dependendo da natureza e envergadura do projeto em questão, estes ganhos vão de relativamente modestos, até ganhos muito significativos beneficiando grupos de professores. Dada a penúria de recursos com que vem sobrevivendo a Universidade Pública já há mui-

tos anos, e o arrocho salarial que vem enfrentando o professorado, os recursos provenientes de financiamentos de certos projetos, ou, o que algumas vezes também acontece, os ganhos pessoais extras que alguns professores podem ter por suas atividades nestes projetos, acabam criando verdadeiras ilhas de prosperidade e bonança no interior instituições que vivem a beira da falência, e que muitas vezes só sobrevivem pelo idealismo de seus atores.

Deve-se notar ainda, que algumas destas atividades e projetos nos quais se tem engajado parte do professorado, mesmo representando uma posição privilegiada para certos professores, seja em termos de ganhos quanto de influência, são bem aceitas pela comunidade por serem consideradas atividades pertinentes ao fazer acadêmico. Tais são, por exemplo, a classificação do professor na lista dos pesquisadores de um certo nível do CNPq, a aprovação de um projeto de pesquisa significando o controle de um certo número de bolsas e o aporte de recursos para pesquisa. Outras porém não são bem aceitas, embora defendidas com todo empenho pelos seus partícipes. Trata-se, por exemplo da venda de cursos, de parcerias com empresas privadas, enfim de atividades que

Mas o fato de alguns professores obterem financiamentos por participarem de projetos, ou de algum tipo de atividade seja qual for sua natureza, acarreta também uma divisão dentro de cada universidade.

já vem ocorrendo há um bom tempo, e que de alguma maneira, na visão de muitos professores, desvirtuam o sentido de Universidade, e que são por estes designadas como a privatização da Universidade por dentro.

Estas diferentes situações dos professores dão origem a pontos de vistas diferentes e a posicionamentos políticos também diversos. E é esta diversidade, além dos outros fatores que apontamos inicialmente, que nos parece ter maior peso na explicação da grande desunião política do movimento docente que pudemos constatar na recente luta de reivindicação salarial.

Pois a Reforma da Universidade que descrevemos na primeira parte do nosso trabalho,

surge no momento em que estão colocadas todas estas divisões no interior do movimento docente. E mais, algumas de suas propostas mais deletérias, parecem apenas coonestar e regulamentar aquilo que já vem ocorrendo no interior de muitas universidades: diríamos melhor, aquilo que em maior ou menor grau já vem ocorrendo em todas universidades e que o movimento se acostumou a designar com “privatização interna da Universidade”.

Se estamos tentando apontar para a construção de uma luta unificada contra a Reforma Universitária do governo, e se acreditamos portanto na possibilidade desta construção, é porque temos sobre a evidente atual desunião do movimento docente, a seguinte convicção: não se trata, pelo menos no momento, e nos pontos essenciais, de uma divisão de opiniões sobre a Reforma Universitária, ou seja, entre aqueles que são a favor e aqueles que são contra a Reforma. E isto não obstante a aparência de que a Reforma vem apenas coonestar e regulamentar o que já vem ocorrendo nas universidades e que chamaremos também, pelo momento, e para simplificar, de privatização interna da Universidade.

Somos desta opinião, em primeiro lugar, por que falando com os colegas, acompanhando de perto o movimento docente, inclusive à nível nacional, e ao mesmo tempo participando de grupos de estudos sobre a Reforma, sabemos muito

bem que a grande maioria do professorado não está a par dos pontos fundamentais da Reforma Universitária, e suas conseqüências, como aliás já mencionamos acima. Em segundo lugar, mas não menos importante, porque Reforma não coonestar e regulamenta apenas o que já vem acontecendo, mas sim, caminhando é verdade, um pouco na mesma direção, vai muito mais longe, tira novas conseqüências, e acaba, aí sim, deformando completamente todo o sentido de

Universidade, como mostramos na análise da lei de Inovação Tecnológica.

Para ilustrar este ponto, tomemos a questão das parcerias com as multinacionais. É evidente que esta não é a melhor maneira de alavancar o progresso tecnológico, uma vez que, regra geral, estas empresas trazem sua tecnologia das matrizes. Na verdade o avanço tecnológico nos países subdesenvolvidos não acontece, em geral, nem em parcerias com empresas nacionais, pois estas também preferem a segurança da compra no exterior de pacotes tecnológicos à incerteza de um investimento em pesquisa tecnológica. A forma realmente efetiva de avanço tecnológico em países do segundo mundo, é a parceria entre a Universidade e

O avanço tecnológico nos países subdesenvolvidos não acontece, em geral, nem em parcerias com empresas nacionais, pois estas também preferem a segurança da compra no exterior de pacotes tecnológicos à incerteza de um investimento em pesquisa tecnológica.

companhias estatais ou para estatais ou pesquisa diretamente encomendada à Universidade pelo Governo. (Isto falando de possíveis parcerias da Universidade – há ainda a possibilidade do próprio Governo comprar tecnologia no exterior). Pois bem estas possibilidades foram exploradas, embora de maneira esporádica e somente em algumas áreas, em épocas em que as teorias neo-liberais do Estado mínimo não tinham adquirido a força que adquiriram nos últimos anos, e em função disto, o Brasil tem, sem dúvida nenhuma, algumas áreas de competência instaladas em tecnologia. Há porém uma empatia natural entre a Universidade e a empresa, no que se

refere à ciência e tecnologia, e como, gostemos disto ou não, muitas empresas no Brasil são multinacionais, tem se estabelecido parcerias entre estas multinacionais e a Universidade. Temos acompanhado, nos últimos quinze anos, diversas formas de interação e parcerias entre multinacionais da área de informática e algumas universidades públicas no Brasil. Não podemos dizer que destas parcerias tenha resultado um avanço tecnológico que nos pudesse por ao

menos no caminho da independência, (aliás quase não faz muito sentido falar disto nesta área de tão ferrenha competição internacional e tão intensa monopolização do conhecimento). Mas também nem de longe aconteceram as coisas nefandas da ordem daquelas propostas pela Lei de Inovação Tecnológica. Não tem havido transferência de recursos públicos para estas multinacionais: pelo contrário destas parcerias tem resultado significativa melhoria das condições materiais dos cursos ligados à esta área, e se, de alguma maneira não deixa de ser verdade que a comunidade universitária vem prestando serviço à multinacional, por outro lado também é inegável que houve vantagens tanto para os alunos em sua formação, quanto para os professores em suas condições de trabalho. Daí aliás é que surge a queixa do conjunto da comunidade universitária: uma melhoria localizada em apenas algumas áreas, formando as célebres ilhas de prosperidade dentro de uma Universidade na penúria. Mas seria preferível regulamentar a parceria de maneira a minimizar este efeito, que tentar elimina-la.

Deixando as parcerias com as multinacionais da área de informática, e voltando ao problema das parcerias com as multinacionais em geral, é possível estabelecer condições que tornem estas parcerias interessantes para a Universidade. A título apenas de construção do raciocínio, e sem nenhuma pretensão de completude ou de uma formulação definitiva, vamos tentar examinar quais as condições fundamentais para o estabelecimento de tais regras.

Antes de tudo é fundamental que a Universidade mantenha sua identidade, sobre tudo no que diz respeito à ética inerente à Academia. Assim a vida universitária de alunos, funcionários e docentes ligados a tais projetos de parceria, tem que ser sujeitas às mesmas regras do restante da comunidade acadêmica, tanto quanto a praxes do trabalho cotidiano deve ser a mesma. Evidentemente esta norma genérica teria que ser desdobrada em artigos específicos, mas é claro, que assim fazendo, eliminaríamos de vez, todas as monstruosidades sobre

regime de trabalho de funcionários e professores, sobre segredo científico permeando a pesquisa na Universidade e outras escatologias do mesmo jaez, que vimos ao analisar o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, na primeira parte deste trabalho. Há que se regulamentar também a questão das patentes advindas de tais parcerias, embora já tenhamos mostrado que, em geral, não se deva esperar tais frutos deste tipo de associação.

Enfocamos, embora de maneira rápida, este exemplo entre tantas outras possíveis atividades docentes das que arrolamos acima, tão somente para ilustrar as nossas teses visando a construção da unidade do movimento contra a Reforma Universitária. Retomemos então a elas.

Nossa tese fundamental é então a seguinte: embora a Reforma Universitária que está sendo proposta pelo Governo, parta muitas vezes de ações que já vem acontecendo no interior da Universidade, ela regulamenta estas ações de uma forma que extrapola, em muito, tudo o que vem acontecendo. Nossa outra tese é que o professorado desconhece os pontos básicos da Reforma e não por acaso, os mais deletérios para a Universidade. Seria portanto um equívoco político, supor que a maioria dos professores, que de alguma maneira estão ligados a estas atividades, que as vezes servem de ponto de partida para muitos itens da Reforma, sejam a favor da mesma, ainda que nas lutas por reivindicação salarial, tenham tido um posicionamento mais conciliador com as propostas do Governo. Seria então também um equívoco político fundamentar a luta contra a Reforma Universitária, na luta contra todas estas atividades que já vem ocorrendo na Universidade, e que de alguma maneira servem de ponto de partida para certas propostas da Reforma, pois se assim o fizéssemos, teríamos contra nós todos os professores envolvidos nestas atividades. Ou seja, estaríamos, aí sim, criando a desunião no movimento docente.

Na atual fase do processo de implantação da Reforma, a luta vai se dar no interior de cada Universidade, e teremos que examinar cada

ponto para distinguir entre o que é absolutamente inaceitável e que portanto nos impõe uma posição de enfrentamento frontal, e o que pode ser contornado, transformado, ou mesmo assimilado. Temos também que saber aquilatar nossa força para tudo isto e juntamente com um trabalho de esclarecimento e proselitismo, temos que saber medir a real disposição de luta do professorado.

Quando colocamos acima, que talvez tenhamos que continuar a conviver com atividades que vem sendo classificadas as vezes como “privatização da Universidade por dentro” não o fazemos, apenas como tática, para obter força política. Pelo que explicamos até agora, pode de fato surgir esta impressão, e até mais: pode parecer que estamos propondo uma política pragmática, abdicando de princípios e assumindo uma política de decisões contingenciais, que além do mais é perigosa, pois nunca se sabe até quando será necessário ceder.

Pois não é nada disto que temos em mente, mas para explicá-lo, temos que propor o problema sob o enfoque que tentamos na primeira parte deste escrito, quando situamos a Reforma Universitária do Governo como fundamentada em uma visão política de sociedade que costumamos designar por neo-liberal terceira via. Pois a pergunta que se faz agora é: que política vai fundamentar a resistência à Reforma? Ou, mais precisamente, a Universidade que queremos defender, se adequa à que modelo político de sociedade?

Respondendo a essas perguntas estaremos em condições de ter mais claramente os princípios que vão nortear nossas estratégias de resistência.

A Universidade Pública sofre de uma contradição que é comum à totalidade das instituições republicanas, em todos os países do ocidente, a saber: é uma instituição concebida sob a égide

dos princípios humanistas desenvolvidos no período moderno e consubstanciados nos ideais libertários e igualitários da Revolução Francesa, mas existindo em uma sociedade, a sociedade capitalista, que nunca pode por em prática esses ideais, porque sempre se caracterizou pela acumulação de capitais e de todos os bens da existência, aí incluídos os bens culturais, nas mãos de classes privilegiadas.

No Brasil a situação não tem sido diferente, e ainda contamos com algumas agravantes. Por exemplo o sistema universitário federal, se desenvolveu em grande parte no período da ditadura militar. Aparece assim no seio de uma sociedade fortemente classista, com um ranço

escravocrata, e no bojo de uma ditadura militar que se instaurou com a finalidade perspicua de assegurar o nosso alinhamento ao bloco ocidental --leia-se, de assegurar a continuidade de nosso papel de “colônia de exportação” dos países do primeiro mundo. Nasce ainda no decorrer de um processo de reforma universitária no Brasil, aquela que se instaurou sob a vigência do acordo MEC-USAID e que promoveu a modificação de um modelo, mais inspirado no modelo europeu, para o modelo americano, reconfigurou o organograma dos institutos, separando cuidadosamente a área de exatas da de humanas, e instituiu o sistema de créditos.

Não obstante os fatores negativos, o sistema universitário soube se firmar, cumprir seu papel social, possivelmente melhor que atual-

mente, pois estávamos em um período de expansão, e agora estamos num período de estrangulamento e, ao mesmo tempo a demanda era menor; além disto soube se articular politicamente com a criação da ANDES, e assumir posição de destaque na luta contra a ditadura, e no restabelecimento da democracia no país. Tudo

A Universidade Pública sofre de uma contradição que é comum à totalidade das instituições republicanas, em todos os países do ocidente, a saber: é uma instituição concebida sob a égide dos princípios humanistas desenvolvidos no período moderno e consubstanciados nos ideais libertários e igualitários da Revolução Francesa.

isto foi conseguido porque, não obstante as intenções do governo militar, quaisquer que elas fossem, foi possível preservar o espaço universitário de reunião de pessoas voltadas ao estudo e competentes em suas áreas, foi possível preservar o espaço do livre debate, e foi possível preservar a ética inerente ao fazer acadêmico.

Recordando a história da Universidade brasileira, vamos compreendendo, que não obstante os percalços da sociedade em que ela esteja inserida, a Universidade como expressão natural que é da ciência e da cultura, é, por força de sua natureza, uma instituição capaz de salvaguardar o ideal republicano, entendido como o conjunto das idéias humanistas do século XVIII, e que presidiram a fundação das Repúblicas no ocidente. É à esta Universidade que estamos nos referindo quando falamos da Universidade Pública, gratuita, laica, de qualidade, e socialmente referendada.

Temos então as respostas aos questionamentos colocados no início desta seção. Não há um modelo de sociedade adequado à Universidade, porque nenhuma organização social na história contemporânea realizou plenamente os ideais humanistas dos quais ela é a repositária. A Universidade sim, é que é capaz, no exercício de sua autonomia e liberdade acadêmica, e pela força de sua inteligência e competência de seu saber, de contribuir na construção de uma sociedade segundo o ideário de que é depositária.


Ao mesmo tempo podemos situar agora, com maior clareza, os princípios que devem nortear a elaboração das estratégias de resistência à Reforma. Como repositária do ideário republicano, ela vive em um estado de tensão com a sociedade na qual está inserida, sociedade esta, que se afasta cada vez mais deste ideário. Assim, se por um lado ela é sempre um

poderoso elemento de transformação desta sociedade, por outro sofre dos percalços inerentes à esta sociedade à qual pertence.

Mesmo sendo a instituição capaz de salvaguardar os ideais republicanos, é claro que a Universidade sofre, por sua vez, dos percalços da política e ideologia da sociedade em que se insere. Assim em uma sociedade como a nossa que além de classista, vai construindo uma política neo-liberal de Estado mínimo, ela não

pode oferecer todas as vagas que a população precisaria. Numa sociedade colonial subjulgada ao capital estrangeiro, ela não consegue exercer plenamente sua potencialidade de alavancar a tecnologia, pois não encontra as parcerias com empresas nacionais. Mas não é condenando as atividades de alguns colegas que trabalham em áreas de integração com a sociedade capitalista, e colonial que aí está, e assim jogando boa parte do professorado para o outro lado das barricadas da luta contra a Reforma, que vamos defender a Universidade Pública. O que é necessário é poder preservar, na regulamentação de qualquer atividade as três características essenciais da vida universitária: o espaço da competência, o espaço do

livre debate, e a ética do fazer acadêmico. Pois são exatamente estes pontos que são atacados e destruídos na Reforma Universitária proposta pelo atual Governo.

Aquilo então que os nossos prepotentes gerais e os ingênuos teóricos do acordo MEC-USAID, não conseguiram realizar, os atuais teóricos do Banco Mundial, pasmem pelo progresso, talvez o façam, com o eficiente auxílio, pasmem ainda mais, de nossos ex-companheiros do PT. Vamos deixar? 

Aquilo então que os nossos prepotentes gerais e os ingênuos teóricos do acordo MEC-USAID, não conseguiram realizar, os atuais teóricos do Banco Mundial, pasmem pelo progresso, talvez o façam, com o eficiente auxílio, pasmem ainda mais, de nossos ex-companheiros do PT. Vamos deixar?

Choro ou luta?

Osvaldo Coggiola

Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo
e Vice-presidente do ANDES-SN.

Dentro do bando de “madonas choronas”, não explicitamente nomeadas pelo presidente Lula da Silva em seu discurso de Aparecida de Goiânia (25 de janeiro), encontram-se, sem dúvida, os críticos de direita do Projeto de Reforma Universitária (ou de “Lei de Educação Superior”), que receberam recentemente ampla acolhida nas páginas da *Veja* e do *O Estado de S. Paulo*, velhos porta-vozes do mais retrógrado pensamento burguês e oligárquico do Brasil. Quem ler direito, no entanto, poderá constatar que o “choro” esconde a ameaça.

A coisa pode parecer estranha, já que o projeto do MEC coincide no fundamental com as agendas do Banco Mundial e do BID para as instituições de educação superior públicas: racionalização do acesso não por medidas universais, mas por cotas; programas de estímulo à docência; avaliações padronizadas da “qualidade” (ENAD), inspiradas na famigerada teoria do “capital humano”; vinculação entre os planos de desenvolvimento institucional (estabelecidos com participação empresarial), avaliação (SINAES) e financiamento (orçamento global), e associação estreita entre eficiência acadêmica e pragmatismo universitário. Para completar, o anteprojeto admite, pela primeira vez na história do país, que a educação é um campo específico de investimentos estrangeiros: admite-se uma participação de até 30% de capital estrangeiro, criando a “segurança jurídica” que os “investidores” tanto reclamam nos tratados comerciais.

Articulista da *Veja* (edição de 26 de janeiro de 2005) declara que o projeto “constitui o mais frontal ataque à sociedade aberta já tentado por um órgão do governo no Brasil”, nada menos. E proclama que o MEC evidencia “um desprezo solene pela busca do conhecimento e da propriedade privada” (sic) como se ambos fossem sinônimos (historicamente, ambos têm sido, em geral, antônimos), o que retrata o “nível” do suposto arauto, que se arvora em defensor do “nível” das universidades.

Um dos alvos da crítica é a proposta criação de conselhos, nas universidades e faculdades privadas, com certos direitos acadêmicos e administrativos, conselhos nos quais a participação dos empresários ficaria limitada a 20%. Isso tolheria a “liberdade empresarial”. O conteúdo do “choro” é claro. Depois de terem obtido todo tipo de concessões em matéria de isenção fiscal e previdenciária, isto é, ampliado consideravel-

mente a sua margem de lucro, os tubarões do ensino pago querem agora plena liberdade para “administrar” a nova taxa de lucro que conquistaram, em troca da sua adesão ao ProUni, isto depois de outros “choros”, com os quais conseguiram modelar o projeto original lulista em direção de uma feição decididamente empresarial, como foi reconhecido em matéria paga publicada pela associação das mantenedoras.

Com efeito, a completa isenção de impostos, e ainda de parte significativa da contribuição previdenciária, no caso das filantrópicas, deverá impulsionar um novo ciclo de crescimento do setor, hoje correspondente a 88% das instituições de ensino superior e a 72% dos estudantes. Atualmente o setor privado movimenta cerca de R\$ 15 bilhões: as filantrópicas gozam de isenções da ordem de 25% e as empresariais de 15%. Caso todas venham a se converter em empresariais, as isenções corresponderiam a R\$ 2,3 bilhões. No futuro próximo, considerando que as filantrópicas não recolhem a contribuição previdenciária patronal (cerca de R\$ 460 milhões), as privadas poderão receber mais de R\$ 2,7 bilhões em “troca” de menos de 150 mil vagas, de duvidosa qualidade, grande parte delas pulverizadas em bolsas parciais de 50% e 25%. Isso sem contar os R\$ 1 bilhão do FIES. Cabe lembrar ainda que o ProUni previa em sua primeira versão 25% da vagas de todo o setor privado, percentual que despencou para ínfimos 8,5%. Por essas e outras, o jornalista Josias de Souza chamou o ProUni de “Promamata”.

Mas os articulistas da *Veja* insistem, e acusam o MEC de “inibir a iniciativa privada”, “asfixiar as instituições particulares, submetendo-as ao ‘controle da sociedade’”, e até de “dar vazão a sua ideologia anti-negócios” (sic), pérola esta merecedora de entrar nos anais das contribuições brasileiras à história das ideologias. Como se vê, o único que interessa a *Veja* é ampliar o escopo dos “negócios”, de qualquer natureza, não importando-lhe que o alvo pretendido seja um bem público, a educação, de importância estratégica para a existência e desenvolvimento da Nação, a educação superior.

O Estado de S. Paulo coincide com a *Veja* em que o projeto teria características “soviéticas” (re-sic). Pela pena de Denis L. Rosenfield (*O Estado de S. Paulo*, 24/01/05), declara que o projeto de lei “pretende abolir o mérito como critério de conhecimento” (?) e,

para que fique claro não se tratar de um lapsus linguae, insiste, no final do artigo, em criticar uma orientação que estaria “rebaixando o seu nível e desconsiderando o mérito como valor universitário central”. Na verdade, o único nível rebaixado é o do articulista. Segundo sua concepção, a universidade seria, essencialmente, um campo concorrencial meritocrático. Dizer que o conhecimento é função do famigerado “mérito” é ver o mundo de ponta-cabeça, qualquer que seja a teoria do conhecimento que se defenda. O pior é que se diz que o mérito, assim (in)compreendido, seria “o valor universitário central”. E dizer que a universidade não possui nenhuma função social, perante a sociedade que a sustenta, o que tem claras implicações tanto para a produção de conhecimento quanto para a gestão institucional, significa proclamar o parasitismo intelectual, a serviço objetivo da situação, como o nec plus ultra do fazer universitário.

Maria Helena de Castro, apresentada como “ex-braço direito do ex-ministro Paulo Renato”, afirma (*O Estado de S. Paulo*, 23/01/05) “não saber de onde vai sair tanto dinheiro” (para financiar o projeto). O dinheiro, que nem é tanto assim, está diante dos nossos olhos, como fração reduzidíssima dos gastos estatais no financiamento dos juros e ganhos especulativos do setor financeiro (leia-se bancos), por meio do pagamento das dívidas externa e interna. Mas é claro que para a “ex do ex”, isso também constituiria uma expressão da “ideologia anti-negócios”.


O fato de o MEC tentar regulamentar, timidamente, a expansão selvagem de cursos sem condições de qualidade mínima, determinando que novos cursos somente poderão ser abertos se comprovada a sua necessidade social, leva Maria Helena a concluir que está em marcha “um neo-corporativismo, que o Brasil está inventando para definir o que é necessidade social”. Preocupada com a suposta “mediocridade” das universidades federais (somente resgata como “sérias” a UFRGS e a UFMG) propõe, no entanto, luz verde para a livre expansão de cursos privados nas mais diversas áreas, para os quais o qualificativo de “mediocre” seria um caloroso elogio. Isso já mede a “seriedade” dessa crítica.

Ampla destaque, no mesmo jornal e no mesmo dia, foi dado a artigos do ex-ministro Paulo Renato, e de Cláudio de Moura Castro e Simon Schwarzmann. O primeiro releva algumas evidentes incoerências, no entanto secundárias, do projeto, para finalmente defender uma linha central: a aplicação da “lei de responsabilidade fiscal”, nas IES, o que implicaria num achatamento salarial generalizado e, para implementá-lo, a eliminação da isonomia salarial de professores e funcionários, generalizando as “diferenciações por mérito ou desempenho”. Igual critério deveria ser aplicado para o financiamento das universidades públicas, que deveria depender da concorrência meritocrática entre

elas. Do que estariam livres, felizmente, as universidades privadas, que têm outros mecanismos de financiamentos, as mensalidades sem limite e as isenções fiscais e tributárias, que em nada dependem do seu famigerado “desempenho”, e em tudo dependem da sua força como lobby corporativo capitalista. E essa gente tem a empáfia de se arvorar em crítica do corporativismo (nem que seja por meio de seu “braço direito”) e em defensora de uma universidade pública dotada de “liberdade acadêmica”! Que liberdade acadêmica poderia existir quando pesar sobre cada universidade pública a espada de Dâmocles do des-financiamento, em função de um “desempenho” medido segundo critérios impostos de modo autoritário e violatório da própria autonomia da instituição?

Cláudio de Moura Castro e Simon Schwarzmann, no outro artigo mencionado, batem nas mesmas teclas citadas, e acrescentam alguma que outra pérola de leur propre accabit. As cotas, por exemplo, “entram em cena quando já é muito tarde” (teriam sido úteis em tempos da Abolição?); defendem as fundações de direito privado (mecanismo de “privatização branca” das universidades públicas), ainda que reconhecendo “problemas (em) algumas” (“problemas” – em quase todas - que, no caso das estaduais paulistas, motivaram a intervenção do Tribunal de Contas e a quase instalação de uma CPI!).

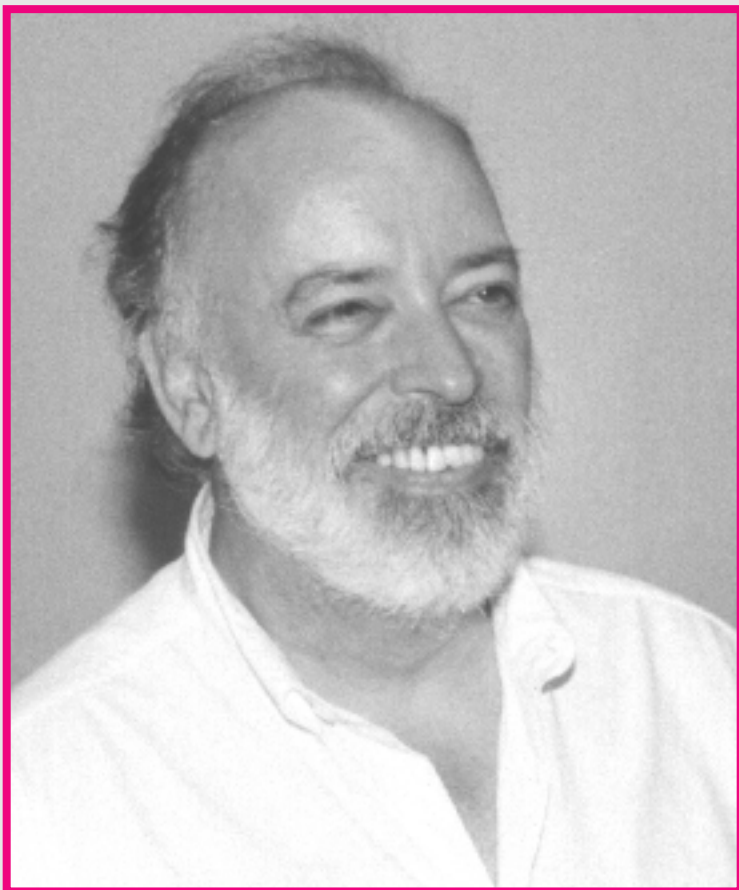
Arremetem contra qualquer mecanismo de gestão democrática, denunciado como uma peculiaridade latino-americana, responsável pelo “desempenho precário” das universidades de nosso continente. Será que essas pessoas fazem alguma idéia ou pensam um pouco sobre o que estão falando? Preferiam as universidades em mãos do clero ultra-montano anteriores à Reforma Universitária de 1918? E pedem “liberdade”, sim, consistente na “liberdade e estímulo ao crescimento da educação superior privada” (sic). Ou seja, que o Estado deveria se des-responsabilizar da mesma, e repassar seus minguados caraminguás aos coitados dos empresários educacionais, que andam precisando de “estímulos” para “crescerem” e serem “livres”.

A enxurrada de críticas da direita burguesa ao Projeto de Reforma Universitária do governo Lula está a serviço de uma pressão parlamentar-institucional para torná-lo mais privatista e anti-democrático do que já é. Por isso, são todas do (baixíssimo) nível exposto. O ANDES-SN declara sua oposição ao projeto por motivos radicalmente opostos: por estar em defesa de uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, autônoma, democrática, socialmente responsável e que, em pleno uso da sua liberdade acadêmica, discuta interna e externamente, as melhores vias, em todos os aspectos da sua atividade, para estar a serviço das necessidades da Nação e das maiorias populares. **O ANDES-SN não chora, luta.** 

Luiz Carlos Gonçalves Lucas

Apresentação: Edmundo Fernandes Dias*

Entrevistadora: Ceres Maria Ramires Torres**



Sobre *Luiz Carlos Gonçalves Lucas* muito se poderia falar: gaúcho de fala meditada e fácil, firmeza de convicções e intelectual sério. Sua inserção no movimento docente foi fruto, sem dúvida alguma, da tradução de uma trajetória familiar e intelectual na totalidade da vida social. Percebeu e praticou, sempre, a política como instrumento de intervenção na construção de uma sociedade para além da Ordem do Capital.

Conversar com este militante de fala afável, comportamento tranqüilo e firme, é aprender sempre alguma coisa nova que nos permite avançar, Gosta muito do convívio com os companheiros, está permanentemente disposto aos debates que avancem. Anti-sectário por definição ele nos ensina sempre, com um contraditório inteligente, o que há de fundamental na nossa luta.

Lucas inseriu sua vida no fluxo da luta social como militante contra as injustiças e misérias e, em particular, contra a destruição da Universidade e da Educação Públicas. Da Pelotas onde vive e atua ao Sindicato Nacional ele deu grandes passos. A AD, onde foi militante de base e dirigente, foi sua primeira escola. Passou pelos Congressos e CONADs trabalhando na perspectiva da construção de uma militância qualificada. Chega a direção nacional, primeiro como vice-regional (2000-2002) e depois como presidente do Sindicato (2002-2004), cargo que não pleiteou, mas que aceitou quando seus companheiros o chamaram a concorrer. Na direção ele demonstrou saber construir com os próximos e com os adversários uma conduta serena porém combativa. Nunca recusou o contraditório e isso traçou um quadro distintivo. Um certo acento provençal carimba seu passaporte de professor, sempre e de militante, cotidianamente. O melhor mesmo é ouvi-lo falar sobre sua trajetória.

U&S: Lucas, o que te levou a ser militante? Como foi teu encontro com a política?

Lucas: Foi muito antigo. Passei minha infância numa casa onde havia freqüentes reuniões partidárias. Ninguém que tenha nascido no final dos anos quarenta se chama Luiz Carlos por acaso. Meu pai era um comunista da velha estirpe, que viveu dividido entre a esperança no socialismo, a admiração pela Revolução Russa e repulsa diante do estalinismo real. Por outro lado, freqüentei um colégio particular elitista e conservador, onde a guerra civil na Espanha era descrita mais ou menos como cruzada contra o demônio. Ainda me lembro dos relatos sobre o heroísmo dos militares franquistas e as atrocidades dos republicanos que torturavam e violentaram freiras. Mas a comparação que desde cedo fui levado a fazer era muito desigual. A esquerda, que conheci em casa, era inteligente, tinha

mãos de uma elite operária. Hoje vejo que não o deveria ter feito: esquecer nunca é bom.

U&S: E a tua trajetória como dirigente sindical?

Lucas: Tornei-me professor da UFPel em 1985. No ano seguinte, fui membro do Conselho de Representantes da ADUFPel. Participei das greves nacionais e da campanha local que fizemos, primeiro pela eleição democrática e depois pela posse do reitor escolhido pela comunidade. Em 1999 o Dr. Amílcar Gigante assumiu a reitoria e iniciou a única administração de esquerda que a UFPel teve. Durante dois anos, fiz arte de sua equipe. Era um grupo coeso, que trabalhava com afinco. O próprio Gigante foi um dos melhores exemplos que até hoje conheci de integridade ética, capacidade intelectual e responsabilidade política. Todos os espaços decisórios da universidade foram democratizados, construiu-se um

No calor das eleições esqueci - não superei, mas esqueci - alguns temores de que o partido se transformasse em instrumento de poder, nas mãos de uma elite operária. Hoje vejo que não o deveria ter feito: esquecer nunca é

disposição inesgotável para o diálogo, e jamais punia. A direita, que encontrava, sobretudo, na escola, via a história como fé e a fé como castigo. Com onze ou doze anos, eu fiz uma escolha muito óbvia e previsível: entre Franco e a Passionária, fiquei do lado de Dolores. Acho que foi assim que me encontrei com a política. Jamais nos separamos, embora durante boa parte da minha vida eu tenha tido principalmente engajamentos esporádicos, nas grandes campanhas nacionais, como a da anistia e a das diretas, ou nas greves, quando já professor da UFPel. Nunca tive militância partidária destacada.

Precisei de algum tempo para filiar-me ao Partido dos Trabalhadores. Fiz isso no decorrer da campanha presidencial de 1989, embora muito antes já me considerasse petista. No calor das eleições esqueci - não superei, mas esqueci - alguns temores de que o partido se transformasse em instrumento de poder, nas

projeto pedagógico que se tornou referência nacional, a gestão se fez com honestidade e competência. No entanto, a maior parte dos esforços se consumia na administração de uma crise que vinha de fora, que era estrutural e de dimensões nacionais, que tinha no abandono financeiro sua principal causa imediata. Com o advento do governo Collor, esse cenário se agravou, e a UFPel foi especialmente atingida. Aguçou-se, então, minha consciência de que a defesa de uma universidade pública digna desse nome deveria fazer-me em primeiro lugar no plano especificamente político e em nível nacional, e de que havia naquele momento uma ameaça extremamente grave a ser enfrentada. Em 1991, concordei em ser candidato à presidência da ADUFPel, e revigorou-se o meu interesse pelo ANDES. Eu tinha, na ocasião, um conhecimento apenas superficial sobre a sua história. Ao examiná-la com mais cuidado, convenci-me do acerto das delibera-

ções tomadas em questões fundamentais para a configuração inicial e a trajetória do sindicato, questões que ainda hoje parecem definir os dois principais campos políticos que o compõem. A criação de um sindicato nacional com estrutura rasa, eleições diretas para todos os diretores, mandatos de dois anos não renováveis pela segunda vez consecutiva, aliada à interdição de cobrança de imposto sindical, permitiu que o ANDES se tornasse um modelo de autonomia frente ao Estado, num mundo sindical em grande parte vertica-



dição de sindicato e filiar-se à CUT, no tempo em que a CUT valia a pena.

Durante o período em que presidi a Adufpel, adquiri a certeza de que o ANDES merecia ser preservado. Ao final do mandato, em 93, julguei que minha contribuição como dirigente estaria encerrada, mas alguns anos depois percebi que havia sério risco de retrocesso na estrutura, na autonomia e na democracia interna do sindicato. Em 1998, fui candidato a 1º Vice-Presidente Regional RS na chapa da ANDES-AD. Fomos derrota-

Para que nos transformássemos neste sindicato que, como poucos, soube coadunar as reivindicações econômicas com a construção de uma proposta de universidade que é hoje referência para todos que lutam a favor da

lizado, com federações e confederações facilmente dominadas por burocracias. A representação de docentes das carreiras de primeiro, segundo e terceiro graus, bem como dos setores das federais, estaduais e particulares foi uma opção que muito contribuiu para que não nos tornássemos presa de uma lógica estreita de tipo corporativo, no sentido vulgar da palavra. Para que não fôssemos apenas um conjunto de organizações débeis dedicadas à defesa particularista de interesses imediatos e setoriais. Para que nos transformássemos neste sindicato que, como poucos, soube coadunar as reivindicações econômicas com a construção de uma proposta de universidade que é hoje referência para todos que lutam a favor da escola pública. Que tem realizado simpósios e debates e produzido textos de qualidade sobre praticamente todo o espectro da política educacional e sobre uma variada gama de políticas públicas abrangendo temas como ciência e tecnologia, reforma do Estado, meio ambiente, seguridade social, sindicalismo, só para citar alguns. Que tem sido, em suma, centro de análise crítica e formulação intelectual, como aparentemente desejavam alguns que pretendiam vê-lo eternamente como mera associação, mas que soube assumir a con-

dos, e antes que o galo cantasse três vezes, após a posse da diretoria então eleita, pude constatar que, infelizmente, minhas apreensões eram fundamentadas.

No rastro dos famosos acordos com ACM e Paulo Renato, segue-se uma fase de condescendência diante da discriminação contra aposentados e professores da carreira de 1º e 2º graus, de aceitação das gratificações produtivistas, de divulgação de um projeto de regulamentação da autonomia rejeitado pelo movimento docente, de abandono da ação conjunta com outros trabalhadores, de aviltamento diante de um governo determinado a fazer avançar o projeto de privatização da universidade pública.

A devastação só não foi maior porque a estrutura do sindicato possibilitou que as instâncias deliberativas superiores à diretoria exercessem algum controle. Esse quadro foi revertido em 2000, com a vitória da chapa presidida pelo prof. Roberto Leher. Fiz parte dessa diretoria, no mesmo cargo a que havia concorrido em 1998. Foi uma etapa de reconstrução, em que se conseguiu recuperar a autonomia do sindicato e derrotar a implantação do emprego público nas IFES, que abriria as portas para

sua transformação em organizações sociais.

Em 2002, fui indicado, com amplo consenso, para encabeçar a chapa ANDES- AD, que venceu o pleito. Foi uma disputa tranqüila, em que tive oportunidade de participar de debates cordiais e honestos com a Prof. Maria Aparecida Meneses, pessoa que sempre mereceu meu respeito e admiração. Ser presidente do ANDES não havia sido projeto meu, mas foi uma das experiências mais importantes que vivi.

U&S: Que balanço farias da gestão que presidiste?

Lucas: Estou seguro de que mantivemos escrupulosamente a democracia no sindicato. Nenhuma decisão politicamente relevante foi tomada sem ampla consulta às assembleias das seções sindicais e aos CONADS e CONGRESSOS. O que nossos eventos deliberativos aprovaram foi sempre acatado. E o ANDES se consolidou como símbolo de autonomia numa conjuntura que talvez tenha sido a mais propícia à cooptação em toda a história brasileira. Em nossas relações com outros sindicatos e movimentos sociais, resistimos sempre às inúmeras tentativas de fomentar divisões entre trabalhadores. Mas em nenhum momento descuidamos de nossa



Tenho consciência de que não conseguimos vitórias nos dois principais embates em que nos empenhamos. O primeiro deles e mais intenso foi a da Reforma da Previdência. Não foi possível barrá-la. Disso alguns inferiram, ex post facto, que seguimos uma estratégia equivocada. Que, mais uma vez, agimos de forma intransigente, e que, ao invés de lutarmos pela rejeição à PEC, deveríamos ter tentado melhorá-la. Isso pode ser bom para rotulagem junto a pessoas desinformadas, mas, como argumento, é paupérrimo. Ignora o modo como essas reformas vêm sendo impostas no mundo periférico. Ignora a absoluta determinação do governo Lula em nada conceder que pudesse colocá-lo em risco de desagradar a agiotagem internacional. Ignora que as alterações nos sistemas previdenciários não são decisões isoladas, mas processos onde qualquer implementação parcial, hoje, abre caminho para a passagem do trator de amanhã. Ignora que forças com muito maior poder de pressão do que nós, como a CUT – e outras com menos, como os que, no interior do ANDES, já naquela época tentavam negociar em separado – não conseguiram obter qualquer migalha, apesar dos bons serviços prestados. Se não ignora

Estou seguro de que mantivemos escrupulosamente a democracia no sindicato. Nenhuma decisão politicamente relevante foi tomada sem ampla consulta às assembleias das seções sindicais e aos CONADS e CONGRESSOS.

pauta específica de reivindicações, que sempre tentamos negociar junto ao MEC, apesar das críticas dos que nos consideram opositores irreductíveis, adeptos de uma política de tudo ou nada e dispostos a deslegitimar o governo. Chegamos mesmo a suportar com paciência a participação no simulacro de uma mesa nacional dita de negociação permanente, inaugurada com a presença de seis ministros e grande aparato de mídia, onde de antemão se sabia que nada seria negociado.

finge ignorar que o único resultado palpável de uma atitude cordata seria permitir ao governo um desgaste menor na tramitação da reforma, o que facilitaria a continuidade da mesma política de agressão.

Se há algo a lamentar, no comportamento do sindicato, foi não termos conseguido realizar uma greve mais forte e mais intensa. A votação no Senado e o episódio burlesco da Emenda Paralela, destinada a salvar a imagem do Senador Paim, fazem supor que, com maior

mobilização, talvez tivéssemos conseguido mudar o resultado. Mas o movimento docente estava dividido, como, aliás, o conjunto do sindicalismo brasileiro. Isso já havia acontecido antes, porém em escala muito menor. No início do período Fernando Henrique, o tuacano era forte nas universidades, o governo era visto como não sendo abertamente de direita, e isso se refletiu no ANDES. Mas após as divisões se exacerbaram. E é exatamente essa a maior contribuição dos atuais governantes oriundos da esquerda à ordem



tizar a ponto de tornarem-se incapazes de perceber o conteúdo e a natureza da reforma. Havia também, com certeza, oportunistas sempre disponíveis para o puro jogo de poder em proveito próprio. E, *last but not least*, docentes-empregados que não desejavam perturbar as atividades lucrativas que desenvolviam no interior da universidade pública. Nos outros sindicatos de servidores, a situação era, em geral ainda, pior. Mesmo assim, conseguimos fazer uma greve, com grandes manifestações em Brasília. Não foi fraca,

Em 2004, o governo já não tinha desculpa de que o orçamento fazia parte da herança maldita, nem a quem transferir a responsabilidade pela quebra do compromisso, assumido no ano anterior, de promover paulatinamente a recupera-

brutalmente exploradora que se mantém neste país. Ninguém melhor do que Lula poderia desempenhar esse papel. Desde sua posse, as dificuldades de mobilização se avolumaram. Em nosso primeiro Congresso, em Terezina, a Diretoria propôs a greve, caso o governo insistisse em alterar a legislação previdenciária segundo um modelo já naquele momento perfeitamente previsível. Não havia alternativa, diante da violência que se exercia contra nós. Se a mesma reforma tivesse sido de autoria de um hipotético governo Serra, a indignação seria unânime. Mas, embora o Congresso tenha aprovado por ampla maioria a nossa proposta já então se tornou claro que um setor do sindicato resistiria a qualquer ação mais contundente que pudesse ser vista como de oposição a Lula. Essa resistência realmente ocorreu.

Como em qualquer coletivo de dimensões não reduzidas, as motivações eram – e são – muito diversificadas. Havia os companheiros que honestamente pensavam ser muito cedo para um confronto, os que entendiam que se deveria dar um crédito de confiança ao novo Presidente, os que acreditavam na quimera do governo em disputa, os que nos julgavam sectários ou paranóicos, os que se deixavam fana-

embora não tenha sido intensa o suficiente para barrar a reforma e evitar que centenas de milhares de trabalhadores, docentes ou não, fossem prejudicados pelo governo que elegeram, e com a cumplicidade passiva ou ativa de muitas de suas lideranças.

O outro embate a que me referi anteriormente diz respeito à política salarial das IFES. Sempre procuramos negociar em conjunto com as demais entidades da CNESF, a reivindicação de reajuste linear aprovada pelo movimento docente. Essa via não foi escolhida, como querem alguns iluminados, porque damos maior prioridade aos interesses dos SPF do que aos professores, mas porque é a única possível, técnica, jurídica e politicamente. Em 2003, o governo cometeu a sandice de outorgar a todos os servidores uma parcela fixa e um percentual que, somados, tinham o aspecto de uma esmola. Não colheu bons frutos. Em 2004, já não tinha desculpa de que o orçamento fazia parte da herança maldita, nem a quem transferir a responsabilidade pela quebra do compromisso, assumido no ano anterior, de promover paulatinamente a recuperação salarial. Mas distribuir os recursos de maneira mais inteligente, embora não muito

criativa, porque na realidade, seguiu uma tática velha como o diabo. Dedicou-se a dividir os trabalhadores, como já havia feito com a reforma da Previdência e a implodir a CNESF. Contou com os préstimos da direção majoritária da CUT.

Ofereceu reajustes diferenciados para algumas categorias. O Andes – as instâncias que deliberam pelo sindicato, e não apenas sua diretoria – jamais reivindicou esse tipo de tratamento. Por motivos éticos, pelo dever de solidariedade aos demais servidores, mas também porque estrategicamente esse tipo de conduta é estúpido: pode trazer ganhos imediatos para alguns, mas às custas do enfraquecimento da capacidade de mobilização de todos.

Mesmo assim, os docentes das IFES foram contemplados, em circunstâncias muito especiais. Ofereceram-nos, sem que nos dessem a oportunidade de discussão, um reajuste em valores razoáveis, mas aplicado às gratificações produtivistas. Dificilmente poderiam prever que nossas assembleias recusariam a oferta. Multiplicamos os pedidos de audiência, inutilmente.

Na antevéspera das últimas eleições nacionais do sindicato, o Ministério do Planejamento fez



mas que seria viável substituí-las provisoriamente por uma gratificação não produtivista. Os recursos disponíveis para a proposta inicial seriam garantidos. O movimento docente aceitou negociar nessas bases, e nosso mandato terminou num clima de razoável otimismo.

Pouco tempo depois, tudo foi desfeito de forma autoritária. Não foi dada nenhuma explicação plausível e as únicas que se pode imaginar dificilmente seriam explicitadas. Em nenhuma das reuniões que tivemos na Mesa Nacional de Negociação, os representantes governamentais defenderam essa modalidade de remuneração. Ao contrário, várias vezes externaram posições críticas a esse tipo de política.

A SESU nos havia manifestado formalmente sua posição favorável à incorporação. O mesmo fizera o Ministro Tarso Genro, diante da imprensa, quando do lançamento da Mesa Setorial da Educação. O impacto financeiro seria perfeitamente suportado pelos recursos existentes. A área econômica não teria razões para intervir sobre isso. No entanto, o governo jogou fora uma oportunidade de criar uma atmosfera de entendimento nas IFES, para apostar no confronto. Que obje-

Não é só com a CNESF que se quer implodir, mas também com o ANDES. Por linhas tortas, isso prova o reconhecimento de nossa capacidade de luta.

circular um simulacro de contracheque, no qual alardeava as vantagens pecuniárias de sua proposta, estabelecia um prazo fatal para acordo e discretamente sugeria que as direções sindicais fossem pressionadas a aceitá-la. Como registrou uma vez o Painel da Folha de São Paulo, “não colou”.

No dia seguinte ao da divulgação dos resultados das eleições, fomos finalmente recebidos no MPOG. Soubemos, então, que o prazo já não era fatal, que o governo não poderia, no momento, por motivos de ordem técnica, concordar com a incorporação da GED e da GID,

tivo poderia ter, senão enfraquecer o sindicato e sua diretoria? No momento em que uma entidade de cúpula, com representação inexpressiva, tem sua presença imposta por decisão ministerial para participar de um grupo de trabalho sobre questões salariais, em igualdade de condições com um sindicato de 70.000 filiados, tudo fica mais claro. Não é só com a CNESF que se quer implodir, mas também com o ANDES. Por linhas tortas, isso prova o reconhecimento de nossa capacidade de luta. Haver contribuído para que essa capacidade se mantenha, num contexto especialmente adverso,

foi, no meu entender, a principal realização de nossa diretoria. Isso se fez, sobretudo, por meio da mais irrestrita democracia interna.

U&S: Como encaras a questão da militância sindical partidária?

Lucas: Conciliar esse dois tipos de militância nem sempre é fácil, mas é extremamente necessário. Raramente alguém chega a ocupar um cargo importante num sindicato sem ter pelo menos uma forte preferência partidária. Acho melhor isso ser explicitado. Não se pode cercear a ninguém – dirigente sindical ou não – o direito de pertencer a um partido, e as posições que o negam são normalmente muito direitistas. Também não se pode esperar que pessoas com o mesmo vínculo partidário tenham usualmente atitudes diver-



história, soube preservar sua autonomia. No caso da diretoria que presidi, havia alto grau de pluralismo e nossas decisões jamais foram definidas por critérios partidários.

Alguns diretores, entre os quais me incluo, mudaram de partido durante o mandato, sem que isso tenha alterado sua atuação no sindicato. Quem primeiro propôs na Diretoria a greve contra a Reforma da Previdência fui eu, e nesse momento ainda era petista. E quando me decidi a ingressar no PSOL, muitas das razões específicas que pesaram nessa decisão se originaram

na minha militância sindical: se não fosse o ANDES, eu teria tido uma visão muito menos clara do processo de criação da UERGS, pelo governo Olívio, no RS. Teria acompanhado com menos atenção as prioridades orçamentárias do companheiro Lula. Tal-

O ANDES, na maior parte da sua história, soube preservar sua autonomia. No caso da diretoria que presidi, havia alto grau de pluralismo e nossas decisões jamais foram definidas por critérios partidários.

gentes em questões importantes da vida de um sindicato. Tampouco se pode impedir que se ponham de acordo para a defesa de objetivos comuns. Evidentemente isso pode trazer o risco de aparelhamento, que sempre deve ser evitado. E evitá-lo depende de algumas condições básicas. Uma delas é uma certa dispersão de poder entre os diferentes grupos políticos. Aqui, os efeitos são complexos. Quanto maior o predomínio de uma sigla tanto mais sua influência parecerá “natural”. Ao contrário, quando houver maior disputa interna, as divergências tenderão normalmente a tornar-se mais visíveis e percebidas como incômodas. Outra condição, que me parece essencial, é a existência de instâncias de deliberação democrática abertas à participação de representantes das bases. A isso se associa a difusão de valores referentes à autonomia sindical, que contribuem para evitar ingerências descabidas.

Acho que o ANDES, na maior parte da sua

vez não tivesse percebido em toda sua dimensão o significado da reforma da Previdência e das demais que se anunciavam. Não me teria considerado éticamente obrigado a ser solidário com parlamentares punidos porque nos apoiaram. Portanto, pelo menos no meu caso, foi o ANDES que influenciou em minha opção partidária, não o contrário. **US**

* **Edmundo Fernandes Dias** é professor aposentado do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas – UNICAMP – ; 3º Secretário do ANDES-SN e editor da revista *Universidade e Sociedade*.

** **Ceres Maria Ramires Torres** é professora na Universidade Federal de Pelotas-RS. E 2ª Secretária do ANDES-SN.

O financiamento da educação superior no governo Lula: uma loteria?

Nicholas Davies

Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

1- Introdução

Pretendo a seguir apresentar e examinar alguns elementos para a compreensão do financiamento da educação no governo Lula. Antes de mais nada, é importante uma breve discussão sobre o caráter do Estado brasileiro e de suas políticas sociais mais recentes. O Estado brasileiro, como todo Estado capitalista, tem sua estrutura e ação orientadas para atender principalmente aos interesses gerais das classes dominantes e também específicos de suas várias frações, embora não seja um bloco monolítico e reflita, em maior ou menor grau, não só diferenças e divergências no seio das classes dominantes e das burocracias estatais, como também, ainda que minoritariamente, os interesses e ações das várias frações das classes trabalhadoras e/ou das entidades e partidos que alegam representá-las. Vale ressaltar que o Estado não apenas reflete direta e imediatamente essas contradições, como também atua sobre a sociedade por deter certa autonomia em relação às classes sociais, autonomia essa necessária para a legitimidade perante as classes dominadas e variável em função da organização e capacidade das várias classes e suas frações para fazerem valer seus interesses junto aos aparelhos estatais. Além destes traços gerais, o Estado brasileiro possui particularidades, definidas por sua história e inserção variável na divisão internacional do capital/trabalho e do poder, representadas, por exemplo, pelo

forte patrimonialismo dos ocupantes de cargos públicos, autoritarismo exacerbado, impermeabilidade às demandas das classes populares e médias, e sua subordinação aos centros hegemônicos do capitalismo (EUA, Japão, Europa Ocidental).

Se estruturalmente e historicamente o Estado brasileiro não tem demonstrado compromisso com os interesses mais amplos da maioria da população, sobretudo os trabalhadores e oprimidos de todo tipo, a conjuntura dos anos 90 aumentou este descaso. A crise de reprodução do capitalismo em escala mundial, com reflexos nas políticas denominadas de neoliberais, e o desmoronamento dos regimes ditos socialistas do Leste europeu intensificaram, com a orientação e direção de organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, a ofensiva mundial do capital para recuperar terreno perdido para os setores organizados de trabalhadores nas décadas anteriores (diminuindo ou anulando direitos sociais e/ou trabalhistas) e/ou conquistar novos espaços para sua reprodução (privatizando juridicamente setores ocupados pelo Estado). No Brasil, em que os movimentos populares viveram um ascenso nos anos 80, esta ofensiva começa com a eleição do presidente Collor, em 1990, e se amplia e consolida com o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), cujas políticas propuseram a redução do papel do Estado na economia e em outros setores, como

educação, com base no diagnóstico de ineficiência e má gestão do Estado, cujo déficit seria sanado pela melhor gestão e/ou redução dos gastos estatais e/ou seu redirecionamento para setores supostamente mais carentes e/ou de retorno econômico mais seguro. Como não poderia deixar de ser, tal diagnóstico não se dispõe a identificar a origem de tal déficit no controle do Estado pelo capital privado, que dele se serviu e se serve para financiar suas ações produtivas e especulativas.

No plano conjuntural, creio ser fundamental também fazer uma breve caracterização das forças visíveis e outras nem tanto que possibilitaram ou aceitaram a eleição de Lula, ou mantêm apoio a ele, mais do que a de um partido (Partido dos Trabalhadores) e seus aliados for-

mais ou fisiológicos. De maneira muito sintética, podemos dizer que Lula foi eleito por uma coligação de forças políticas organizadas que “representam” (com todas as distorções que a representação política tem nas sociedades burguesas e sobretudo nas burguesas patrimonialistas, como a brasileira) setores da classe trabalhadora organizada (ou, melhor dizendo, da sua burocracia sindical), aliados a uma fração do

capital nacional (“representada” pelo vice-presidente, José Alencar). As forças não tão visíveis são as que, embora ter possam ter tido maior predileção num momento por José Serra, perceberam e percebem a importância de não apostar todas as fichas num só cavalo - perdão, candidato - e sabem que, mesmo candidatos com origem e trajetória popular, têm flexibilidade e “sensatez” suficientes para ouvir o “mercado”, isso quando o candidato e seu partido, ou pelo menos as suas correntes dominantes, já não adequaram seus princípios e programas aos horizontes fixados pela ordem burguesa através dos meios de propaganda

(jornais, emissoras de rádio e televisão) e das forças invisíveis do “mercado”. Alguns breves indicadores da maior importância do “mercado” no governo Lula: a pauta política (reforma da previdência e tributária) foi construída pelas frações hegemônicas das classes dominantes “nacionais” e internacionais, o Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico, criado por Lula, contém representantes empresariais em proporção três vezes maior do que de entidades de trabalhadores (além de ser marcadamente regionalista - paulista), e a taxa de juros (que remunera o capital financeiro e não induz o capital “produtivo” a gerar emprego) mantém-se em nível muito alto.

Esta breve caracterização é mais importante para se entender o financiamento da educação e de muitos programas sociais no governo Lula do que os documentos programáticos, iniciativas legislativas (como o Fundeb - Fundo da Educação Básica) ou quaisquer outras. Pois muitos governos, mesmo os de discurso progressista, contrários ao neoliberalismo, têm demonstrado na prática fazer o contrário do que prometeram na campanha. Como diz Perry Anderson (1995, p. 20), a propósito das eleições de Carlos Menem, na Argentina, em 1989, Carlos Andrés Pérez, na Venezuela, em 1989, e Fujimori, no Peru, em 1990: “Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito. Menem, Carlos Andrés e Fujimori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90.” No seu panorama sobre a evolução do neoliberalismo na primeira metade da década de 1990, na Europa, Anderson mostra que mesmo governos com discursos progressistas, como os de Mitterrand, na França, González, na Espanha, Soares, em Portugal, Craxi, na Itália, e Papandreu, na Grécia foram “forçados pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso dramaticamente e reorientar-se para fazer uma política muito próxima à ortodoxia neoliberal” (ANDERSON, 1995, p. 13). A dúvida é saber

A dúvida é saber se realmente foram forçados ou se fizeram uma opção clara e consciente pelo grande capital, mais concentrado, organizado e poderoso do que os trabalhadores, sobretudo numa época de crescente desemprego e reestruturação produtiva.

se realmente foram forçados ou se fizeram uma opção clara e consciente pelo grande capital, mais concentrado, organizado e poderoso do que os trabalhadores, sobretudo numa época de crescente desemprego e reestruturação produtiva. O artigo “Para onde vai o Brasil”, de James Petras e Henry Veltmeyer (2003), mostra a opção do governo Lula pela continuidade e até aprofundamento do modelo neoliberal.

A seguir apresentamos alguns elementos para a compreensão do que tem sido e muito provavelmente continuará o financiamento da educação no governo Lula. Inicialmente, examinamos o programa de governo e, depois, algumas de suas “realizações” e propostas nestes 24 meses de governo. Uma primeira constatação é que os documentos e ações concretas do governo não parecem guardar muita coerência entre si. Por exemplo, o Programa Universidade para Todos (lançado por Tarso Genro em fevereiro de 2004) não estava previsto nem no Programa de Governo, nem no Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial constituído em outubro de 2003 para discutir uma proposta de reforma universitária. Também a proposta de fim da gratuidade do ensino superior federal não constava nem do programa de governo, mas já era apresentada como possibilidade pelo relatório do GT Interministerial.

2- As promessas antes da posse

Intitulado “Uma escola do tamanho do Brasil”, o documento é dividido em tópicos como a democratização do acesso e garantia de permanência, a qualidade social da educação, a valorização profissional, o regime de colaboração entre os governos e gestão democrática, e os vários níveis e modalidades de ensino e o financiamento do ensino. A exemplo de tantos outros programas de governo, este é bastante genérico com relação ao financiamento da educação superior ou da educação em geral, impossibilitando, assim, qualquer cobrança posterior. Fala da necessidade de aumentar os recursos, porém não define o montante, o percentual ou prazos, resultando, assim, não em

propostas concretas, mas apenas em vagas declarações de intenção. O programa é excessivamente lacônico ao tratar do financiamento (ocupando menos de 5% do documento!), prometendo apenas reexaminar os vetos apostos por FHC ao PNE (Plano Nacional de Educação - Lei 10.172, de 2001) para que “através do esforço conjunto da União, Estados, Distrito Federal e municípios, o percentual de gastos públicos em educação em relação ao PIB sejam elevados para o mínimo de 7% no período de dez anos.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002). Até o final de dezembro de 2004, quase 24 meses depois de empossado, o governo não havia derrubado tais vetos, o que permite levantar a hipótese de que isso não é feito porque representaria aumento de gastos do governo federal, prejudicando a obtenção do sacrossanto superávit primário.

Numa análise dos programas para a Educação Superior dos candidatos à presidência da República, em agosto de 2002, o Grupo de Trabalho (GT) de Política Educacional do Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) já fazia ressalvas a esta proposta por defender o “re-exame dos vetos de FHC ao PNE, mas não assumir nenhum compromisso com seu não-acatamento”, legitimando o PNE do governo FHC “ao se limitar apenas a rever os vetos (...) [e diferindo] da proposta do Andes-SN e do PNE da sociedade brasileira ao não se contrapor à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Fundo de Estabilização Fiscal, que retira verba da educação.” (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, GTPE, 2002). Assim, o programa não pretendia tomar como referência a meta de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) fixada pelo PNE elaborado, em novembro de 1997, pelas entidades de trabalhadores da educação que participaram do II CONED (Congresso Nacional de Educação), também chamado de PNE da Sociedade Brasileira, e protocolado como projeto de lei em fevereiro de 1998.

Este percentual mínimo de 7%, no entanto,

parece estar em contradição com a Carta-compromisso do PT, que, segundo a edição especial do *Jornal Mural* da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2003), prometia usar como parâmetro o PNE elaborado pela sociedade (10%). Não tivemos acesso a esta Carta-compromisso, mas é possível que essa contradição se deva ao fato de o programa de governo ter sido elaborado, se não totalmente, pelo menos em grande parte, pela ONG de Lula, o Instituto de Cidadania, uma instância inexistente na estrutura partidária. De qualquer maneira, qualquer que seja o percentual, 7% ou 10%, como o prazo para sua aplicação é de 10 anos a partir da promulgação da Lei do PNE (janeiro de 2001) e como a lei não prevê aumento dos percentuais ao longo dos 10 anos, isso significa que o conjunto dos governos (o percentual vale para as três esferas de governo, e não apenas para o governo federal) só seriam obrigados a aplicar este percentual em 2011. Como o governo Lula termina em 2006 (no caso de não ser reeleito), ele não se verá obrigado a cumprir este percentual (7% ou 10%) até 2006.

Além disso, conforme já salientamos em artigo sobre o Plano Nacional de Educação (-DAVIES, 2001), como o percentual vale para o conjunto dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, e não há nenhuma definição sobre o percentual que cabe a cada governo, não se poderá cobrar responsabilidade de nenhum governo, uma vez que ela é de todos, conjuntamente. Se é de todos, não é de nenhum. Outro problema é que a receita dos governos não é constituída de PIB, mas sim de impostos, taxas etc, sendo o PIB (pelo menos o registrado na contabilidade oficial) um bom indicador para aferir uma série de gastos mas não para cobrar responsabilidade de governos.

3- “Herança maldita”?

As “realizações” após a posse

O governo Lula vem seguindo até o momento o mesmo caminho de outros governos de discurso progressista, que, uma vez eleitos,

esquecem total ou parcialmente as promessas de campanha e adotam orientação dos organismos internacionais (Banco Mundial e FMI) e do “mercado”, eufemismo para capitalistas. Embora tenha herdado muitos problemas deixados por FHC, atribuir tudo à “herança maldita” de FHC é não querer ver a sua responsabilidade nas políticas atuais, inclusive nas educacionais. Uma medida que não tem a ver com esta “herança” é o arrocho salarial praticado sobre os servidores federais em 2003 e 2004, cujo efeito concreto no curto e médio prazo será a perda da qualidade do serviço público e, portanto, da educação pública, minando, assim, um dos objetivos do programa de governo, que, no item “Valorização Profissional”, prometia a “irredutibilidade dos salários, assegurada a reposição anual de perdas, a integralidade dos proventos de aposentadoria e de pensões.”, objetivo este enfraquecido ainda mais com a reforma da previdência aprovada com métodos fisiológicos em 2003.

Outra medida, que não pode ser atribuída à “herança maldita”, foi a proposta de emenda constitucional 42 (reforma tributária) encaminhada em abril de 2003 ao Congresso Nacional, prevendo a prorrogação da DRU (a desvinculação da receita da União) de 2004 até 2007, o que significaria a desvinculação de 20% não só dos impostos federais da educação, como também do salário-educação (contribuição social calculada à base de 2,5% da folha de pagamento das empresas). A EC finalmente aprovada em 19/12/03 poupou o salário-educação do corte de 20%, porém não os 20% de impostos federais, o que significa que de 2004 a 2007 o governo federal só será obrigado a aplicar 14,4% (= 18% - 3,6%) dos impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino. Criada pela Emenda Constitucional 27, em 2000, a DRU representou a prorrogação de disposições das Emendas Constitucionais 10, de 1996, e 17, de 1997, que instituíram o Fundo de Estabilização Fiscal, sucessor do Fundo Social de Emergência, instituído pela Emenda Constitucional de Revisão 1, em 1994.

Para se ter uma idéia do prejuízo provocado por essa esperteza contábil, em 2003 R\$ 23,2 bilhões de impostos foram desvinculados da base de cálculo dos 18% (www.stn.fazenda.gov.br), o que significa cerca de R\$ 4,2 bilhões (18% de R\$ 23,2 bilhões) a menos para a educação em âmbito federal.

O que é mais grave no FEF/DRU é que foi criado com o discurso de que se destinaria a custear ações de saúde e educação, porém tem sido usado muito mais para financiar outros setores. Segundo o Relatório e Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas do governo federal em 1999, os recursos do FEF “por funções em 1999 foram aplicados em Defesa Nacional e Segurança Pública (R\$ 7,7 bilhões), Assistência e Previdência (R\$ 3,8 bilhões), Judiciária (R\$ 3,1 bilhões), Saúde e Saneamento (R\$ 2,8 bilhões), Administração e Planejamento (R\$ 2,6 bilhões), Educação e Cultura (R\$ 2,3 bilhões), Agricultura (R\$ 1,2 bilhão) e demais (R\$ 1,5 bilhão)” (BRASIL, TCU, p. 27). Embora este relatório se refira a contas do governo de FHC, é muito provável que as linhas gerais do seu teor também valham para as contas do governo Lula.

Outra medida prejudicial à educação, que também não pode ser atribuída à “herança maldita” e está em contradição com o programa de governo e com as avaliações e propostas de parlamentares do PT e entidades como a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e o Consed (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação), foi calcular o valor mínimo anual da matrícula do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), não como manda a Lei 9.424, nem com base em critério de qualidade pedagógica, mas sim com base no interesse do Ministério da Fazenda de gastar o mínimo possível na complementação federal para o Fundef, para sobrar recursos para o superávit primário. A ilegalidade do governo federal foi reconhecida até por um grupo de trabalho constituída pelo MEC em 2003 (BRASIL,

MEC, 2003) para o estudo do valor mínimo da matrícula, mas suas recomendações não sensibilizaram a “equipe econômica” do Ministério da Fazenda. A consequência concreta dessa ilegalidade é que o governo federal deixou de complementar com mais de R\$ 3 bilhões para o Fundef em 2003 e provavelmente com outro tanto em 2004, totalizando no mínimo R\$ 6 bilhões de complementação federal devida porém não realizada só nos dois primeiros anos do governo Lula. É este descumprimento do cálculo da complementação federal que justifica um forte ceticismo em relação à implantação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Pública e de Valorização dos Profissionais da Educação), a panacéia apresentada pelo PT como solução para os males do Fundef. Ora, o Fundeb contido na Proposta de Emenda Constitucional 112 apresentada por deputados do PT em setembro de 1999 iria exigir do governo federal um volume muito maior de recursos do que ele atualmente gasta, para garantir um custo-aluno-qualidade em todos os níveis e modalidades da educação básica. A nova proposta do Fundeb, formalizada pelo MEC e encaminhada à Casa Civil em setembro de 2004, é bastante diferente da PEC 112 e não define a complementação federal, que promete ser tão irrisória quanto tem sido no Fundef. Não sabemos ainda (final de dezembro de 2004) qual será a proposta do Fundeb a ser encaminhada ao Congresso, mas não há ainda nenhuma indicação de que o governo federal fará uma complementação federal significativa e muito superior à complementação irrisória que vem fazendo para o Fundef desde 1998. De qualquer maneira, como a PEC do Fundeb não foi aprovada em 2004, ela não será implantada em 2005. A falta de pressa do governo em aprovar a PEC do Fundeb parece indicar que a proposta não é tão prioritária assim, até porque iria expor o

Atribuir tudo à “herança maldita” de FHC é não querer ver a sua responsabilidade nas políticas atuais, inclusive nas educacionais.

descompromisso do governo federal com o financiamento da educação básica, conforme já demonstrado no caso da complementação federal para o Fundef. Se o Fundeb fosse tão prioritário, teria tido o tratamento que teve a reforma da previdência e o Programa Universidade para “Todos”.

A diminuição da responsabilidade federal com a educação, em particular com a educação superior, e o incentivo à participação do setor privado ficaram claras em outras medidas também. O orçamento federal para a educação em 2004, por exemplo, representou uma redução de 13,4% em termos reais, segundo crítica de deputados do PT ligados à educação (*Folha de São Paulo*, 12/11/03), sendo, assim, uma continuidade da política de FHC desde 1995. Embora o governo tenha feito bastante propaganda do aumento de R\$ 1,7 bilhão no orçamento para 2005, é preciso ter em mente que grande parte deste “aumento” apenas recupera parcialmente perdas reais sofridas ao longo dos últimos anos.

Outra medida foi a defesa do fim da gratuidade do ensino superior público, com a proposta de cobrança dos ex-alunos de instituições públicas após a conclusão do curso, feita pelo então Ministro Cristóvam Buarque no primeiro semestre de 2003. Essa proposta, que nada tem de nova na história da educação brasileira, ganhou um reforço com o documento do Ministério da Fazenda que, divulgado em novembro de 2003, criticava a “injustiça social” na composição estudantil das universidades federais, por estas serem freqüentadas por estudantes da elite e, portanto, em condições de pagar faculdade. Toda esta farsa da “injustiça social” (curiosamente, o Ministério da Fazenda não enxerga injustiça social nos juros altos pagos aos banqueiros brasileiros e estrangeiros) foi para o palco legislativo logo a seguir, em dezembro, com a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 217, da deputada federal Selma Schöns, do PT do Paraná, que prevê, entre outras coisas, a cobrança de ex-estudantes de universidades públicas com remuneração acima de um piso.

Um outro documento oficial que lança luz sobre as intenções do governo para o financiamento do ensino superior é o Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial constituído em outubro de 2003 para elaborar propostas para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária. Este relatório, embora estabeleça metas de ampliação no número de matrículas nas IFES, não propõe aumento de recursos para atingi-las, mas sim a concessão de “autonomia para garantir às universidades federais o uso mais racional de recursos, maior eficiência no seu gerenciamento e liberdade para captar e aplicar recursos extra-orçamentários”, o aumento do número de alunos por turma, a maior dedicação do professor à sala de aula, o uso de ensino à distância, a concessão de verbas vinculadas à formação de profissionais em áreas estratégicas (no âmbito do Pacto da Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo, do qual poderiam inclusive participar as instituições “comunitárias” ou particulares), e a regulamentação das relações entre as IFES e as fundações de apoio. Nas considerações preliminares do relatório, fica claro o significado da autonomia financeira mencionada acima e o papel das fundações de apoio: “Com esses dois instrumentos – autonomia e Fundação de Apoio – as universidades federais certamente disporiam de condições não só para aumentar a captação de recursos, mas também para gerenciar com mais eficiência e previsibilidade os recursos que conseguir captar.” Ou seja, na falta de verbas do MEC, as IFES teriam autonomia para se ‘virar’ no mercado, através das fundações de apoio. O relatório apresenta várias outras alternativas de financiamento que, no entanto, não foram aprovadas por todos os membros do GT, como (a) retirada dos R\$ 2,8 bilhões de gastos com os inativos da folha do MEC, (b) contribuição voluntária de ex-alunos para as universidades federais, (c) contribuição não voluntária através de alíquota adicional no imposto de renda de ex-alunos, (d) destinação de uma parte da CPMF para as

IES públicas, (e) incentivo fiscal para o ensino superior, (f) fundos empresariais para o ensino superior, (g) troca da dívida pública por investimento em educação.

A idéia de conceder autonomia às universidades federais para não só gerir verbas repassadas com base nos valores do exercício anterior, como também obter recursos adicionais junto ao MEC mediante comprovação de desempenho (“eficiência”) tem presença forte no anteprojeto de reforma do ensino superior apresentado pelo MEC no início de dezembro de 2004. Com base no anteprojeto, as IFES receberiam dois tipos de verbas do governo federal. Uma destinada a manter o nível atual de funcionamento das IFES, sendo os valores corrigidos apenas para fazer face a aumento de despesas de custeio e pessoal. Ou seja, a verba aparentemente só garante o funcionamento das IFES nos já precários níveis atuais. A outra verba, complementar, seria repassada em função do cumprimento de metas de desempenho fixadas no Plano de Desenvolvimento Institucional, reforçando, assim, a competição entre as IFES e também no interior de cada uma delas. A competição e a privatização no interior das IFES, que, na ordem burguesa, existem desde sempre e não começaram hoje, poderão ser intensificadas com a proposta de autonomia de gestão financeira prevista no anteprojeto, pois as IFES terão liberdade para elaborar e executar um orçamento global definido previamente pelo MEC, não um de acordo com suas necessidades. Se quiserem recursos adicionais para atendimento de necessidades não atendidas pelo orçamento global, as IFES terão que gerar receita própria ou obtê-los junto ao MEC, através do cumprimento de metas de desempenho, definidas segundo critérios do MEC, ou no mercado.

Uma outra idéia, incorporada neste anteprojeto, é a reserva, para as IFES, de 75% do percentual de impostos que o governo federal é obrigado constitucionalmente a aplicar em educação. Em tese, isso significaria 13,5% dos impostos, pois o percentual mínimo federal é

de 18%. Cabe lembrar que esta não é uma idéia nova, pois já foi lançada no governo de FHC. Vários são os problemas dessa proposta. Um, já mencionando anteriormente, é que, em consequência da DRU (desvinculação da receita da União), que desvincula 20% dos impostos da base de cálculo dos 18% até 2007, os 75% representarão 11,4% dos impostos, não 13,5%. Outra fragilidade deste fundo ou de qualquer outro que dependa de impostos é que desde a Constituição Federal de 1988 o governo federal tem preferido criar ou ampliar as chamadas ‘contribuições’ (a CPMF é a mais recente), para não dividir tais receitas com Estados, Distrito Federal e municípios e desvinculá-las de despesas obrigatórias constitucionalmente, como a educação e, mais recentemente, a saúde. É sabido que a proporção de tais contribuições na receita orçamentária da União cresceu exponencialmente desde 1988, em detrimento da proporção dos impostos. Portanto, este fundo não é garantia estável e crescente do financiamento das IFES, sobretudo, como preconiza o governo, se elas expandirem as suas matrículas e ampliarem as suas atividades em pesquisa e extensão, cujo financiamento dependerá de indicadores satisfatórios de desempenho constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional a ser apresentado por todas as IFES.

4- Aumentando a privatização dos recursos públicos

A história da educação brasileira tem sido não só de descompromisso dos governos com a educação pública, mas também de incentivo direto e indireto às escolas privadas, que, além

A história da educação brasileira tem sido não só de descompromisso dos governos com a educação pública, mas também de incentivo direto e indireto às escolas privadas, que, além de gozarem de isenção fiscal total pelo menos desde a Constituição Federal de 1946, também receberam e recebem uma série de recursos públicos.

de gozarem de isenção fiscal total pelo menos desde a Constituição Federal de 1946, também receberam e recebem uma série de recursos públicos. O governo Lula não foge à regra. Por exemplo, o FIES (Financiamento ao Estudante do Ensino Superior Privado) foi não só mantido como ampliado no governo Lula. De 1999 a 2003, por exemplo, o FIES consumiu cerca de R\$ 2 bilhões, sendo de R\$ 870 milhões a previsão orçamentária para 2004. É verdade que mais de 80% dos empréstimos não são na forma de dinheiro vivo, mas de certificados para as instituições privadas saldarem suas dívidas junto ao INSS. De qualquer maneira, na prática representam subsídios às instituições privadas, que, sem o FIES, perderiam uma parcela de sua clientela e, portanto, sofreriam com uma maior ociosidade. Outra medida adotada

Mais uma vez o prejuízo terá sido socializado, pois o dinheiro público que financiou as mensalidades em faculdades particulares não voltará aos cofres públicos.

pelo governo Lula, que também não pode ser atribuída à “herança maldita”, é a possibilidade de negociação entre a Caixa Econômica Federal e os inadimplentes do antigo Creduc (Crédito Educativo), antecessor do FIES e que existiu até abril de 1999, permitida pela Medida Provisória 141, de 1/12/03. Tal negociação resultaria num desconto de cerca de R\$ 2 bilhões em 2003 da dívida dos inadimplentes. Em outras palavras, mais uma vez o prejuízo terá sido socializado, pois o dinheiro público que financiou as mensalidades em faculdades particulares não voltará aos cofres públicos. Além disso, as IES privadas continuam sendo beneficiadas com uma série de isenções fiscais (para todas reconhecidas legalmente como sem fins lucrativos) e previdenciárias (só para as com o título legal de filantrópicas), de incentivos dados pelo governo federal e governos estaduais e pelo controle privado de órgãos como os Conselhos de Educação, responsáveis pela autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições e que, juntamente com outros fatores, explicam a astronômica

expansão do ensino superior privado nos anos 90. Tais isenções fiscais e previdenciárias totalizariam quase R\$ 1 bilhão, segundo notícias veiculadas pela imprensa em 2004.

Como se não bastassem todos esses privilégios, o governo federal resolveu oferecer mais um, com um verniz democratizante, com o nome de Universidade para Todos (Prouni), divulgado na mídia em fevereiro e encaminhado como projeto de lei (PL) No. 3.582, em 28/4/04. Diante das dificuldades de aprovação do PL no Congresso nos moldes desejados pelo governo federal e para atender as “reivindicações das mantenedoras das instituições de ensino superior”, conforme consta da exposição de motivos, o presidente baixou a Medida Provisória 213, em 10 de setembro de 2004, que teve força de lei até ser aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente em 13/1/05, convertendo-se na Lei 11.096, comentada mais adiante. Embora não seja idêntica ao PL, a MP manteve a mesma lógica dele, que é a de renúncia fiscal pelo governo federal em troca de vagas ociosas em cursos de graduação e seqüenciais de instituições privadas, destinadas a não-portadores de diploma de curso superior e com renda familiar per capita inferior a 1 1/2 salário mínimo (que teriam bolsas integrais, ou isenção total nas mensalidades) ou a 3 salários mínimos (a serem contemplados com bolsas de 50%, ou isenção de metade da mensalidade). Além disso, os beneficiários teriam que ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral ou ser portador de necessidades especiais, nos termos da lei. A exigência de renda máxima não se aplicaria ao professor da rede pública de ensino no caso de cursos de licenciatura e pedagogia destinados à formação do magistério da educação básica. Aparentemente (a MP não é clara) outra isenção seria para os que se declararem negros e indígenas, que teriam direito a ocupar um percentual das vagas correspondente ao percentual de cidadãos autodeclarados pretos, pardos e indígenas em cada Estado. Ou

seja, se uma instituição oferecer 1000 vagas e o percentual de cidadãos nesta categoria no Estado (segundo o censo mais recente do IBGE) for de 30%, 300 vagas teriam de ser reservadas para tais cidadãos, qualquer que seja a sua renda. Para simplificação, designamos todos estes beneficiários de cotistas. É interessante observar a influência dos privatistas na mudança de alguns critérios da MP em relação ao PL, o qual fixava o limite de renda familiar per capita em 1 salário mínimo, ampliado para três na MP, que também favorece os privatistas ao permitir o benefício a estudante que tenha feito o ensino médio com bolsa integral em instituição privada.

São previstas duas situações para as IES privadas. Uma se aplicaria às IES com fins lucrativos (responsáveis por 15% das matrículas no ensino superior, segundo o noticiário dos jornais) ou sem fins lucrativos (com 35% das matrículas), as quais, para gozar da isenção fiscal do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica), da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), da Cofins (Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social) e do PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), terão que destinar 10% de todas as matrículas aos cotistas. Isso significa que, para cada 9 alunos pagantes, elas terão de reservar 1 para os cotistas. A novidade introduzida pela MP em relação ao PL e que provavelmente resulta da pressão dos privatistas é que as IES poderão também converter até metade das bolsas integrais em bolsas parciais à razão de duas bolsas parciais para cada bolsa integral. A possibilidade de bolsas parciais, ou, em outras palavras, mensalidades parciais, pode ser interpretada como mais uma vitória das IES privadas, que, além de serem privilegiadas com isenção fiscal, passam a ter estudantes que pagam meia mensalidade, atenuando, assim, a grande ociosidade das privadas. As IES sem fins lucrativos não-beneficentes (ou seja, não-filantrópicas) podem, alternativamente, fornecer apenas uma bolsa integral para cada 19 estudantes pagantes, desde que ofereçam, adicionalmente, bolsas parciais (de 50%) na proporção necessá-

ria para que a soma dos benefícios concedidos na forma da Medida Provisória atinja o equivalente a 10% da sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei 9.870, de 1999.

A condição para o curso participar do Prouni é ser considerado suficiente em três avaliações consecutivas pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, substituto do Provão). Caso contrário, será desvinculado do Prouni, mas a instituição não sairá perdendo, pois as bolsas do curso desvinculado serão redistribuídas para os demais cursos dela. Além disso, tendo em vista o objetivo do governo federal de incentivar o setor privado para aumentar as matrículas no ensino superior, a pretexto de “democratizar” o acesso de “carentes” ao ensino superior, e o histórico de não-punição de instituições com baixa qualidade pelo MEC (algum curso foi fechado pelo MEC com base em avaliação negativa no Provão?), é pouquíssimo provável que tais avaliações negativas resultem em punições pelo MEC. De qualquer maneira, até lá o governo, o ministro, a lei ou a medida provisória terão mudado e provavelmente a instituição não será prejudicada.

Uma outra situação se aplica às IES filantrópicas (com 50% das matrículas no ensino superior), que, embora se declarem e sejam reconhecidas legalmente como não-lucrativas, não devem ser confundidas com as reconhecidas apenas como sem fins lucrativos. Ambas têm em comum o fato de se declararem e serem reconhecidas legalmente como não-lucrativas, o que permite a isenção de todos os impostos, porém as filantrópicas devem cumprir exigências adicionais fixadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social, o órgão responsável pela concessão do título de filantropia, para gozar do privilégio de isenção da cota previdenciária patronal (equivalente a cerca de 20% da folha de pagamento), que todas as não-filantrópicas são obrigadas a recolher ao INSS. Para continuarem a gozar da isenção, as filantrópicas terão de atender a vários requisitos. Um é oferecer, para cada 9 estudantes pagantes, pelo me-

nos uma bolsa integral a estudante cuja renda familiar per capita não exceda o valor da mensalidade do curso, limitada a três salários mínimos (R\$ 780 em valores de setembro de 2004), podendo também oferecer bolsas de 50%. Este requisito pode ser interpretado como uma concessão às filantrópicas, pois no PL a exigência era de 1 cotista com bolsa integral para cada 4 pagantes. Outro requisito seria destinar 20% da receita bruta em gratuidade, que incluiria não só as referidas bolsas (integrais ou parciais), inclusive para funcionários e professores (na proporção máxima de 2% dos 20%), mas também uma “assistência social em programas extracurriculares”, outra concessão feita às filantrópicas, que vão poder continuar abusando dessa categoria genérica, onde cabe muita coisa que nada tem a ver com educação. Algumas filantrópicas, segundo noticiário dos jornais, já manifestaram contrariedade com a exigência de bolsistas integrais alegando que isso iria diminuir o número total de bolsistas que têm no momento (que seriam parciais). Isso provavelmente se deve ao fato de a imensa maioria das chamadas “bolsas parciais” até hoje oferecidas pelas filantrópicas serem na verdade mensalidades com descontos de 10%, 20% ou até 30% e que, portanto, não poderiam ser contabilizadas para fins de preenchimento do critério adicional de filantropia instituído pela MP 213 (1 bolsa integral para cada 9 estudantes pagantes).

Para atrair ainda mais as IES privadas, o governo oferece dois incentivos, além da isenção fiscal e previdenciária (esta última para as filantrópicas apenas). Um é a prioridade dos empréstimos do FIES (mais de R\$ 800 milhões em 2004) àquelas que aderirem ao Prouni. Outro, para as IES não universitárias, é o direito de ampliar as vagas sem autorização do MEC “no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno”, um privilégio de que gozam só as IES universitárias.

Uma justificativa ministerial para o Prouni (segundo declaração do ministro aos jornais em fevereiro de 2004) é que ele seria uma

forma de criar novas vagas no ensino superior para cotistas sem nenhum investimento adicional por parte do governo, cuja renúncia fiscal, correspondente a R\$ 50 milhões, seria muito inferior ao montante para gerar o mesmo número de vagas em IES públicas, estimado em R\$ 350 milhões em declarações do ministro à imprensa, porém não mencionado no PL nem a MP. Seria, pois, uma justificativa puramente econômica: seria mais barato criar vagas nas privadas do que nas públicas. Outra justificativa seria a existência de uma grande ociosidade nas IES privadas, estimada em 37,5% na exposição de motivos do projeto de lei porém não mencionada na exposição da MP. Uma terceira justificativa seria, segundo a exposição de motivos do PL, separar o joio do trigo entre as filantrópicas, as quais, para continuarem gozando do título de filantropia e, pois, da isenção da contribuição previdenciária patronal, teriam de atender aos novos requisitos.

Procurando se defender da crítica de que o Prouni representaria transferência de recursos públicos para as IES privadas, o ministro alega, no item 8 da exposição de motivos do PL e também na MP, que a renúncia de tributos pagos pelas não-filantrópicas (as IES com ou sem fins lucrativos) seria compensada pelo aumento da arrecadação de tributos pagos por uma minoria de filantrópicas (“o joio”) que seriam levadas a alterar seu regime jurídico, com base na suposição de que essa minoria que não cumpre as exigências relativas à filantropia seria induzida a “transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos”, passando a pagar a “quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de cinco anos, na razão de vinte por cento do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas” (MP 213). Ou seja, se optarem pela sua transformação em “sociedade de fins econômicos”, as filantrópicas poderão reter para si o patrimônio acumulado às custas de todas essas isenções públicas ao longo dos anos, infringindo, assim, a Constituição Fede-

ral de 1988, que, no inciso II do art. 213, estipula que, no caso de encerramento de suas atividades, elas teriam de destinar seu patrimônio “a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao poder público”. Alega o governo que assim estaria não só criando vagas no ensino superior para alunos carentes, sem gastar um centavo, como também recuperando “a dignidade do conceito de filantropia, já que, hoje, a falta de transparência do cálculo de gratuidade a ser aplicado em assistência social por parte das instituições de ensino superior filantrópicas, confessionais e comunitárias é tamanha que uma minoria de instituições que se valem dessa opacidade para se desincumbir dos tributos devidos sem atender a suas obrigações sociais maculam a imagem de todo um setor cuja ação é imprescindível para o desenvolvimento social do País.” (PROUNI, www.mec.gov.br, 2004, item 6 da exposição de motivos do PL).

São muitas as debilidades do Prouni. A mais grave, sobretudo num governo que alegava defender a escola pública, é que representa a desresponsabilização do governo federal com a expansão do ensino superior público e o incentivo à iniciativa privada, que contou e conta ainda com muitos estímulos por parte do Poder dito Público. Outra é que parte do pressuposto de que o estudante carente pode ficar numa IES de pior qualidade, como é o caso das privadas de modo geral. Em outras palavras, o estudante pobre deve se contentar com uma IES pobre, embora o PL afirme que uma condição para a IES participar do programa é que seja avaliada satisfatoriamente pelo SINAES.

No tocante às filantrópicas, são várias as fragilidades. Por exemplo, o PL não esclarece como pretende combater a falta de transparência e os inúmeros artifícios que as ‘falsas’ filantrópicas praticaram e ainda praticam para burlar as exigências legais, com a cumplicidade dos próprios órgãos governamentais. Se a fiscalização das filantrópicas sempre deixou bastante a desejar, por que agora irá melhorar? O aparelho de Estado mudou? Cabe esclarecer, ainda, que as filantrópicas porventura prejudicadas

pela cassação do título de filantropia poderão, através de suas entidades representativas, ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), como ocorreu após a aprovação da Lei 9.732, em dezembro de 1998, que instituiu exigências mais rigorosas para as filantrópicas, suspensas por liminar do STF em 1999. Mesmo quando tiverem o seu certificado de filantropia cassado, elas poderão recorrer na ‘Justiça’ e enquanto isso manterão o certificado. Até lá, o governo pode ter mudado e o ministro pode ter caído. Além disso, as filantrópicas contam com aliados poderosos (deputados e senadores) no Congresso Nacional, muitos dos quais, embora provavelmente façam parte do esquema fisiológico do governo federal, irão optar por defender as filantrópicas, como fizeram na elaboração da Constituição de 1988 e em outros momentos.

Também os critérios de seleção dos cotistas apresentam fragilidades. Por exemplo, numa economia em que grande parte da população vive na economia informal, sem carteira assinada, e em que muitos não declaram sua renda, será muito difícil verificar a renda familiar per capita e, portanto, fazer qualquer tipo de fiscalização. Além disso, é pouco provável que o estudante com renda familiar per capita de 1 1/2 salário mínimo (para se beneficiar da bolsa integral) consiga concluir o ensino médio. É mais provável que nem consiga terminar o ensino fundamental. Afinal, as desigualdades de renda geralmente se refletem no desempenho educacional. Outra fragilidade do Prouni é a falta de coerência entre os critérios de reserva de vagas, pois cotistas como professores da rede pública da educação básica, portadores de necessidades especiais e pes-

Outra é que parte do pressuposto de que o estudante carente pode ficar numa IES de pior qualidade, como é o caso das privadas de modo geral. Em outras palavras, o estudante pobre deve se contentar com uma IES pobre,

soas que se declarem negras ou índias podem ter renda familiar per capita superior a 1 1/2 ou 3 salários mínimos ou ter feito o ensino médio em escola particular.

É interessante notar a sensibilidade do governo para a ociosidade das privadas, estimada em 37,5%. Como se ele tivesse que estar preocupado com o problema econômico das privadas! Com relação ao suposto custo menor de geração de vagas nas privadas do que nas públicas, é sempre bom lembrar que as públicas realizam atividades (pesquisa, atendimento

Mais grave, no entanto, é o Ministro não reconhecer a educação pública (em todos os níveis) como um direito da cidadania.

médico em hospitais universitários, por exemplo) que, justamente por serem mais dispendiosas, não atraem o interesse da imensa maioria das privadas, que preferem se concentrar apenas no ensino, atividade mais econômica e industrializável. Portanto, se é verdade que o custo para criar uma vaga nas públicas é maior, é preciso ter em conta estes e muitos outros fatores, convenientemente não captado por um raciocínio puramente economicista e influenciado pela perspectiva neoliberal de contenção de gastos sociais. Mais grave, no entanto, é o Ministro não reconhecer a educação pública (em todos os níveis) como um direito da cidadania, que não deve estar sujeito nem à lógica do mercado totalmente livre, sem a ação do Estado, nem à lógica assistencialista/economicista/neoliberal do Estado, que parece inspirar a idéia de renúncia fiscal em troca de vagas para grupos “socialmente desfavorecidos” em instituições privadas, supostamente mais baratas do que as públicas.

Ao contrário do *slogan* vazio e demagógico “Universidade para todos”, essa medida não se destina a todos, sendo típica da perspectiva neoliberal de focalização dos gastos públicos em grupos supostamente mais carentes, e não de sua universalização. Também é neoliberal ao reduzir a educação e os serviços públicos apenas ao seu aspecto econômico e, pior, economicista, transferindo-a para

o setor privado. Também é neoliberal por omitir o papel do Estado na oferta direta de educação. Diante disso, não podemos ter expectativa favorável da proposta de reforma universitária que o governo vai tentar aprovar a todo custo este ano (depois das eleições municipais!).


Os privatistas não se contentaram com as concessões da MP 213 e conquistaram mais algumas na Lei 11.096. Uma foi a criação da bolsa parcial de 25%, ou seja, o estudante “carente” é obrigado a pagar uma mensalidade equivalente a 75% do valor “normal”. Outra beneficiou as f(p)ilantropias que haviam perdido o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e, portanto, a isenção da contribuição previdenciária. Elas poderão recuperar tal certificado e, portanto, a isenção, desde que “comprovem” a gratuidade exigida das filantropias, gratuidade que incluiria as bolsas integrais e parciais do Prouni. Assim, o ganho das instituições privadas é múltiplo: não só deixam de pagar impostos e contribuições e também, no caso das f(p)ilantropias, contribuições previdenciárias, como também têm um mercado cativo de estudantes com bolsas parciais (50% e 25%). Sem falar na prioridade de acesso aos empréstimos do FIES, mais um mecanismo de garantia de uma clientela cativa nas IES privadas.

5- A loteria como futuro?

Os elementos apontados acima indicam um quadro desfavorável à ampliação do financiamento público do ensino superior federal, reforçado pela idéia de se criar uma loteria para financiar as IFES, lançada pelo ministro em junho e que, a exemplo de tantas outras, não constava do programa de governo nem do relatório do GT Interministerial. A imaginação criadora do Ministro é sintomática. Pode indicar que ele não espera aumentar os recursos para as IFES e que tal financiamento será uma loteria no sentido de depender da ‘sorte’ (em outras palavras, da “equipe econômica”) e no sentido de que numa loteria as chances de ga-

nhar são sempre ínfimas, pois a imensa maioria contribui para o enriquecimento de um só ou de pouquíssimos. Não sei se o Ministro estava no divã do psicanalista quando falou da idéia de loteria, mas seguramente deixou escapar uma idéia que sintetiza o seu pensamento/sentimento oculto sobre o financiamento das IFES, que vêm perdendo, assim como os programas sociais como um todo, para os grandes ganhadores do prêmio da loteria, que são o grande capital nacional e internacional, que compraram o bilhete vendido por Lula, Palocci e companhia.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo" In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Proposta de Emenda Constitucional 112 (FUNDEB)*, de 2/9/99. Brasília, 1999.
- BRASIL. *Emenda Constitucional n. 42*, de 19/12/03. Dispõe sobre a reforma tributária. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2004.
- BRASIL. MEC. *Anteprojeto de reforma do ensino superior*. Brasília, dez. 2004. Disponível em <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2004.
- Brasil. MEC. GT Interministerial. *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira*. 2003b. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 2004.
- BRASIL. Governo Federal. *Proposta de Emenda Constitucional de Reforma Tributária*. Brasília: abril 2003a. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 25/5/2003.
- BRASIL. *Medida Provisória 213, de 10/9/04*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 20/9/04.
- BRASIL. Governo Federal. *Projeto de lei n. 3582/04*. Institui o Programa Universidade para Todos - Prouni, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 13 de maio de 2004.
- BRASIL. *Lei 11.096, de 13/1/05*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 14/1/05.
- BRASIL. MEC. Relatório do GT sobre o Fundef. Brasília, março 2003. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em agosto de 2003.
- BRASIL. TCU (Tribunal de Contas da União). *Relatório e Parecer Prévio sobre as contas do Governo da República*. Exercício de 1999. Brasília: TCU, 2000.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). *Jornal Mural*. Brasília, fev. 2003 (edição especial).
- DAVIES, Nicholas. O financiamento da educação no governo Lula: o "ajuste fiscal" continua. *Universidade e Sociedade*, São Paulo, n 30, pp. 69-75, jun. 2003.
- DAVIES, Nicholas. O financiamento público às escolas privadas. *Universidade e Sociedade*, São Paulo, n. 27, pp. 74-91, jun. 2002.
- DAVIES, Nicholas. *O financiamento da educação: novos ou velhos desafios?* São Paulo: Xamã, 2004.
- DAVIES, Nicholas. Plano Nacional de Educação: muito discurso, nenhum recurso. *Universidade e Sociedade*, São Paulo, n. 25, pp. 29-39, dez. 2001.
- DEPUTADOS pedem verbas para educação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12/11/03.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de governo. *Uma escola do tamanho do Brasil*. 2002. Disponível em: <www.pt.org.br>. Acesso em março de 2003.
- PETRAS, James & VELTMEYER, Henry. Para onde vai o Brasil? *Universidade e Sociedade*, São Paulo, n. 30, pp. 190-212, junho 2003.
- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Grupo de Trabalho de Política Educacional. *Análise comparativa dos programas para a Educação Superior dos candidatos à presidência da República*. Brasília: ANDES/GTPE, agosto de 2002. Dados do autor: 

Expansão de vagas na UNESP – da utopia à realidade

“a geografia da irresponsabilidade”

Milton Vieira do Prado Junior *

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça **

* Professor da Faculdade de Ciências/Unesp e Presidente da Adunesp SSind.

** Professora da Faculdade de Filosofia e Ciências/Unesp e Vice-Presidente da Adunesp SSind.

Do projeto à aprovação – um debate democrático?

O atual contexto de expansão da universidade pública está diretamente relacionado com a transformação da educação em mercadoria, um dos eixos centrais da política de globalização gestada pelos organismos internacionais¹. Nessa direção, a privatização dos serviços públicos e a transformação desses serviços em mercadoria para o livre mercado tornam-se a tônica das políticas públicas dos governos afinados com essas instituições. Assim, a razão para essa preocupação liga-se diretamente à política educacional brasileira, que tem se adequando às diretrizes ditadas pelas agências financiadoras internacionais, pautadas na privatização e desmonte dos serviços públicos. Tal fato vem conquistando espaço importante nos organismos internacionais, como na Área de Livre Comércio da América (ALCA) e na Organização Mundial do Comércio (OMC), que visam à desregulamentação dos serviços públicos, em especial a educação. Grandes empresas internacionais já planejam pôr seus produtos em um novo mercado estratégico, o educacional, onde mudanças se fazem necessárias para viabilizar as novas estratégias do capital para

essa nova frente de lucros.

A expansão de vagas nas universidades públicas em âmbito estadual e federal é uma meta defendida historicamente pelo movimento docente, apresentada em inúmeros documentos, deliberações congressuais das entidades que compõem o ANDES Sindicato Nacional, bem como da ADUNESP S. Sindical. Esta meta só é possível de se concretizar, na visão dos sindicatos, a partir dos seguintes critérios: financiamento público, autonomia acadêmico-administrativa e manutenção do modelo de universidade pública, gratuita e de qualidade, pautada no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Portanto, deveria preceder o debate sobre a expansão, em qualquer instituição pública, a garantia do financiamento definitivo, visto que este critério garantirá a manutenção do modelo de universidade e, principalmente, a forma e o tempo de implantação do projeto de expansão.

A partir desses referenciais, a Adunesp S. Sindical analisou, a priori, com preocupação a proposta de Expansão do Ensino Superior do Estado de São Paulo, apresentada pelo CRUESP em 2001² negociada com o governo do estado, sem amplo debate com a comunidade universi-

tária. A preocupação surgiu, por um lado, porque o documento propunha timidamente a expansão em unidades já consolidadas das três universidades paulistas; por outro lado, defendia a criação de novas unidades, formação rápida, programas de educação continuada, cursos sequenciais, cursos profissionalizantes, ensino a distância; e uma perspectiva de ampliação de 5% ao ano em unidades regulares, podendo ser maior em outras unidades, desde que estas buscassem formas alternativas de gestão e administração. Por outro lado, colocava, ainda, que o aumento de vagas deveria ser ampliado significativamente até 2007.

O projeto previa seu início para o ano de 2002, com a perspectiva de financiamento via ICMS, porém, com verbas destinadas pela extracota-parte dessa arrecadação, ou seja, sem garantias de se tornar definitiva para as universidades.

Dessa forma, ano a ano, durante a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo (ALESP), necessitaria da aprovação de projetos elaborados pelos deputados visando a destinar recursos à expansão das universidades públicas paulistas. A priori, tratava-se de verba “carimbada” para a expansão de vagas, claramente definida para a implantação do programa, sem nenhuma garantia para a manutenção do projeto de expansão após esse período.

O Sindicato posicionou-se desde o início, reafirmando que sem garantias financeiras não se deveria iniciar qualquer implantação do programa, principalmente porque este não havia sido debatido em toda a comunidade, como no caso da Unesp. Porém, a comunidade foi surpreendida quando, fruto de negociação política, foram aprovados recursos, não definitivos, para a implantação da expansão na Lei Orçamentária do Estado de 2002. Essa aprovação foi pautada na ALESP com base no discurs-

so da necessidade da ampliação devido à demanda, à pressão social e fruto da comparação entre o percentual de escola pública frente às universidades particulares no estado.

Fator decisivo, no entanto, para aprovação da verba de imediato, foi o resultado de um estudo³, conduzido pela Reitoria da Unesp, que pagou muito caro a uma Comissão de docentes da Universidade, que concluiu que existia regiões do estado onde não havia Ensino Público Estadual. Portanto, a Comissão indicava a criação de cursos nessas regiões, sendo necessária a criação de novas unidades da Unesp. Definia, também, que essas novas unidades deveriam ser criadas a partir de parce-

rias/convênios com as prefeituras de algumas cidades já contatadas, com uma estrutura enxuta e econômica e propunha um esboço de propostas de novos cursos.

Essa proposta se constituiu na criação das “Unidades Diferenciadas” da Unesp, ou seja, as que não seguiriam as regras estatutárias para a criação de um novo campus universitário. Assim, a Unesp estaria fortalecendo sua vertente de atuação no interior, contribuindo para diminuir a defasagem entre o oferecimento de vagas no ensino público quando comparado ao ensino privado no estado, atendendo a reivindicações históricas da sociedade.

Esse estudo diferenciava a Unesp da USP e da Unicamp que, naquele momento, não possuíam um projeto em andamento para a implantação da expansão. O reitor da Unesp, a partir de ação política junto à ALESP e governo Alckmin, conseguiu que a maior parte do montante financeiro destinado a essa expansão no ano de 2002 viesse para a Unesp, visto que tinha um projeto e se comprometeu a iniciar o programa de imediato. Fruto desse acordo político, três problemas insolúveis foram criados: a quebra do acordo com as outras duas universidades quanto ao histórico de distribui-

Esse estudo diferenciava a Unesp da USP e da Unicamp que, naquele momento, não possuíam um projeto em andamento para a implantação da expansão.

ção de verbas, já que a maior parcela foi destinada à Unesp; a necessidade de criação de outras unidades na Unesp em prazo recorde; e a construção de projetos pedagógicos para os novos cursos, sua aprovação pelos colegiados, inclusão no vestibular, investimento, contratação de professores. E o debate com a comunidade?

Fruto dessa negociação sem o debate democrático, de imediato a comunidade reagiu. A reitoria propôs, no final de 2001, em uma reunião extraordinária do Conselho Universitário, a aprovação de proposta inconsistente que, analisada academicamente, não se comparava ao mais precário projeto de iniciação científica. Assim, foi adiada a discussão para o início de 2002. Essa primeira derrota do reitor inviabilizou a implantação de imediato, porém, os recursos não foram retirados do orçamento.

Com a política do fato consumado, o debate sobre expansão voltou na primeira reunião de 2002 do Conselho Universitário. Naquele momento, a disposição das prefeituras em participar do convênio e a verba já autorizada foram utilizadas como forma de pressão à aprovação das novas unidades. Porém, com pouco avanço sobre as propostas pedagógicas dos cursos e a pressão de alguns diretores de unidades que cobravam a aprovação de cursos solicitados e tramitados pelos colegiados nas suas faculdades anteriormente, mais uma manobra se efetivou. Criou-se a figura da aprovação do “mérito” do projeto no Conselho Universitário. Se o mérito fosse aprovado, os estudos e procedimentos iriam prosseguir para posterior aprovação do Conselho; se não, a expansão não ocorreria. Nessa perspectiva, o projeto foi aprovado quanto ao mérito, pois ninguém era contra a expansão; o que se discutia era o modelo e o financiamento.

...levar a universidade pública para diversas cidades em um ano eleitoral, no qual o governador Alckmin disputava a reeleição - possibilitou a corrida nas unidades para a formulação de processo de ampliação de vagas, por meio de novos cursos...

Pouco tempo depois, ficou evidente o acórdio de bastidores. O que parecia ser uma decisão acadêmica em defesa do modelo da universidade não se concretizou. Viu-se, na prática, a implantação da política do “toma lá, dá cá”. O reitor abriu a possibilidade de incorporar no projeto de expansão tanto a criação de vagas em unidades diferenciadas como em unidades regulares da Unesp, por meio de novos cursos.

Nesse novo contexto, foram inseridos cursos que realmente já estavam em tramitação e aprovados pelos colegiados. Porém, as unidades que os propuseram também receberiam parte da verba extracota para sua implantação. Naquele momento, alguns diretores, sentindo-se “prejudicados”, iniciaram negociação para que propostas de novos cursos pudessem ser incluídas no projeto. O reitor - necessitando garantir a aprovação da expansão, receber verbas extras e cumprir o acordo com o governo estadual em levar a universidade pública para diversas cidades em um ano eleitoral, no qual o governador Alckmin disputava a reeleição - possibilitou a corrida nas unidades para a formulação de processo de ampliação de vagas, por meio de novos cursos. Naquele período, a comunidade vivenciou a violação e o desrespeito ao Estatuto e aos Órgãos Colegiados da Unesp, expressão concreta

da ganância de muitos diretores de unidade universitária por mais recursos, desconsiderando as nefastas conseqüências futuras dessa política desastrosa de expansão.

O Sindicato transformou sua preocupação em ação contra o projeto de expansão em andamento. Foram realizados debates envolvendo docentes, funcionários e estudantes, interferências em órgãos colegiados locais e da administração central, demonstrando claramente que o projeto não respeitava a tramitação regular prevista no estatuto da universidade e mo-

dificava a estrutura da instituição. A “unidade diferenciada” não poderia ser criada, pois não havia garantia da qualidade de ensino. A expansão em unidades regulares não previa contratação de professores e funcionários e, sem a verba definitiva, a expansão levaria a Unesp a uma crise institucional e financeira.

Fruto desse debate, muitas congregações não aprovaram o projeto. Além disso, a indignação dos estudantes aumentou, visto que para as reivindicações estudantis sistematicamente a reitoria dizia não ter dinheiro para aplicar nas unidades. Então, como se poderia ampliar a universidade? Além disso, não estava previsto no projeto de expansão o financiamento da assistência estudantil para as unidades diferenciadas e para os novos cursos. Dessa forma, os estudantes organizaram manifestações e, no dia da discussão dessa proposta, 14/8/02, ocuparam o Conselho Universitário, não permitindo sua aprovação.

Naquele momento, o reitor ficou atordoado com essa ação. Já era agosto, véspera da definição do número de vagas a serem liberadas para o vestibular/2003. Portanto, seria necessária a aprovação das novas vagas. Aliado a este fator, o reitor sabia que muitas congregações haviam rejeitado o projeto e, portanto, teria que articular para conseguir aprová-lo.

O reitor organizou uma corrida à Câmara Central de Graduação (CCG) para aprovação dos projetos pedagógicos, tanto nas unidades diferenciadas como nos cursos novos, desrespeitando os trâmites estatutários e regimentais da universidade. Utilizou, também, a estratégia de realizar a reunião do Conselho Universitário no interior, com forte aparato policial, bem como negociou com alguns diretores o seu voto, propondo a aprovação da expansão em duas etapas: primeiro, a aprovação de cursos em unidades diferenciadas, pois assim não necessitava, na visão da assessoria jurídica da

reitoria, da criação das unidades e a aprovação dos cursos entraria em casos omissos do Estatuto; e, num segundo momento, a aprovação da expansão de vagas em unidades regulares com novos cursos.

A Adunesp, prevendo essa articulação entrou com uma ação na Justiça para impedir a realização da reunião, uma vez que a criação de unidades diferenciadas violava o Estatuto e Regimento da Unesp. Porém, a liminar não foi acatada judicialmente e o Conselho Universitário acabou ocorrendo. Durante este Conselho, surgiu, fruto da reunião do CONDUNESP (Conselho de Diretores da Unesp), magicamente uma proposta alternativa dos diretores - não discutida com suas congregações e nem com o sindicato - que propunha a criação de apenas duas unidades diferenciadas, como forma de experiência. O Sindicato não concordou, já que questionava a lógica do projeto, e assumir duas unidades era concordar com ele.

Durante a votação, a proposta do reitor foi aprovada⁴, encabeçada por um diretor de unidade, pois se votou a criação de todas as unidades ou apenas de duas. A proposta do Sindicato de não aprovar nenhuma unidade diferenciada foi rejeitada no momento de votação pelo reitor; uma manobra perspicaz, pois ele alegou que o Sindicato já estava na Justiça e, portanto, não concordava com a proposta da reunião. Os representantes do chapão da Adunesp, juntamente com alguns funcionários, votaram contra esse projeto. O problema estava instalado, porém, ele se agravou, já que a aprovação das unidades diferenciadas ficou condicionada à ampliação de vagas nas unidades regulares, o que aconteceu algumas reuniões à frente.

Para fechar o circo da expansão irresponsável, como não havia mais possibilidade de incluir no vestibular os novos cursos, o reitor propôs a realização de um vestibular no meio

A expansão em unidades regulares não previa contratação de professores e funcionários e, sem a verba definitiva, a expansão levaria a Unesp a uma crise institucional e financeira.

do ano de 2003 para o projeto de expansão de vagas, fugindo da dinâmica da Unesp. Essa iniciativa, não aprovada nos colegiados, foi implementada pelo reitor, visto que, como as unidades diferenciadas não estavam previstas no estatuto, esta foi aprovada por “ad referendum”. Estava demonstrada, mais uma vez, a “gestão democrática” do reitor Trindade.

PEC/Formação Universitária e pedagogia cidadã: A formação aligeirada na expansão da UNESP

A expansão de vagas da Unesp, na verdade, começou com o “PEC/Formação Universitária”, programa de formação aligeirada de professores. O objetivo principal foi oferecer curso de licenciatura plena em nível superior aos professores em exercício na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental da rede estadual pública de ensino, em sintonia com as novas modalidades e defendidas pelo Ministério da Educação e pelo CRUESP.

O “Programa de Educação Continuada - Formação Universitária” (PEC/Formação Universitária) foi a primeira modalidade diversificada a ser implementada (2001), sendo um curso especial de formação de professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Um protocolo de intenções - estabelecido entre a SEE, Unesp, Unicamp⁵, USP e PUC - estabeleceu uma parceria, na qual as universidades se comprometiam a criar uma modalidade especial de curso de graduação, destinada aos professores efetivos da rede estadual de ensino ainda não portadores do certificado de nível superior. Este curso, inicialmente, era totalmente virtual e, depois de pesadas críticas, passou a ter momentos presenciais. Com carga horária reduzida frente ao mínimo exigido pela legislação em vigor, o curso se dividia em tele e vídeo conferências, com a presença de monitores e não de professores em sala de aula.

Antes mesmo de se ter um projeto minimamente estruturado, o convênio foi estabelecido,

a despeito da falta de discussão e de consulta aos órgãos colegiados das universidades e docentes atuantes na área de formação de professores. À revelia da comunidade universitária, as reitorias encaminharam “ad referendum” o processo de implantação do projeto, ignorando as críticas internas de suas instituições, algumas delas apenas iniciadas e tornadas inócuas frente ao convênio já estabelecido.

A justificativa preponderante foi o prazo legal para a qualificação dos professores com nível médio, dado pelo parágrafo 4º do artigo 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na verdade, a Secretaria Estadual de Educação (SEE) apresentou um projeto pronto de formação de professores, que gerou

inúmeras críticas, do ponto de vista da concepção e justificativa, principalmente no que tange à necessidade da certificação em nível superior, uma vez que a própria lei é explícita em afirmar a alternativa de se fazer a capacitação em serviço.

Outro fator importante foi o montante de recursos destinados ao projeto: inicialmente, 100 milhões de reais, transformando-se ao final em 50 milhões, segundo informações dos responsáveis pela negocia-

ção e condução dos projetos, pois essa informação não foi disponibilizada em documento. Grande parte dessa verba seria destinada à compra de equipamentos de mídias interativas, base do projeto.

O mais acintoso, talvez, tenha sido a imposição pela SEE do projeto inicial, tendo como argumento explícito para a não-discussão com as universidades a falta de tempo, pois esse projeto teria que ser implementado dentro do mandato da Secretária de Educação daquele período. Se as universidades públicas não aceitassem o convênio, a SEE o abriria às instituições particulares. Assim, sob argumento oportunista e aterrorizante, o projeto foi implementado, com a submissão das universidades a esta política de formação.

O mais acintoso, talvez, tenha sido a imposição pela SEE do projeto inicial, tendo como argumento explícito para a não-discussão com as universidades a falta de tempo.

Inicialmente, o projeto previa atender cerca de 12 mil docentes na rede pública estadual. Depois, esse número caiu para cerca de seis mil. A verdade é que pouco se sabe sobre a versão final do projeto que, segundo os participantes das universidades, foi amplamente reformulado, porém, nunca divulgado para a comunidade. Trata-se, basicamente, de um curso semipresencial, de breve duração (cerca de dezessete meses), que já teve a formatura da única turma⁶ no final de 2002.

Paralelamente ao PEC/Formação Universitária, foi-se constituindo um grupo dentro da Unesp que visava a assimilar as críticas do PEC/Formação Universitária e elaborar um novo projeto para “atender” às prefeituras paulistas. Esse projeto foi denominado por seus formuladores como “Pedagogia Cidadã”⁷ e teve um processo de discussão muito semelhante ao seu antecessor.

Apesar de não ter, a priori, nenhum convênio pré-estabelecido, a pressa se justificava pelo decorrer do tempo para atender ao artigo da LDB já citado. Assim, mesmo não estando pronto como projeto, ainda apresentando muitas dúvidas sobre vários aspectos da sua operacionalização, o “Pedagogia Cidadã” teve uma tumultuada tramitação nos órgãos colegiados centrais da Unesp, sendo aprovado, em 2002, à revelia de uma ampla e democrática discussão na universidade⁸. Segundo dados da Pró-Reitoria de Graduação, o projeto já realizou dois vestibulares e já está organizando o terceiro; tem cerca de quatro mil alunos e estabeleceu convênio com cerca de noventa municípios. Do ponto de vista curricular, o curso é semipresencial, com carga horária de 3.390h (2.190h teóricas e outras 1.200h estágio, prática de ensino e outras atividades acadêmico-culturais), com as tele e vídeo conferências. Tem como professores docentes que não são da Unesp, embora o certificado seja expedido por esta

universidade. Atualmente, enfrenta denúncias de cobranças de mensalidades dos alunos em algumas cidades e já se prepara para o terceiro vestibular.

O problema instalado e as perspectivas futuras

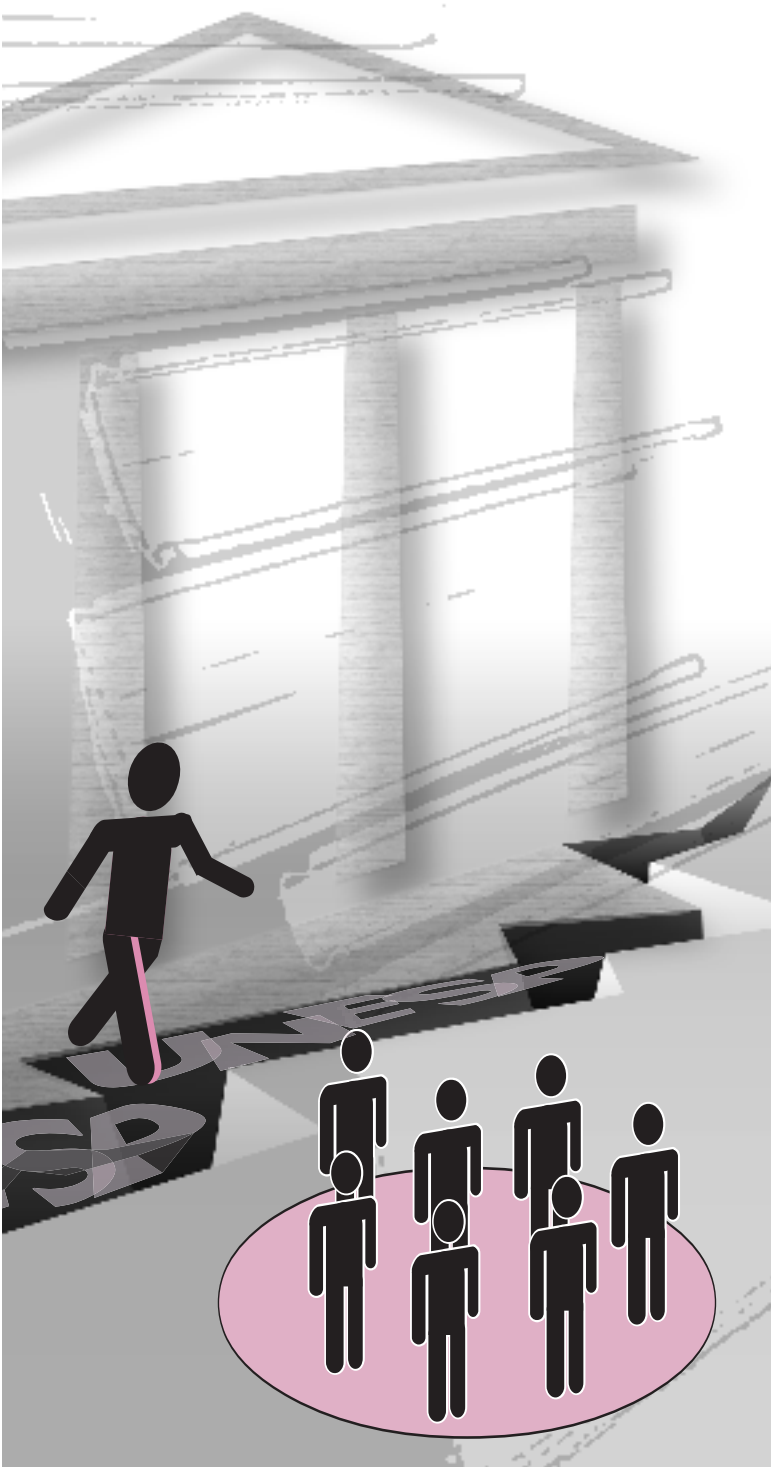
Antes do que se pensava, o programa de expansão começou a criar problemas. No ano de 2002, foi uma grande festa. A Assessoria de Planejamento e Obras da reitoria recebeu a verba extraorçamentária de 29 milhões. A reitoria, com a demora da aprovação do projeto de expansão e, portanto, a não utilização de todo recurso financeiro “carimbado”, ficou com um caixa de cerca de 20 milhões. Além disso, o Projeto Pedagogia Cidadã não teve a procura que se esperava, portanto, ocorreu a diminuição de gastos e reserva financeira. Esses dados não foram disponibilizados até este momento, porém, em pronunciamentos do Pró-Reitor de Graduação, em uma reunião do Conselho Universitário, este afirmou que existia, no início de 2003, cerca de 18 milhões de reserva.

Segundo dados divulgados pela própria reitoria durante a discussão do Orçamento de 2003, nove milhões da verba extracota-parte foram aplicados em 2002 em “campi” que possuíam propostas de novos cursos, tramitadas pelos colegiados, criando, portanto, treze cursos, com 500 novas vagas, incluídas no vestibular/2003, com investimento muito abaixo do

necessário para alguns cursos, principalmente quanto à contratação de professores e funcionários. Ou seja, ou os processos de novos cursos foram subestimados ou o montante de verba total negociado com o governo para garantir a expansão não previa toda expansão aprovada nos colegiados a partir da política do “toma lá, da cá”.

Para agravar ainda mais a situação, a Assessoria de Planejamento da reitoria, esperando que essa verba fosse destinada periodicamente

Se as universidades públicas não aceitassem o convênio, a SEE o abriria às instituições particulares. Assim, sob argumento oportunista e aterrorizante, o projeto foi implementado.



mente pela ALESP para as universidades e com a justificativa de que não se podia transferir recursos financeiros de um ano para o outro (argumentos discutíveis), utilizou-se da reserva financeira da verba extracota-parte do ICMS, segundo informativo divulgado à comunidade, para cobrir algumas despesas, investir em ou-

tros “campi” e consolidar o pagamento de pessoal. Isto foi executado como uma operação normal, pois se tinha a intenção de recompor esses recursos durante a arrecadação de ICMS no ano seguinte. Vejamos o que ocorreu.

No ano de 2003, as oito unidades diferenciadas começaram a ser implantadas no primeiro semestre e oito cursos tiveram início, com 345 novas vagas, no segundo semestre. Logo, deveria haver verba para compra de material, contratação de professor e funcionário, custeio, investimento.

Mas, com o acordo firmado para a aprovação das unidades diferenciadas, também foram abertas mais 550 vagas em 15 novos cursos nas unidades regulares. Assim, entre 2002 e 2003, houve um crescimento de cerca de 32,5%.

Tudo poderia estar resolvido se a verba destinada se mantivesse a mesma. Porém, no ano de 2003, o valor da verba extra cota-parte da expansão para Unesp diminuiu cerca de 20 milhões e, em 2004, baixou para 12 milhões. Nesse período, ocorreu, também, fruto da variação econômica do país, a queda na arrecadação do ICMS. Portanto, agravou-se ainda mais o problema, pois o dinheiro que havia em caixa do ano de 2002 foi gasto, e a diminuição de recursos previstos levou a Unesp a tomar medidas drásticas de corte de verbas prejudicando, inclusive, a manutenção e investimento em unidades e cursos já consolidados.

Somada a essa crise financeira houve, também, no último ano, a aprovação da reforma da Previdência pelo governo federal, levando muitos professores e funcionários, qualificados e com experiência, a acelerarem suas aposentadorias. Resumindo, ampliaram-se as vagas e campi; gastaram-se os recursos financeiros que já estavam abaixo do necessário em outras obras; houve diminuição na verba destinada à implantação do projeto de expansão e perderam-se docentes e funcionários em campi já consolidados, onde também ocorreu a ampliação de vagas. Pode-se criar um paralelo: ampliou-se a casa, colocaram-se mais pessoas para morar e muitos que cuidavam da casa foram

embora. Para piorar, confiou-se na promessa de que o “patrão”, após ter dado um abono para a ampliação da casa, iria incorporá-lo no salário, porém, até o momento, isso não ocorreu.

Este é o quadro atual da Unesp, que pode ser caracterizado como a *geografia da irresponsabilidade*, cobrindo regiões onde não havia o ensino público, mas com um custo muito alto, visto que existe hoje uma crise financeira instalada, que compromete e comprometerá ainda mais, num futuro próximo, a manutenção da Unesp como uma universidade, pública, gratuita, laica, com qualidade e referendada socialmente.

O Sindicato, além de discordar do modelo e da forma como foi aprovada a expansão, desde o início apontava que esta situação poderia ocorrer. Mobilizou a comunidade visando à não-aprovação do projeto de expansão sem os recursos financeiros necessários, principalmente, por não prever corretamente os reais gastos com os investimentos e contratação de pessoal, o que não garantia a qualidade dos novos cursos. A Adunesp reafirma a defesa da expansão de vagas, porém, esta deveria ser precedida por iniciativas que recuperassem as deficiências nas unidades e nos cursos já existentes; ou, pelo menos, ocorrer, concomitantemente, a partir da ampliação de recursos financeiros definitivos para a universidade.

E, agora, o que fazer? Os princípios defendidos pelo Sindicato não convenceram os representantes dos colegiados que aprovaram a expansão. Esta, por sua vez, já está implementada com recursos insuficientes, gerando a ampliação significativa dos problemas nas unidades consolidadas e nas unidades diferenciadas criadas.

Hoje, não há nenhuma garantia para a consolidação da verba extracota-parte para as universidades e nem o quanto deste recurso virá

para o próximo ano, por exemplo. Além disso, as verbas que já vieram para a universidade foram utilizadas para outros fins e não há nenhuma transparência nesta aplicação, o quanto ainda é necessário para a completa implantação, para a contratação de professores e funcionários, verba para a assistência estudantil que não foi prevista e apresentação dos reais acordos com as prefeituras das cidades, onde foram criadas as unidades diferenciadas.

Complicando ainda mais a situação, as unidades diferenciadas não estão previstas no Estatuto, como já se mencionou. Isto impede o Conselho Estadual de Educação e o MEC de reconhecerem e validarem os cursos, já em andamento, nessas unidades. Estamos prestes a entrar em outro problema crucial e, agora, envolvendo um número significativo de estudantes que escolheram e entraram na Unesp confiando no seu histórico de universidade pública de qualidade.

Para transformar as unidades diferenciadas, estas deverão cumprir algumas exigências estatutárias, o que significa, em síntese, alterar

o modelo conciso e econômico no qual elas foram concebidas. Portanto, necessitando aumentar ainda mais o número de docentes e funcionários, criar instâncias colegiadas para as deliberações acadêmico-administrativas, entre outras providências; o que não será possível em curto prazo. Além disso, dependerá mais uma vez de recursos financeiros e debate político, já que, se isto ocorrer, o financiamento e a manutenção desses cursos deverão ser incorporados na cota-parte de ICMS, o que significa redistribuir as verbas por todas as outras unidades, pois sua implantação está consolidada e a ALESP não mais continuará enviando verbas extras cota-parte.

A Adunesp defende, com base nas informações das reais condições do projeto de expansão, discutir a viabilidade de sua manutenção

Este é o quadro atual da Unesp, que pode ser caracterizado como a geografia da irresponsabilidade, cobrindo regiões onde não havia o ensino público, mas com um custo muito alto, visto que existe hoje uma crise financeira instalada.

da forma em que foi concebido, podendo ter o fechamento de algumas unidades, transferência de cursos para unidades já consolidadas e garantia de financiamento definitivo para aquelas unidades e/ou cursos que demonstraram ter condições de serem mantidos. Portanto, garantindo o modelo da universidade, ampliando os recursos para sua manutenção e recolocando a Unesp na direção correta em busca do seu ideal maior de proporcionar o ensino, a pesquisa e a extensão com qualidade, gratuita, referendada socialmente.

...recolocando a Unesp na direção correta em busca do seu ideal maior de proporcionar o ensino, a pesquisa e a extensão com qualidade, gratuita, referendada socialmente.


Notas

1. WORLD BANK. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, World Bank, 1995.
2. CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS. **EXPANSÃO DO SISTEMA ESTADUAL PÚBLICO DE ENSINO SUPERIOR**. São Paulo: agosto de 2001. Este documento está em consonância com o documento **Enfrentar e vencer desafios**, Ministério da Educação, Brasília: abril, 2000.
3. O documento é “Vertente Atlântica”, coordenado pelo ex-reitor da UNESP, Prof. Antônio Manoel da Silva. A Universidade pagou, via a Fundunesp, cerca de R\$ 72.000,00.
4. Foram criados sete novos campi nas cidades de Dracena (Zootecnia), Itapeva (Engenharia Industrial Madeireira), Ourinhos (Geografia), Registro (Agronomia), Rosana (Turismo), Sorocaba/Iperó (Engenharia de Controle e Automação/Mecatrônica e Engenharia Ambiental) e Tupã (Administração de Empresas e Agronegócios).
5. A UNICAMP participou inicialmente do projeto, retirando-se depois com sérias críticas à SEE.
6. 6.233 formandos. *Jornal da UNESP*, nº 174, p. 3.
7. No VI Congresso Estadual de Formação de Educadores, o Grupo de Trabalho Pedagogia apresentou uma moção à Plenária Final do evento solicitando a retirada do termo “Pedagogia” do nome desse projeto, por discordâncias teóricas. A moção

foi aprovada por unanimidade.

8. Na histórica reunião da Câmara Central de Graduação, o Pró-Reitor de Graduação teve que usar por duas vezes o seu voto de Minerva para desempatar a favor do projeto PEC/-Formação Universitária. Na reunião do Conselho Universitário o “Pedagogia Cidadã” foi votado após rápida exposição do projeto na reunião, sem discussão prévia nas unidades universitárias. A discussão desse tema na Câmara Central de Graduação não teve destino mais feliz. A Prograd indicou parecerista da Faculdade de Odontologia/Araçatuba — a despeito de existirem representantes da área de Ciências Humanas — que acatou laconicamente a proposta. Os docentes da Unesp contrários ao projeto se recusaram a participar das discussões para sua elaboração. Portanto, este projeto teve o aceite consciente somente de seus formuladores, já que não se submeteu à discussão democrática nos colegiados da Unesp, apesar de formalmente ser aprovado pelo Conselho Universitário a toque de caixa.

Referências Bibliográficas

- CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS. **EXPANSÃO DO SISTEMA ESTADUAL PÚBLICO DE ENSINO SUPERIOR**. São Paulo: agosto de 2001.
- “Festa histórica – Projeto forma 6 mil professores.” *Jornal da Unesp* nº 174. Janeiro/fevereiro/-2003. Ano XVII.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Enfrentar e vencer desafios**. Brasília: abril de 2000.
- WORLD BANK. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, World Bank, 1995. 

PASOLINI: Trinta anos, este ano!

Paulo B. C. Schettino

Cineasta e professor titular do Departamento de Cinema da
Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Álvares Penteado – FACOM / FAAP.

Introdução

PIER PAOLO PASOLINI De Rossellini a Pasolini, muito além de uma rima.

Nos vinte anos decorridos após a sua morte, as circunstâncias, as motivações, o momento histórico e os desdobramentos e conseqüências da trágica morte do cineasta Pier Paolo Pasolini, fato ocorrido na madrugada romana de Finados de 1975, avolumaram-se de uma forma crescente ampliando cada vez mais as dúvidas dos que acompanhavam a carreira do pensador, poeta, e literato italiano.

O acúmulo de perguntas sem respostas gerou, então, um filme-homenagem, *Pasolini - um delito italiano/Pasolini - un delito italiano*¹, realizado por Marco Tullio Giordana. A obra, se não serviu para responder a tantas questões, pelo menos teve o valor de soprar as cinzas com que o tempo naturalmente encobria a brasa ardente que insistia em queimar por vinte anos, apesar do próprio tempo.

Se entre aquelas motivações levantadas, as de caráter político eram das mais fortes, não é difícil imaginá-las recrudescendo, hoje, na Itália de Berlusconi, que faz o seu país percorrer trajetória própria de terceiro mundo. Como não teriam sido os textos jornalísticos com que Pasolini extravasaria as fúrias comentando passo a passo a ascensão progressiva e a chegada ao poder de Silvio Berlusconi, misto italiano de Roberto Marinho e Sílvio Santos, utilizando

espertamente justo os meios de comunicação, em especial a Televisão? Não seria difícil imaginar o texto candente de Pasolini quando comentaria o apagão que levou Roma – 1º mundo – às escuras, no domingo 29 de setembro de 2003, igualando-a a São Paulo, também grande cidade, porém da América latina. Ou a insistência do estado italiano em ceder às pressões exercidas pelos organismos internacionais, semelhantes àquelas sobre os países do terceiro mundo, no tocante às questões sociais e suas práticas em relação às aposentadorias, sindicalismos, educação universitária, entre outras.

A memória, tanto individual quanto coletiva, por mais doída que tenha sido a sua morte, trabalha cinematograficamente com o tempo, produzindo um longo fade-out, que está prestes a durar 30 anos, em direção ao esquecimento. Coincidentemente, no mesmo intervalo de tempo, pode-se sobrepor o fade-in de Berlusconi, completando um procedimento que em linguagem cinematográfica é conhecido por fusão – união de duas imagens: uma que desaparece enquanto que do nada, ou do escuro, a seguinte torna-se plena.

**Pasolini - primeiros passos:
de 1922, ano de seu nascimento,
a 1948 quando parte para Roma.**

Os primeiros anos de Pasolini foram envolvidos na atmosfera da religião tradicional católica, diluídos na paisagem bucólica interiorana,

eivados de valores tradicionais, os mesmos que mais tarde acusaria de terem desembocado no fascismo². Pasolini se dedica à literatura, à poesia em especial, demonstrando claramente o desenvolvimento de uma personalidade interiorizada, como mais tarde mostrar-se-ia, envolvido nos conflitos familiares traduzidos nas relações fortes com mãe, pai e irmão. A Segunda Guerra Mundial e a Itália dominada pelo fascismo tumultuam o que seria uma vida linear. As marcas da guerra sempre serão fortes em sua personalidade, incluindo a morte trágica do irmão. Influenciado por suas leituras e mestres, Pasolini adota uma postura contraditória e rebelde: ele cria o seu próprio Partido Comunista, ele cria a sua própria religião católica. Em 1948, ao ser expulso do Partido Comunista por conduta imprópria, já com processos judiciais a perseguí-lo - o que dali em frente seria uma constante até o fim de sua vida - vai para Roma. Nos primeiros tempos de Roma, ele conhece o inferno do desemprego, da miséria e da favela. Não se pode menosprezar o dano que seria produzido em seu íntimo, morar na periferia de Roma e ter a sua outrora mãe classe média, transformada em empregada doméstica.

Em Roma, o encontro com o Cinema.

Ao iniciar os anos 50, a sua vida é a mesma de milhares de italianos com feridas abertas pela guerra. Até ingressar no cinema, o que ocorre paulatinamente, vive de “bicos” como professor de literatura e escrevendo roteiros e diálogos para filmes.

Dos anos 50 a 60, a Itália conhece o milagre econômico. Com a ajuda do plano Marshall a Itália é reconstruída e ingressa, através de uma industrialização crescente, na sociedade de consumo. Para Pasolini, a Itália do pós-guerra é a Itália pintada por Rossellini em *Roma, cidade aberta*. Como nos velhos filmes de Charles Chaplin, os planos finais do filme remetem à esperança, ao futuro, para as crianças traumatizadas pela guerra.

A década de 50 demonstra claramente para

Pasolini que essa esperança foi traída e verte lágrimas poéticas sobre a esperança destruída ao conhecer e vivenciar a condição dos habitantes da periferia das grandes cidades italianas. Pasolini chora a esperança traída pelas imagens de Rossellini³. Nesses dez anos, as filmografias mais disparatadas tiveram a sua participação em argumentos e roteiros.

Em *Accattone* e *Mamma Roma*, seus dois primeiros filmes, ele colocaria a dura realidade do pós-guerra. Essas duas primeiras obras são uma resposta ao futuro antecipado por *Roma, cidade aberta*, em seu plano final.

O dinheiro americano jorra copiosamente sobre a Itália e dele se aproveita o cinema italiano. Rossellini, Fellini e Visconti estão envolvidos na nova ordem social e de certa forma são os primeiros a aderir aos primórdios da globalização. Inaugura-se um cinema internacional onde, praticamente, em todos os filmes, há a presença não só do capital americano como também a de astros e estrelas de *Hollywood*. Existe a lenda da resistência de Vittorio De Sica em colocar Cary Grant no papel de operário desempregado em *Ladrões de bicicleta*. Isso não impede que alguns anos depois, junto a Zavattini, ele filme para David O. Selznick, com Jennifer Jones e Montgomery Clift. Pasolini continua *outsider*, a sua condição de diverso tanto no sentido italiano quanto no sentido brasileiro. O seu cinema é um cinema de resistência. É talvez, já no início da década de 60, o verdadeiro herdeiro do neorealismo.

Exatamente no término da Segunda Guerra Mundial, tem início a verdadeira Terceira Guerra Mundial quando os americanos, como “aliados”, ocupam a Itália e o mundo europeu. Tem início o que eufemisticamente ficou conhecida como *guerra fria*. O mundo cindido entre Leste e Oeste, entre URSS e Estados Unidos da América, os grandes vencedores do conflito, agora a guerrear entre si.

Apesar de banido em 1948 do Partido Comunista Italiano, ele continua a mesclar em sua cabeça os ideais da solidariedade cristã de

sua origem e a busca do bem comum do socialismo.

Todos os intelectuais de esquerda da Europa se unem em torno da URSS, porém, dois grandes acontecimentos iriam abalar o socialismo fora da Rússia: em primeiro lugar foram desvelados os crimes de guerra de Stalin, e em 1956 a invasão da Hungria. Se o primeiro abalou os socialistas europeus, a Hungria se tornou emblemática. Dificilmente a esquerda de toda a Europa, fora da Rússia, passou incólume por esses dois grandes golpes⁴.

Em 1963, Pasolini escreve e dirige o episódio *La ricotta*, do longa *Rogopag*, em que ele extravasa toda a ironia sobre a prostituição dos italianos e do cinema italiano produzido pelo capital americano. É impossível não ressaltar nesse seu libelo a participação de Orson Welles, assim como ele um *outsider*, capaz de ironizar o próprio americano, ao simbolizar todos os diretores que foram fazer na Itália os seus filmes espetáculos.

Com a morte de Pio XII, ascendera ao papado João XXIII, que Pasolini no ano de 63 em seu filme *La rabbia* - um filme de montagem, em que o seu texto poético às vezes ilustra, às vezes se amalgama às imagens dos cinejornais, imagens de arquivo - saúda João XXIII primeiro como símbolo do mundo camponês, que estava sendo destruído pela industrialização e segundo, por sua postura nas duas encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* retomando os ideais do socialismo, tão caros a Pasolini.

Em 1964, o mundo fica escandalizado quando Pasolini filma o *Evangelho segundo São Mateus*. Tanto fora quando dentro da própria Itália católica, a repulsa a aceitá-lo foi grande. Ele dedica o filme a João XXIII. Apesar de toda a controvérsia sobre os resultados de um intelectual de esquerda visitar o evangelho, o filme recebe o prêmio do ofício católico no festival de Veneza. Na realidade, o filme é quase uma resposta a todos os filmes bíblicos que estavam sendo feitos pelos americanos na Itália. Exatamente o seu contrário.

Em 1965, Pasolini realiza *Gaviões e Passarinhos* que praticamente seria o seu grande resumo, ao colocar como epígrafe uma frase que anuncia o fim dos tempos de Brecht, isto é, a luta de classes, e de Rossellini, a interiorização do indivíduo. Pasolini fecha o ciclo mais feroz de sua vida. Mais tarde ele diria que dentre os seus filmes é o mais importante e o de que mais gosta. *Gaviões e Passarinhos*, quase como uma homenagem a Rossellini, apresenta personagens que remetem ao cinema católico tradicional representado por *Francisco, o arauto de Deus*. Podemos traçar um paralelo entre *Gaviões e Passarinhos* e *Deus e o diabo na terra do sol* de Glauber Rocha. A luta de classes pretendida pelos intelectuais de esquerda, mostrada no teatro de Brecht⁵ e nas teorias de Gramsci, seria o caminho do diabo; enquanto a candura do pensamento franciscano, representado por Rossellini, seria a busca das soluções do homem através da religião. Assim como em *Deus e o diabo na terra do sol*, nenhum dos dois caminhos resolve a condição humana. Também desalentado Pasolini retorna à eterna esperança de Charles Chaplin: de novo o ser humano coloca o pé na estrada em direção ao futuro.

Na filmografia de Rossellini, nota-se claramente uma alteração de rumo. Durante a guerra e no imediato pós-guerra ele realiza, quase como documentário, a sua trilogia de guerra: *Roma, cidade aberta*, *Paisà* e *Alemanha, ano zero*. Porém, a partir de *L'amore* volta para dentro dos indivíduos, para os problemas individuais e principalmente para o drama da religiosidade. Assim vemos, principalmente em *Stromboli*, *Europa 51* e *Viagem à Itália*. Em todos esses filmes Rossellini contou com a colaboração de Federico Fellini no que veio resultar, principalmente, no *Na estrada da vida* e *Noites de Cabíria*. Seriam filmes religiosos? Por filmes religiosos, entendiam-se aqueles fil-

Apesar de banido em 1948 do Partido Comunista Italiano, ele continua a mesclar em sua cabeça os ideais da solidariedade cristã de sua origem e a busca do bem comum do socialismo.

mes que biografavam santos, ou que eram baseados em episódios bíblicos. Diferentemente, ao findar o surto do neo-realismo, Augusto Genina realiza *Céu sobre o pântano*, em 1949, quando faz a biografia da santa italiana Maria Goretti, porém mescla realidade e ficção, documentário no seu mais alto grau de verismo. A cerimônia de canonização da santa filmada *in loco*, no Vaticano, assistida pelo próprio assassino, já agora velho, de certa forma revolucionária aquilo que entendíamos como cinema religioso.

Pensa-se nos filmes bíblicos de Cecil B. De Mille, mas principalmente o filme de Henry King, de 1943, *A canção de Bernadette*, ou filme francês de Maurice Cloche de 1947, *Monsieur Vincent, o capelão das galeras*. A década

Ao longo de seus filmes, existia, sempre de passagem, uma crítica ao domínio americano comercial e espiritual.

de 50, com a luta do cinema pela televisão, espelhada no crescimento da tela, o *CinemaScope*, a partir de *O Manto sagrado* de Henry Koster, de 1954, para o cinema ficou o espetáculo, a grandiosidade da imagem, e novamente, os filmes pseudo-religiosos de Cecil B. De Mille tornaram-se paradigmas. Os que se seguiram foram realizados em grande parte na Itália ou na Espanha, por várias razões. Em *L'amore*, Rossellini altera a sua preocupação, inicia a busca interior do personagem mesclado de uma religiosidade baseada na moral cristã.

Pasolini, ao negar a influência de Rossellini na sua cinematografia, diria mais tarde jamais tê-lo encontrado, ainda que ambos tivessem feito episódios para o longametrage *Rogopag*. Ao citar Rossellini e Brecht na epígrafe de *Gaviões e Passarinhos*, Pasolini parecia querer dizer que o pensamento de ambos estava ultrapassado, assim como o cinema de um e o teatro do outro. Insistir na velha luta de classes, tão cara à vida e à arte de Brecht, ou na religiosidade embutida nos filmes de Rossellini, seria inócuo. Logo após *Gaviões e Passarinhos*, em 1967, Pasolini realiza *Teorema*, livro e filme. Novamente a crítica à classe média está presente,

isolada do confronto com o subproletariado.

A doutrina social da Igreja, expressa nas duas encíclicas de João XXIII, que unira a igreja progressista, nome que caracterizava a parte do clero e leigos que tinham ideais comuns com o marxismo, atraiu fortemente Pasolini. Mas a morte de João XXIII parece ter encerrado para sempre os seus dramas religiosos. A religiosidade nos filmes de Pasolini foi sublimada com uma ou outra representação iconográfica de lembrança do passado, mesclando mãe e mestra, ícones tão caros da infância e da adolescência, semelhantes a Silvana Mangano em *Decamerone*. Em *Gaviões e Passarinhos*, Pasolini encerra a fase romântica do franciscanismo, tão cara a Rossellini em *Francisco, o arauto de Deus*, e principalmente em *Europa 51*. Para o Pasolini pós-*Gaviões e Passarinhos*, a ilusão terminara. Sua cruzada agora passa a ser contra o Estado industrial em detrimento do camponês e contra a transformação dos indivíduos em consumidores de bens e de modos de vida. Ao longo de seus filmes, existia, sempre de passagem, uma crítica ao domínio americano comercial e espiritual, mas nunca foi tão mais claro do que em *Gaviões e Passarinhos*. Os filmes que seguiram, com destaque para *Teorema*, colocam bem firme a posição de Pasolini, em que o último baluarte da antiga filosofia de vida que era a família, estava destruída pela própria sociedade de consumo estabelecida após a industrialização.

Em *La rabbia*, usando material de arquivo, Pasolini consegue expressar o terror inoculado nas pessoas pela Guerra Fria, o temor de um desastre nuclear e o avanço de um neocolonialismo. Novamente influenciado por João XXIII, Pasolini volta os olhos para os países emergentes da África, saídos despedaçados da colonização, procurando mesmo dotar-lhes de uma nobreza que pudesse ser entrevista nos verdadeiros farrapos humanos, como demonstra os seus apontamentos para uma *Orestíade* africana, em 1970.

A década de 50 foi caracterizada principal-

mente pela rápida evolução tecnológica da televisão, ainda olhada com desprezo pelos intelectuais. Medindo forças, a URSS e Estados Unidos, alternadamente, venciam um ao outro. Em 4 de outubro de 1957, a Rússia coloca o Sputnik I em órbita, mas quem colocou o primeiro homem na Lua foram os Estados Unidos.

A troca do rural pela vida urbana, industrializada e consumista, generalizou-se pelo mundo ocidental, permeada pela televisão e Pasolini não teve tempo, devido a sua morte prematura, de reavaliar o novo meio de comunicação, permanecendo uma incógnita qual seria, hoje, sua posição.

Ao morrer, Pasolini estava completamente só em sua luta. Não havia um único movimento que o apoiasse, conseguiu atrair para si a ira da esquerda, da direita, do Partido Comunista e da Igreja. Sua morte, ainda misteriosa, lembra o personagem assassinado do romance *Assassinato no Oriente Expresso* de Agatha Christie, em que todos tinham motivo para matar, e todos contribuíram para sua morte. Deveriam soar como música ao ouvido de Pasolini as palavras de João XXIII em sua encíclica *Mater et Magistra* de 1961, citada por ele próprio na *Pacem in Terris* de 1963 - “o bem comum consiste no conjunto de todas as condições de vida social que consintam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana” - quando lembramos que 1961 e 1962 foram os anos de criação de *Accattone* e *Mamma Roma*. A preocupação do bem comum, também expressada como direito de todo cidadão nas encíclicas de João XXIII, faz eco fundo nos filmes de Pasolini. Por isso, não é de se espantar que a João XXIII ele dedique o *Evangelho segundo São Mateus*; e, que em *Gaviões e Passarinhos*, ele retome o discurso da construção da convivência entre os homens.

Para Pasolini, foi decepcionante o resultado das lutas empreendidas, tanto físicas quanto filosóficas, na construção do bem comum. Para ele, como bem disse várias vezes em seus escritos, a dissolução do indivíduo na massa das

grandes cidades em detrimento da vida camponesa, e a transformação desse camponês em animal urbano, e esse, por sua vez, em consumidor integral, cansa o pensador. Depois de *Teorema*, Pasolini continua a sua luta de crítica ao consumo de qualquer espécie, inclusive do sexo, banalizado pelo comércio internacional e que ele coloca despojadamente na sua trilogia de vida⁶. Retirar a fantasia do espetáculo cinematográfico, retirar a fantasia do impulso consumista passou a ser para Pasolini um objetivo a ser perseguido. O espetáculo cinematográfico, em seu entender, passa longe do entretenimento, a criação desse espetáculo é a obra de um autor, como em qualquer uma das áreas da arte, por isso, que percebemos tanta repulsa pelo cinema comercial.

Ao lutar contra a banalização do espetáculo cinematográfico e dentro dele a banalização do amor e do sexo, Pasolini jamais poderia prever que o impulso consumista dos espectadores conseguiria banalizar até mesmo a violência. O escritor inglês católico Graham Greene dividia a sua própria obra em dois tipos de literatura: a literatura em que colocava o pensamento e um outro grupo de livros que ele batizava de entretenimento. Pasolini nunca fez isso com seu cinema. Seu cinema jamais foi entretenimento, por isso seu cinema em cada filme se assemelha a um livro. Assistimos a um filme de Pasolini com a mesma curiosidade e indagação do discurso que podemos entrever através de suas imagens. É impossível separar da obra cinematográfica de Pasolini o seu caráter literário. Literatura e cinema caminharam juntos, principalmente nos últimos filmes, ou literatura antes do cinema, nos seus primeiros filmes. Não se deve pensar o fruto do cinema de Pasolini como um filme religioso, mas é impossível não perceber a religiosidade que em

Ao lutar contra a banalização do espetáculo cinematográfico e dentro dele a banalização do amor e do sexo, Pasolini jamais poderia prever que o impulso consumista dos espectadores conseguiria banalizar até mesmo a violência.

maior ou menor escala permeia toda a sua obra. A religiosidade nos seus filmes não é a da religião hipócrita, é realmente uma tentativa para entender a dor do alheio, é tomar partido por aquele que sofre, seja qual for o tipo de discriminação. Mas, em *Gaviões e Passarinhos*, o autor está cansado, Jacó não mais lutará com o anjo, a guerra acabou.

A sua carreira cinematográfica de realizador dura pouco mais de 10 anos. Poucos autores produziram tanto ou polemizaram tanto, em tão pouco tempo. É impossível dissociar a história da Itália, do pós-guerra em diante, ou a própria história da Europa, sem estabelecer um estudo comparativo com a visão particular de Pasolini. Ele utiliza a visão mesclada com a militância, ele não apenas fotografa a periferia, ele vive a periferia, ele vive na periferia em todos os aspectos. Podemos dizer que o cinema mundial, após a morte de Pasolini, ficou mais pobre e perdemos a possibilidade de perceber a análise que ele teria feito de 75 até os nossos dias. A fotografia estática do rosto macerado de Pasolini, que ocupava inteiramente as primeiras páginas dos jornais, no dia após a sua morte, passou a ter a mesma força que a imagem vendida pelas agências internacionais de “che” Guevara, a ponto de Fellini, ao ser entrevistado diante do ocorrido, ter dito que em nenhum instante o cinema teria conseguido tanto impacto de horror, em que filme fosse, quanto a fotografia de Pasolini estampada no jornal.

Utilizamos o depoimento de Simone Signoret em sua autobiografia para tentar chegar à desilusão do ideal comunista e como teria Pasolini trabalhado-a em sua cabeça. “O que é o artista senão o reflexo do seu instante”. Pasolini absorve os acontecimentos regionais e mundiais, metaboliza e propõe o discurso, nunca descartável. Não se gasta negativo com bobagem, é um cinema de tese, é um cinema que busca explicações para as indagações filosóficas eternas do indivíduo. É essa a discussão proposta em seus filmes.

Notas

1. O filme mescla cenas filmadas com atores e cenas autênticas de arquivo da cobertura dos fatos realizada pelos telejornais italianos. Trata-se de um subgênero do Documentário, às vezes chamado de “Docudrama”. Derivado dos programas jornalísticos da televisão italiana, com matriz da TV americana e, que no Brasil, tem sido copiado pela TV Globo em seu programa “Linha Direta”. Lançado no Brasil, em fita VHS.

2. Pasolini identifica a origem do fascismo, assim como todo totalitarismo, na falta da Caridade, quando das três virtudes teológicas apenas a Fé e a Esperança são utilizadas. Manco daquela primeira e apoiando-se apenas nas duas segundas, estaria o germe do Fundamentalismo - esperança de vitória e “fé cega: faça amolada”.

3. *Lacrime*, poesia de Pasolini in *O Neo-Realismo Cinematográfico Italiano: uma leitura*, de Mariarosaria Fabris.

4. “Foi com os estrondos dos fogos, o sapateado dos dançarinos de “bambas”, as canções de violão a dois passos da prisão onde, diziam, o assassino de Trotsky levava uma boa vida, que nos chegou o boato de uma declaração, não atribuída a Krushev, mas assinada por ele.

...Naquele dia muitos acontecimentos do passado foram explicados e até mesmo justificados. Stalin não era o que alguns acreditavam ser. Stalin era o que os outros haviam dito que era. Que viva Krushev!

Do outro lado do mundo, nos Abruzios e na neve, Montand recebia os comentários italianos. Ali também a declaração não era atribuída a Krushev, mas sim, *firmato* por ele. O elenco era em grande parte comunista e como Gramsci escrevera: “somente a verdade é revolucionária”, os *compagni* achavam que o compagno Krushev tivera a coragem dos verdadeiros revolucionários. Eu não estava lá, mas Montand me contou. Novembro chegou. Digo com tristeza. Novembro de 1956 sacudiu o mundo, matou em Budapeste e em Suez, desiludiu milhões de homens de bem e encantou um bom número de patifes. Para nós dois, novembro de 56 foi o mês mais triste, o mais absurdo, o mais cruel e instrutivo de nossos 27 anos de vida em comum.

Budapeste explodiu no estúdio, se posso assim dizer, nas últimas horas do mês de outubro. Desde a primeira semana de novembro, Budapeste queima-

va o mundo inteiro. Ela queimava porque os russos a tinham invadido com tanques para dominar o que alguns chamavam de revolução, outros de contra-revolução, e que no princípio não era nem uma nem outra....

...Todos estavam convencidos de que tinham razão, cada qual a seu modo....


...Em Paris, havia dois batalhões de choque. Seus objetivos eram claros, suas lágrimas eram lágrimas de crocodilo. Os únicos que realmente choravam eram os que tentavam, mas não conseguiam compreender. Era o terceiro batalhão. Os importunos: os intelectuais de esquerda. Não chegavam a ser um batalhão, quando muito um esquadrão: Sartre, Vercors, Claude Roy, Gérard Philipe, Roger Vailland entre outros, fizeram um manifesto no qual negavam o direito à indignação pelo que acontecia na Hungria a todos aqueles que não tinham elevado a voz no ano anterior, quando a Guatemala havia sido esmagada”. (*Simone Signoret*)

5. “Wolfgang Standte, que fez o primeiro filme de pós-guerra, intitulado *Les assassins sont parmi nous*, inteiramente filmado nas ruínas ainda fumegantes de Berlim e no qual Hildegard Knepf estava magnífica, veio buscar-nos em Paris, Bernard Blier e eu, para fazermos *Mère Courage* de Bertolt Brecht. A firma produtora era a DEFA, quer dizer, a República Democrática Alemã. Bernard seria o cozinheiro e eu a prostituta francesa. Os outros papéis seriam interpretados pelos componentes do Berliner Ensemble, com, é claro Helene Weigel (Mme. Brecht) no papel de Courage. O Berliner apresentara *Mère Courage* em Paris e fora um sucesso. Com efeito, o Berliner Ensemble era um dos maiores grupos teatrais do mundo e os alemães do Leste tiveram sorte porque Brecht, regressando ao seu país natal, escolheu o lado deles, em vez do outro. Como não existia ainda o Muro, as pré-estréias do Theater am Schiffbauerdamm eram as mais concorridas das duas Alemanhas. Brecht estava dos dois lados, mas o “Berliner” do Leste era famoso e meu colega Bernard e eu estávamos orgulhosos de trabalhar com eles... O grupo do Berliner contou-nos sua vida. Era completamente diferente da que conhecíamos. Os atores eram totalmente subvencionados. A palavra desemprego não existia para eles. Chegavam a ensaiar uma peça durante seis meses ou nove até, segunda a decisão de Brecht. Tinham à disposição cursos de música, dança e mímica.

Claro, tinham que representar o que lhes era dado, mas como em geral era Brecht, estavam contentes. No entanto, gostariam de ser mais conhecidos pelo mundo. Os raros filmes que haviam feito só saiam no Leste. No Oeste, um rapaz como Peter Schalle ou um homem como Geshoneck seriam grandes astros de cinema. O distribuidor de filmes do Oeste manifestou-se rapidamente. A imprensa cinematográfica do Oeste desejava nos conhecer, Bernardo e eu, para saber nossas impressões sobre os primeiros dias de trabalho... no Leste. Aceitamos com a condição de que a imprensa cinematográfica do Leste pudesse estar presente à conferência. Aceitaram e foi uma data histórica na breve existência das duas Alemanhas. Pela primeira vez, desde a separação de 1949, os jornalistas das duas Berlim puderam fazer suas perguntas lado a lado – além do festival de Cannes ou de Veneza – em pleno Berlim-Oeste, nos salões do Kempinski”. (*Simone Signoret*).

6. A sua “Trilogia de Vida” é composta pelos filmes *Decamerone*, *Os Contos de Canterbury*, e *As flores das Mil e Uma Noites*. Trata-se de um importantíssimo trabalho de adaptação para o Cinema de Textos Literários da Idade Média referentes a três culturas distintas e paradigmáticas. Recentemente lançados no Brasil, no formato DVD, e de forma irônica, em se tratando de Pasolini, através de distribuição internacional pela Metro.

Referências bibliográficas

- FABRIS, Mariarosaria. *O Neo-Realismo Cinematográfico Italiano*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996.
- PASOLINI, Pier Paolo. *As Últimas palavras do herege: Entrevistas com Jean Dufлот*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Il Caos – a cura di Gian Carlo Ferretti*. Roma/Itália: Editori Riuniti, 1995.
- _____. *Teorema*. Rio de Janeiro-GB: Nova Fronteira, 1968.
- _____. *Diálogos com Pasolini: escritos (1957-1984)*. São Paulo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro: Nova Stella, 1986.
- SCHETTINO, Paulo B.C. *O Novo Cinema Brasileiro – Tese de Doutorado*. São Paulo: ECA-USP, 2002.
- SIGNORET, Simone. *A nostalgia não é mais o que era*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. 

Economia política do comércio internacional de drogas

Oswaldo Coggiola

Professor da Universidade de São Paulo
e Vice-presidente do ANDES-SN.

Historicamente, o comércio internacional de drogas esteve vinculado à expansão mundial do capitalismo, e também à sua expansão colonial-militar, como testemunham as guerras do ópio (1840-1860), resultantes da postura da Inglaterra como promotora do tráfico de ópio na China do século XIX, bem como das plantações deste mesmo narcótico em território indiano. Inglaterra auferia lucros da ordem de 11 milhões de dólares anuais, com o tráfico de ópio para a cidade chinesa de Lintim, ao passo que o volume de comércio de outros produtos não ultrapassava a cifra de 6 milhões. Em Cantão, o comércio estrangeiro oficial não chegava a 7 milhões, mas o comércio paralelo em Lintim atingia a quantia de 17 milhões. Com este comércio ilegal, empresas inglesas, como a *Jardine & Matheson*, contribuíram para proporcionar uma balança comercial superavitária para a Inglaterra, mantendo o uso de navios armados a fim de manter o contrabando litorâneo. Tudo isso acontecia com a aprovação declarada do parlamento inglês, que manifestou os inconvenientes da interrupção de um negócio tão rentável.¹ Inglaterra promoveu, em 1909, uma conferência internacional em Shanghai, com a participação de treze países (a *Opium Commission*). O resultado foi a Convenção Internacional do Ópio, assinada em Haia em 1912, visando o controle da produção de drogas narcóticas. Em 1914, os EUA adota-

ram o *Harrison Narcotic Act*, proibindo o uso da cocaína e da heroína fora de controle médico. Severas penas contra o consumo foram adotadas em convenções internacionais das décadas de 1920 e 1930. Desde o início, a repressão contra o tráfico de drogas “privilegiou” o consumidor.

O tráfico internacional de drogas, em larga escala, começou a desenvolver-se a partir de meados da década de 1970, tendo tido o seu *boom* na década de 1980. Isto não foi por acaso: o narcotráfico favoreceu as economias dos países produtores de coca, cujos principais produtos de exportação sofreram quedas em seus preços (ainda que a maior parte dos lucros do tráfico não fique nesses países) e, ao mesmo tempo, o sistema financeiro mundial: este “necessita cada vez mais de capital fresco para girar, e os narco-dólares são como um capital mágico que se acumula muito rápido e se movimenta velozmente”.² Atualmente, o narcotráfico é um dos negócios mais lucrativos do mundo, disputando o primeiro lugar com o petróleo, e a fabricação e tráfico de armas. Sua rentabilidade se aproxima dos 3000%, percentagem incomparável com qualquer outro setor econômico, legal ou ilegal. Os custos de produção somam 0,5%, e os de transporte e gastos com a distribuição (incluindo subornos) 3%, em relação ao preço final de venda. Em meados da década de 1990, o quilo de cocaína custava

US\$ 2.000 na Colômbia, US\$ 25.000 nos EUA e US\$ 40.000 na Europa. A América Latina participa do narcotráfico na qualidade de maior produtora mundial de cocaína, e um de seus países, a Colômbia, detém o controle da maior parte do tráfico internacional (a parte restante é dividida entre a Máfia siciliana e a *Yakuza* japonesa). Os principais centros consumidores são os EUA e a Europa

Ocidental, mas a droga já chegou faz tempo à Rússia. Há um terceiro grupo: o dos países que servem como ponto de passagem para a cocaína antes que esta atinja seu destino final: Panamá, México, Bahamas e, mais recentemente, o Brasil. Segundo informações do Relatório Anual sobre Controle Internacional de Narcóticos, elaborado pelo Departamento Estado dos EUA, o Brasil virou o maior canal de distribuição, para todo o mundo, da cocaína produzida pelos cartéis de Medellín e Cali (Colômbia).³

O narcotráfico gerava, já na década de 1990, uma renda anual de mais de US\$ 500 bilhões, constituindo o segundo negócio da economia capitalista mundial, depois da indústria militar (US\$ 700 bilhões).⁴ Peru e Colômbia produzem mais de 300.000 hectares de folha de coca, em comparação com as 35.000 “ilegais” do Chapare boliviano. O “combate ao narcotráfico” nunca se colocou a eliminação do “segredo bancário” nos bancos da Florida, EUA, onde se lavam *diariamente* ao redor de US\$ 400 milhões. Neles circula mais dinheiro em efetivo do que nos bancos de todos os demais estados juntos. Além dos lucros gerados pela produção e venda da cocaína em si, há também os ganhos obtidos com a venda de éter e acetona (necessários à transformação da pasta base de coca em cocaína) e os lucros dos bancos, que “lavam” os *cocadólare*s (espalhados por América Latina, EUA e Europa). Uma parte dos lucros obtidos com a venda da cocaína é investida em atividades legais, empresas, times esportivos,

A cocaína gera “dependência” não apenas em indivíduos, mas também em grupos econômicos e países, nos bancos da Flórida, em algumas ilhas do Caribe

imóveis etc. A cocaína gera “dependência” não apenas em indivíduos, mas também em grupos econômicos e países, nos bancos da Flórida, em algumas ilhas do Caribe ou nos principais países produtores - Peru, Bolívia e Colômbia - para citar apenas os casos de maior destaque. Em 1990, na Bolívia os lucros com o narcotráfico chegaram a US\$ 1 bilhão, superando os da economia legal. No

Peru a exportação de cocaína gerava US\$ 1.5 bilhão contra US\$ 2.5 bilhões das exportações legais. Na Colômbia o narcotráfico gerava de 2 a 4 bilhões de dólares, enquanto as exportações oficiais geravam 5.25 bilhões.⁵ No Peru e na Bolívia, parte da produção de coca é legal e destina-se ao consumo tradicional (mastigação das folhas para combater os efeitos da altitude), à indústria (chás e medicamentos) e à exportação (o Peru exporta 700 toneladas de folhas de coca por ano para a Coca-Cola).⁶ Segundo a OMS, em 1993, 100 mil camponeses peruanos cultivavam 300 mil hectares de coca, sendo 5% dessa produção utilizada para fins legais. Com o resto, o tráfico abastecia 60% do mercado mundial.⁷

Na Bolívia, sob a ditadura militar dos narcotraficantes, década de 80, os traficantes detinham o controle das principais empresas, num quadro em que a população desempregada passara de 19% da população ativa em 1985 para 35% no ano seguinte. De cada três bolivianos, um lucrava com os derivados do narcotráfico, 65% da economia do país pertenciam ao setor informal. A Colômbia, por sua vez, especializou-se em transformar a pasta base produzida por Peru e Bolívia em cocaína e exportá-la para o resto do mundo. Dois grandes cartéis (Cali e Medellín) controlavam a maior parte do narcotráfico no país, entretanto há centenas de pequenos traficantes. O Congresso e a polícia nacionais disputam o primeiro lugar em grau de corrupção, e até mesmo as campanhas presidenciais são patrocinadas com

dinheiro da droga. Cada novo governo colombiano se esforça para repatriar os lucros obtidos com o tráfico internacional de cocaína, entretanto, dos cerca de US\$ 16 bilhões anuais obtidos pelos narcotraficantes, apenas 2 a 4 bilhões voltam ao país.⁸

O principal país consumidor, os EUA, têm gastos na guerra aos traficantes, com reabilitação, perdas na produção, etc., mas também vendem parte importante dos componentes químicos, recebendo cerca de 240 bilhões de dólares anuais, uma parte dos quais se destina a repor capital no mesmo ramo de produção da droga (outra é investida em outros setores ou vai para os bancos). Outra vantagem oferecida aos EUA pelo narcotráfico é que a luta pela sua erradicação serve de fachada à política intervencionista norte-americana em relação à América Latina, com a teoria da narco-guerrilha, segundo a qual, na América Latina, os traficantes uniram-se aos guerrilheiros, representando, portanto, uma ameaça à estabilidade da democracia no continente. Na verdade, trata-se mais de uma cooperação temporária, forçada pelas circunstâncias do momento, do que de uma associação permanente com vistas a compartilhar o poder na América Latina. Uma declaração do finado Pablo Escobar, pôs por terra a tese da narco-guerrilha: “Não aceito que me associem à guerrilha, pois isto prejudica minha dignidade. Sou um homem de negócios e esta é a razão pela qual não posso estar de acordo com as guerrilhas, que lutam contra a propriedade privada”. Os EUA nunca hesitaram em aliar-se aos narcotraficantes quando lhes convinha. Exemplos claros disso foram a utilização dos narcotraficantes para o envio de dinheiro e armas para os “contras” na Nicarágua, ou fato de Noriega haver sido tolerado por Reagan e Bush (apesar de o Serviço de Inteligência dos EUA ter provas de sua ligação com o narcotráfico desde 1972) enquanto serviu à CIA.

O tráfico de drogas foi sempre um negócio capitalista, por ser organizado como uma empresa alentada, como qualquer outra, pelo estímulo do lucro.

O tráfico de drogas foi sempre um negócio capitalista, por ser organizado como uma empresa alentada, como qualquer outra, pelo estímulo do lucro. O primeiro episódio de consumo massivo de drogas em grande escala aconteceu durante a guerra do Vietnã, quando 40% dos soldados norte-americanos consumiam heroína, e 80% maconha: apenas 8% deles continuaram a consumir drogas uma vez de volta “para casa”.⁹ Com a expansão do consumo, aliada à crise econômica mundial, o comércio de drogas passou a exercer uma pressão enorme sobre certos países. Em 1989, foi feita em Los Angeles a maior apreensão de cocaína: 21,4 toneladas, cujo preço de venda ao público atingiria 6 bilhões de dólares, uma cifra superior ao PNB de 100 (cem) Estados soberanos. A grande transformação das economias agrárias monoprodutoras em narcoprodutoras (e o grande salto do consumo nos EUA e na Europa) se produziu durante os anos oitenta, quando os preços das matérias-primas despencaram no mercado mundial: açúcar (-64%), café (-30%), algodão (-32%), trigo (-17%). A crise econômica mundial exerceu uma pressão formidável em favor da narco-reciclagem das economias agrárias. A coca já representou 75% do PIB boliviano, 23% do da Colômbia e Peru, e pelo menos o dobro das exportações correntes destas nações. Grupos principais das burguesias nacionais latino-americanas realizaram sua “reconversão”. A mono-exportação de coca é mais um episódio da devastação agrária, do empobrecimento campesino e do desperdício rentístico da região.

Na América Latina só re-ingressa entre 2 e 4% dos mais de 100 bilhões de dólares que produzem anualmente as vendas de cocaína nos Estados Unidos. A parte mais lucrativa do negócio é incorporada pelos bancos lavadores e, em menor medida, pelos próprios cárteis que internacionalizaram a distribuição de seus lucros, seguindo o padrão de fuga de capi-

tais que desenvolveram as burguesias latino-americanas no último quartel do século XX. O preço da coca na plantação boliviana é 250 vezes menor que nos EUA. A mesma mercadoria no porto colombiano é cotada 40 vezes menos que nas cidades norte-americanas. Os EUA recorrem a uma espécie de “protecionismo repressivo” para resguardar seus “narcoprodutores” da competição externa. A repressão ao tráfico é a forma de regular os preços de um mercado potencialmente estável pelo caráter viciante do produto. A “narco-economia” está afetada pelos mesmos ciclos de sobre-produção de qualquer outro setor econômico, e por isso o imperialismo apela objetivamente para os instrumentos clássicos da guerra comercial, buscando baratear a produção local, e encarcerar a competição latino-americana. A militarização recente, com o pretexto de “lutar contra o flagelo da droga”, é um aspecto da re-colonização comercial e da chantagem financeira sobre a América Latina. O novo intervencionismo está mais relacionado com isso, do que com o narcotráfico. É inaceitável supor que a invasão do Panamá, o bloqueio naval à Colômbia, a instalação de bases na Bolívia e no Peru, a militarização da fronteira mexicana, a introdução de uma jurisprudência avassaladora da legislação latino-americana, estão motivadas na erradicação do narcotráfico. Buscou-se, desde o início, a substituição da “ameaça do comunismo” por um “perigo” equivalente.

A posição dos EUA, o “discurso sobre a droga” sofreu constantes mutações: “Nixon criou em 1972 o *Cabinet Committee for International Narcotic Control (CCINC)*, para coordenar os esforços dos EUA no exterior. Nesse mesmo ano se aprovou a *Drug Abuse Office and Treatment Act*, por meio da qual se iniciou a centralização e controle da produção de drogas no estrangeiro. Com Nixon se começou a exportar a aplicação da lei em maté-

ria de drogas, isto é, a legitimar o discurso jurídico-político e o estereótipo político-delitivo da droga para além das fronteiras dos EUA. O discurso estava se complicando. Já não havia necessidade de silenciar o problema do tráfico, como no início da administração, pois tinha terminado a guerra do Vietnã. Mas tampouco se podia silenciar o discurso médico, já que o problema do consumo tinha sido um dos pilares fundamentais para separar os estereótipos do consumidor-doente e o traficante-delinquente. A opinião pública seguia considerando a droga como “inimigo”, mas o critério de segurança tornava-se indeciso. Qualificava-se à droga como inimigo interno ou externo; tudo dependia do contexto e do caso.”¹⁰ Na prática, os EUA aumentaram sua intervenção na América Latina em defesa de um clã produtor contra outros ou para arbitrar as sangrentas lutas entre eles. A “narco-economia”, longe de ser um submundo alheio à norma capitalista, está rigorosamente organizado de

A “narco-economia”, longe de ser um submundo alheio à norma capitalista, está rigorosamente organizado de acordo com os parâmetros da “economia de mercado”.

acordo com os parâmetros da “economia de mercado”. Os objetivos das máfias - captura de mercados, monopólio de preços e domínio sobre os segmentos mais lucrativos - são metas tipicamente capitalistas.

Com a nova explosão do consumo, na década de 1980, uma nova mudança se operou e, em abril de 1986, o presidente Ronald Reagan assinou uma Diretiva de Segurança Nacional, definindo o narcotráfico como “ameaça para a segurança nacional”, autorizando às forças armadas dos EUA a participarem da “guerra contra as drogas”. Em 1989 o presidente George Bush, numa nova diretiva presidencial (NSDD) ampliou a anterior, com “novas regras de participação” que autorizaram as forças especiais a “acompanhar as forças locais de países hospedeiros no patrulhamento antinarcóticos”. No mesmo ano, cursos “para combater guerrilheiros e narcotraficantes” tiveram início na Escola das Américas de Fort Benning,

antigamente sediada no Panamá. Nesse quadro, tentou-se uma nova ofensiva imperialista sobre a América Latina. Os episódios mais espetaculares foram a invasão do Panamá, sob pretexto de captura do traficante Noriega (ex-agente da CIA), e o bloqueio naval da Colômbia. Cabe notar também a operação *Blast Furnace*, executada por tropas norte-americanas na Bolívia, em 1986, assim como as manobras dos “boinas verdes” da força de operações especiais dos EUA no delta do Paraná, zona de fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Igualmente, no México, “o governo de Salinas de Gortari queixou-se amargamente do seqüestro de um cidadão mexicano, transferido à força para prisões dos EUA. Mas permitiu secretamente vôos dos EUA sobre o espaço aéreo mexicano, a procura de plantações de drogas, e criou uma policia antinarcóticos para atender a pedidos norte-americanos, policia que contribuiu com a deterioração dos direitos humanos no México”.¹¹ As “democracias” latino-americanas observaram, na matéria, uma conduta pró-imperialista. Foi criada uma inédita jurisprudência avassaladora da soberania nacional da América Latina. O tratado de extradição com a Colômbia se enquadrava nessa categoria, assim como a decisão de fevereiro de 1990 da Suprema Corte dos EUA (perseguição e captura de estrangeiros pelas forças dos EUA, dentro e fora do país, não estariam sujeitas à Quarta Emenda da Constituição dos EUA) que abriu as portas a intervenções, como a da policia antidroga dos EUA (DEA) seqüestrando o presumido traficante Alvarez Machain no México, ou o exército capturando Noriega no Panamá.

Os EUA estabeleceram unilateralmente nada menos do que a sua superioridade jurídica perante os países latino-americanos e do mundo inteiro. A droga foi o pretexto para esse objetivo: “Se os EUA, tivessem vontade política de combater o narcotráfico poderiam

Os EUA estabeleceram unilateralmente nada menos do que a sua superioridade jurídica perante os países latino-americanos e do mundo inteiro.

exercer um severo controle das exportações de produtos químicos para fabricação da PBC (Pasta de Base da Cocaína), que provém da *Shell* e da *Mobil Oil*, como constatou a própria DEA; agir contra os bancos norte-americanos que lavam os narcodólares; e estender um cordão de radares e barcos para impedir a entrada da droga, em vez de fazer isso nos países da América do Sul”.¹² Ou, como se perguntaram dois *experts* norte-americanos: “por que não se faz a guerra também contra os países produtores de ópio e heroína, que consomem nos EUA 50% dos gastos totais em drogas? Por que não fazê-la contra os produtores californianos de maconha, que depois de substituir a Colômbia no primeiro lugar do fornecimento dessa droga, colocaram os EUA entre os três primeiros produtores mundiais? Estatísticas oficiais mostram que a produção de maconha nos EUA dobrou nos últimos dois anos, expandindo-se 38% só em 1988”.¹³

Nos EUA, o tema foi definido como de “segurança nacional” com base nas justificativas mais diversas: “A crise da droga é uma crise de autoridade em todos os sentidos do termo”;¹⁴ “Conceber a segurança nacional em termos físicos é demasiadamente limitado. Deve-se acrescentar os valores queridos, as instituições fundamentais, a vitalidade da nação, que devem ser protegidos, e são atacados, pelo submundo da droga”.¹⁵ Os corolários políticos desse enfoque são decisivos: “Na campanha narco-terrorista, o conceito *clauswitziano* de centro de gravidade torna-se amorfo e indefinido. O centro de gravidade para cada lado parece ser a mesma base populacional. Para os EUA, é a resistência da população às drogas; para os narco-terroristas, o mercado da droga na população dos EUA”.¹⁶ Eis a base teórica para o terrorismo de Estado, supostamente “anti-terrorista”. Acontece que o enfoque baseado na repressão do consumo e da oferta era inútil por definição: “Os países latino-ameri-

canos produziram entre 162.000 e 211.400 toneladas de cocaína em 1987. Isto é cinco vezes o necessário para abastecer o mercado dos EUA, e só conseguimos apreender entre 10 e 15% da cocaína enviada”.¹⁷ Estamos, portanto, diante de uma vasta operação política que visou, sob pretexto de repressão ao tráfico de drogas, acabar com a independência nacional dos países controlados pelos EUA, e reforçar a direitização do Estado capitalista nos próprios EUA.

Chegou-se assim a fase atual do intervencionismo no nosso continente. O Plano Colômbia se aliou à chamada *Iniciativa Andina* para promover um vasto operativo intervencionista em toda a região. Uma vez que a guerrilha era associada com as regiões produtoras de coca, este argumento justificava o envio de equipes de assessores militares de Washington.

No Equador, na base de Manta, opera a *DynCorp*, uma companhia privada de mercenários que mantém contratos com os Estados Unidos desde a guerra da Coréia. Por mais de 50 anos recebeu os maiores contratos para serviços militares privados; seus negócios com os Estados Unidos chegam aos 1.8 bilhões de dólares. Na Colômbia a *DynCorp* treina pilotos, além de levar a cabo as fumigações para a destruição de cultivos ilícitos, especialmente em Putumayo; mas a organização está acusada de adulterar o glifosato (químico) que causou danos à população e ao meio ambiente na fronteira Colômbia-Ecuador. Esta companhia também esteve relacionada com o abastecimento ilegal de armas aos contras nicaragüenses (no escândalo Irã-Contras). Para as guerrilhas colombianas, o imposto à droga é uma fonte de ingressos para financiar as compras de armas e alimentos. Mas as chamadas narcoguerrilhas e os camponeses que cultivam a coca recebem menos de 10% dos ganhos, porque eles só produzem e taxam a matéria prima. Os grandes

Chegou-se assim a fase atual do intervencionismo no nosso continente. O Plano Colômbia se aliou à chamada Iniciativa Andina para promover um vasto operativo intervencionista em toda a região.

benefícios provêm do mercado de exportação e o lavado dos lucros da droga. A Colômbia necessita um crescimento anual de 4% em sua economia, até 2010, para situar-se num nível ainda inferior ao de 1995. Com uma dívida externa de 50% de seu PIB, e uma arrecadação fiscal em baixa, o FMI exige de Uribe a demissão de milhares de funcionários públicos, e uma reforma da previdência altamente impopular. A decomposição dos paramilitares afasta as possibilidades de que o Estado monopolize a repressão: “Será gerada violência descontrolada; os paramilitares atuarão como grupos locais sem Deus nem lei”.¹⁸

Na Bolívia, o desmantelamento do complexo mineiro, e a chamada “relocalização” da sua mão-de-obra, forçou a migração para a região do Chapare, departamento de Cochabamba, a fim de plantar a folha de coca, com a expansiva demanda da folha pelo narcotráfico. Pelo lugar que ocupa na cadeia produtiva do narcotráfico, é reservada ao *cocalero* a menor parte dos lucros gerados pelo negócio da droga. No final dos anos 90, teriam deixando de circular US\$ 500 milhões correspondentes à participação da coca na economia nacional, ou 6 % do PIB, segundo dados oficiais, em um país cujas minguas exportações não superam a cifra de US\$ 1,2 bilhão. O governo de Bánzer propôs no início da sua gestão a erradicação total da folha

de coca destinada ao narcotráfico, em um programa que denominou Coca Zero. Para isto, fez uso violento das polícias rurais e da mobilização militar.¹⁹ Mas o combate dos *cocaleros* continuou em pé, sob redobrada pressão norte-americana, pois um novo choque se anuncia em torno à recuperação do plantio de coca, devido ao completo fracasso do plano de cultivos substitutivos, que fez cair a cultura em 90% entre 1998 e 2001: “O governo americano já está preocupado com a produção de coca na Bolívia, que subiu 23% o ano passado, desde

seu ponto mínimo em 2001, por causa do rápido replantio. A Bolívia permanece a terceira maior produtora mundial, com Colômbia e Peru”.²⁰ Isto evidencia a completa quebra das outras saídas para a economia boliviana, assim como o completo fracasso dos projetos de “desenvolvimento alternativo para a inclusão social”. Os cultivos de coca na região andina (proibidos pela Lei 1008) já chegam a 200 mil hectares.

O que acontece na América Latina tem seus antecedentes em toda a relação histórica imperialismo norte-americano/tráfico de drogas, o que remonta à Segunda Guerra Mundial, quando a Oficina de Serviços Estratégicos (OSS) e a Oficina de Inteligência Naval (ONI), estabeleceram relações com dirigentes da *Máfia* italiana.²¹ A OSS e a ONI colaboraram estreitamente com o crime chinês, que dominava a produção de grandes quantidades de ópio, morfina e heroína, ajudando na criação do terceiro ponto do comércio da heroína no pós-guerra: o chamado Triângulo Dourado, uma região formada pelas zonas fronteiriças da Tailândia, Birmânia, Laos e a província chinesa de Yunan.²² Em 1947, a CIA (sucessora da OSS) ajudou a Máfia a tomar o controle da Sicília, e financiou os traficantes corsos de heroína estabelecidos em Marselha, em sua batalha contra os sindicatos comunistas pelo controle do porto marselhês, dando lugar à *French Connection*,²³ que dominaria o mercado mundial de heroína até princípios da década de 1970. Em 1950, a CIA lançou o projeto *Bluebird*, com o objetivo de determinar se algumas drogas poderiam servir para melhorar os métodos de interrogatório. Com o tempo, Allen Dulles, diretor da CIA na época, instituiria um programa para o uso encoberto de materiais biológicos e químicos, como parte da linha de pesquisa da CIA em controle de comportamento. Em 1972, Alfred Mc Coy, da Universidade de Yale, publicou *The Politics of Heroin in Southeast Asia*, revelando como a Guerra Fria e as operações encobertas dos EEUU fomentaram um auge sem precedentes do tráfico de heroína.

Em 1978, um golpe de estado no Afeganis-

tão (apoiado pela URSS) levou ao retrocesso do tráfico de heroína no Sudoeste Asiático. O novo regime lançou uma estrita campanha antidrogas para erradicar a produção de *adormidera*, provocando uma revolta das tribos que tradicionalmente vinham cultivando ópio destinado à exportação. Os rebeldes *Mujhaidines* (base da futura *Al Qaeda*, de Osama Bin Laden) apoiados pela CIA, incrementaram a produção para se financiar. Logo depois, em 1980, membros do exército boliviano, ajudados por seus homólogos argentinos, realizaram “o golpe da cocaína”. Michael Levine, ex-agente da DEA,²⁴ com 25 anos de serviço, afirmou que a Agência colaborou ativamente com o tráfico de cocaína na Bolívia, onde os funcionários governamentais a cargo da luta contra o narcotráfico se arriscavam a sofrer tortura e morte nas mãos de paramilitares comandados pelo criminoso de guerra nazista Klaus Barbie.²⁵ Quando renunciou Bánzer, foi formado um governo militar, chefiado por Garcia Meza, que nomeou o Cel. Luis Arce Gómez, primo de Roberto Suárez Gómez, maior produtor de coca da Bolívia. A produção de *adormidera* no Afeganistão passou de 250 a 800 toneladas durante o tempo em que a CIA enviava armas e ajuda à guerrilha. Em 1986, o Departamento de Estado admitiu que o Afeganistão era “provavelmente o maior produtor de ópio para exportação” e “a fonte de *adormidera* para a maioria da heroína procedente do Sudoeste asiático que chega aos EEUU”.

Em 1989, o Sub-comitê do Senado para assuntos de Terrorismo, Narcotráfico e Comunicações Internacionais, encabeçado pelo Senador do Massachusetts, John Kerry, publicou um informe sobre a corrupção relacionada com o narcotráfico na América Central e Caribe: “há evidências suficientes de narcotráfico na zona de conflito por parte de *Contras* particulares, seus provedores, pilotos da *Contra* e mercenários aliados da *Contra*. Os funcionários norte-americanos não foram capazes de resolver o tema das drogas por medo de pôr em perigo a guerra contra a Nicarágua”. A investigação revelou igualmente que alguns polí-

ticos veteranos opinavam que o uso do dinheiro proveniente do narcotráfico era ‘a solução perfeita para os problemas de financiamento da *Contra*’.²⁶ Com a tomada do poder pelos talibãs, no Afeganistão, produziu-se um curto-circuito, que seria “consertado” pelos EUA, depois da invasão motivada pelo atentado de 11 de setembro de 2001. A conquista do Afeganistão pelos EUA e os “senhores da guerra” serviu para devolver ao Afeganistão o seu lugar no mercado mundial de heroína: “as plantações renasceram por toda parte e (na Europa) causou alarme o retorno do ópio afegão”.²⁷ A produção de droga, seu processamento e transporte seguem uma rota através de Estados vasalvos norte-americanos, novos ou velhos: Afeganistão, Burma, as repúblicas ex-soviéticas, Turquia, Bósnia, Albânia.

O papel central da “narco-economia” no capitalismo contemporâneo se detecta no peso alcançado pela “lavagem do dinheiro” no sistema financeiro. Todos os bancos de envergadura participam nesta operação, criaram paraísos fiscais, nos quais se lavam diariamente entre 160 e 400 milhões de dólares. Esta associação entre mafiosos e banqueiros se apóia, em última instância, no sigilo bancário -um princípio intocável para o capitalismo- por ser um pilar da propriedade privada, na confidencialidade dos negócios, e na livre disponibilidade do capital. O ingresso de mafiosos ao circuito bancário se consolidou seguindo as tendências especulativas do conjunto da burguesia. O “crime organizado” instalou-se definitivamente como mais um setor da economia capitalista ainda nos anos 1930, e estabeleceu uma legalização sistemática de suas atividades na indústria e na propriedade urbana nas décadas posteriores. Agora exerce um papel de gravitação no mundo das finanças, no qual introduziu progressivamente seus métodos de “ajuste de contas”. Constitui um fato aceito entre os financistas que o narcotráfico tem um papel des-

O papel central da “narco-economia” no capitalismo contemporâneo se detecta no peso alcançado pela “lavagem do dinheiro” no sistema financeiro.

tacado na inversão privatizadora na América Latina, como o demonstram as ramificações do banco de investimentos BCCI na América Latina. Este setor se encontra já estruturalmente incorporado ao capitalismo. As medidas tomadas pelas autoridades dos EUA contra as operações bancárias de cumplicidade com os traficantes são ridículas. O *First National Bank of Boston* expediu para o exterior 1.2 bilhão de dólares em notas pequenas. A comissão de 3% paga pelos traficantes (36 milhões de dólares) torna irrisória a multa de 500 mil dólares imposta ao banco.²⁸ O que se multou, no caso, foi a ilegalidade da operação, não a origem criminosa do dinheiro, protegida pelo sacrossanto “sigilo bancário”, que é a razão de Estado dos negócios capitalistas.

Eis porque a política dos EUA, que ataca apenas os traficantes diretos, não consegue impedir o crescimento do narcotráfico e de seus lucros. Ao reduzir parcialmente a oferta, deixando intocado o aparato financeiro, só se conseguiu “um aumento dos lucros, recaptalizando constantemente as redes de produção e distribuição, a ampliação geográfica da produção, e a fixação de um piso mínimo para a cocaína”.²⁹ A repressão da oferta só conseguiu elevar o preço da cocaína pura nos EUA. O capital financeiro internacional fica com a parte do leão, o que não impediu que os grandes produtores se tornassem um fator decisivo na economia de seus países. Na Colômbia, as exportações de cocaína atingiram 50 bilhões de dólares, três vezes o PIB, o que as transformou no eixo da economia nacional. Em 1989 foram reveladas as negociações entre representantes do governo e o Cartel de Medellín: “Os narcotraficantes colombianos aliam-se aos fazendeiros e às forças de segurança, de modo a proteger seus interesses comuns contra os grupos guerrilheiros e contra as crescentes demandas de reforma política e econômica dos setores mais carentes”.³⁰

O império da droga, filho mais novo do imperialismo, foi gerado na divisão internacional do trabalho. A produção e o comércio de drogas é típico das economias coloniais (como China ou Índia, no século XIX). O velho narcotráfico boliviano, “à diferença do passado, quando seu crescimento dependia da sua capacidade de gerar excedentes, desenvolveu-se graças a dois novos fatores: generosos créditos da banca estatal e privada (milhões de dólares), subsídios e impunidade pelo seu entrosamento com os organismos de repressão ou pelo apadrinhamento oficial”.³¹ A relação entre capital financeiro, imperialismo, crise econômica mundial do capital, decomposição social e tráfico de drogas, é a única que permite visualizar a natureza da espetacular expansão do último nas últimas décadas. Em relação à droga, incapaz de cortar a oferta, o que exigiria atacar a fundo o direito de propriedade (sigilo bancário), o capitalismo em decomposição é mais impotente ainda para enfrentar a demanda, já que é incapaz de abrir uma via progressiva para o desenvolvimento social. Somente a abertura de perspectivas libertadoras e progressistas para a humanidade, com o fim da exploração, o flagelo da droga poderá ser extirpado pela raiz.

Referências bibliográficas

- Alain Delpirou e Alain Labrousse. *Coca Coke*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- Alejandro S. Miguel. Narcotráfico: um pretexto? *Extra-Prensa* n° 3, São Paulo, ECA-USP, julho de 1990.
- Alison Jamieson. Global drug trafficking. *Conflict Studies* n° 234, Reserach Institute for the Study of Conflict and Terrorism, setembro 1990.
- Amy Lang. The Contra-cocaine connection. *Convergence Magazine*, Christian Institute, outono de 1991.
- Antonio Canellas Orellana e J. C. Canelas Zanner. *Bolivia: Coca Cocaína*. La Paz, Los Amigos del Libro, 1983.
- Asociación Pro-Derechos Humanos del Peru. *La Guerra contra las Drogas*. El nuevo rostro de la contra-insurgencia, Lima, 1990.
- Belén Boville Luca de Tena. *La Guerra de la Cocaína*. Drogas, geopolítica y medio ambiente, Madrid, Debate, 2000.
- Claire Sterling. *Un Mondo di Ladri*. Le nuove frontiere della criminalità internazionale. Milão, Arnoldo Mondadori, 1994.
- Colin Mac Lachlan. *El Narcotráfico*. El estado de la industria ilegal de drogas hoy y las implicaciones para el futuro. México, IICLA, 1995.
- Documento de Santa Fé II*. Capítulo: A estratégia americana, 1982.
- Gabriel Nahas. *La Peste Blanche du XXè Siècle*. Les guerres de la cocaïne. Paris, Buchet/Castel, 1992.
- Gregorio Selser. *Bolivia: el Cuartelazo de los Cocadólars*. México, Mex-Sur, 1982.
- Henrique Carneiro. *Filtros, Mezinhas e Triacas*. As drogas no mundo moderno. São Paulo, Xamã, 1994.
- Holly Sklar. *Washington's War on Nicaragua*. South End Press, 1988.
- Institute for Policy Studies. *A Tangled Web: A History of CIA Complicity in Drug International Trafficking*. Submitted to congressional hearings by John Conyers (D-Mich) in the Intelligence Authorization Act for Fiscal Year 1999 (http://www.-fas.org/irp/congress/1998_cr/980507-L.htm)
- James Petras. A geopolítica do Plano Colômbia. In: *Império e Políticas Revolucionárias na América Latina*. São Paulo, Xamã, 2002.
- James Risen. CIA said to ignore charges of Contra drug dealing in '80s, *New York Times*, 10 de outubro de 1998.
- Jesse Jackson. Drug use is a sin. *New Perspectives Quarterly* n° 6 (2), Washington, verão de 1989.
- Jonathan Marshall, Peter Dale Scott and Jane Hunter. *The Iran Contra Connection*. Secret Teams and Covert Operations in the Reagan Era. South End Press, 1987.
- Jorge Castañeda. Bring back the Cold War, *Newsweek*, Nova York, 21 de maio de 1990.
- José Arbex Jr. e Claudio Julio Tognolli. *O Século do Crime*. São Paulo, Boitempo, 1996.
- Major Kurt Schmoke. A war for the Surgeon General, not the Attorney General. *New Perspectives Quarterly* n° 6 (2), Washington, verão de 1989.
- Major Mark P. Hertling, US Army, Narcoterrorism. The new unconventional war. *Military Review* n° 10, março de 1990.
- Michael J. Dziedzic. The transnational drug trade

and regional security. *Survival*, novembro/dezembro de 1989.

Michael Levine. *A Grande Mentira Branca*. A CIA e o combate ao narcotráfico num relato surpreendente. São Paulo, Best Seller, s.d.p.

Michael Levine. Is the CIA's new openness just another con job on a naive public?, *Los Angeles Times*, 12 de setembro de 1993.

Michael S. Gazzaniga. The Federal drugstore, *National Review* nº 12, Nova York, fevereiro 1990.

Mylene Sauloy e Yves Le Bonnac. Blancas palomitas. *Página 12*, Buenos Aires, 20 de dezembro de 1992.

Noam Chomsky. The Colombia Plan. *Z Magazine*, abril de 2000.

Paul Andreas e Carl Toungers. America's counterproductive war on drugs. *World Policy Journal*, Washington, verão de 1989.

Peter Dale Scott. How the U.S. Government Has Augmented America's Drug Crisis. In: *War on Drugs: Studies in the Failure of U.S. Narcotic Policy* [Alfred W. McCoy and Alan A. Block (Eds)], Westview Press, Boulder, 1992

Pierre Kopp. *A Economia da Droga*. Bauru, Edusc, 1998.

Rodrigo Vergara. *Drogas*. São Paulo, Abril, 2003.

Rosa Del Olmo. *Los Discursos sobre la Droga*. La Paz, HISBOL, 1989.

Silvia Rivera Cusicanqui. *Las Fronteras de la Coca*. Epistemologías coloniales y nuevas fronteras de la hoja de coca. La Paz, Waruyiri-UMSA, 2003.

SJMN Dark Alliance. Testimony links U.S. to drugs-guns trade dealers got their own little arsenal. *San Jose Mercury News*, 18 de agosto de 1996 (Gary Webb Ed.).

Tina Rosenberg. The kingdom of cocaine. *New Republic*, 27 de novembro de 1989.

Vivian Urquidí. O movimento *cocalero* na Bolívia. In: Osvaldo Coggiola (org.). *América Latina: Encruzilhadas da História Contemporânea*. São Paulo, Xamã-História USP, 2002.

William Blum. *Killing Hope: U.S. Military and CIA Interventions Since World War II*. Nova York, Common Courage Press, 2000.

William J. Bennett. Restoring autoring authority. *New Perspectives Quarterly* nº 6 (2), Washington, verão de 1989.

William J. Chamblis. *State Organized Crime*. American Society of Criminology Presidential Address, 1988.

Notas

1. “O mascaramento de interesses comerciais e econômicos através do acobertamento ou mistura com motivações idealistas ou religiosas mal pode chamar-se fenômeno novo. Houve guerras para o cristianismo ser imposto aos impérios ateus, guerras que, incidentalmente, abriram novas rotas comerciais ou estabeleceram novos centros de monopólio comercial. Mesmo a Guerra do Ópio, uma estúpida agressão comercial à China, foi apresentada ao público dos Estados Unidos pela *American Board of Commissioners for Foreign Missions* como “não tanto um negócio de ópio ou de ingleses, mas o resultado de um grandioso desígnio da Providência para fazer com que a maldade dos homens subvertesse seus propósitos de caridade para com a China, rompendo suas muralhas de exclusão e trazendo o império para um contato mais imediato com as nações ocidentais cristãs”. John Quincy Adams (presidente dos EUA, NdA), numa conferência sobre a Guerra do Ópio, explicou que a política de comércio chinesa era contrária à lei da natureza e aos princípios cristãos: “A obrigação moral de intercâmbio comercial entre as nações é fundada inteira e exclusivamente no preceito cristão de amar ao próximo como a si mesmo... Mas, não sendo a China um país cristão, seus habitantes não se consideram obrigados ao preceito cristão de amar ao próximo como a si mesmos. . . Esse é um sistema sórdido e anti-social ... O princípio fundamental do império chinês é anticomercial. . . Não admite a obrigação de manter intercâmbio comercial com outros. É tempo de fazer cessar esse enorme ultraje contra os direitos da natureza humana e contra os princípios básicos do direito das nações”. [American Board of Commissioners for Foreign Missions, *329d Annual Report* (1841), conforme citado no livro de Richard W. Van Alstyne. *The Rising American Empire*. Chicago, Quadrangle Books, 1965, p. 171]”. *Apud* Harry Magdoff. *A Era do Imperialismo*. São Paulo, Hucitec, 1978.
2. Mylene Sauloy e Yves Le Bonnac. Blancas palomitas. *Página 12*, Buenos Aires, 20 de dezembro de 1992.
3. *Idem*, 18 de abril de 1993.
4. *La Prensa*, La Paz, 7 de setembro de 1998.
5. Alison Jamieson. Global drug trafficking. *Conflict Studies* nº 234, Reserach Institute for the Study of Conflict and Terrorism, setembro 1990.

6. Alain Delpirou e Alain Labrousse. *Coca Coke*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 183.
7. *Folha de S. Paulo*, 6 de junho de 1993.
8. Tina Rosenberg. The kingdom of cocaine. *New Republic*, 27 de novembro de 1989.
9. Michael S. Gazzaniga. The Federal Drugstore, *National Review* n° 12, Nova York, fevereiro 1990, p. 38.
10. Rosa Del Olmo. *Los Discursos sobre la Droga*. La Paz, HISBOL, 1989, p. 50.
11. Jorge Castañeda. Bring back the Cold War, *Newsweek*, Nova York, 21 de maio de 1990.
12. Asociación Pro-Derechos Humanos del Peru. *La Guerra contra las Drogas*. El nuevo rostro de la contra-insurgencia, Lima, 1990.
13. Paul Andreas e Carl Toungers. America's counter-productive war on drugs. *World Policy Journal*, Washington, verão de 1989.
14. William J. Bennett. Restoring autoring authority. *New Perspectives Quarterly* n° 6 (2), Washington, verão de 1989.
15. Michael J. Dziedzic. The transnational drug trade and regional security. *Survival*, novembro/dezembro de 1989.
16. Major Mark P. Hertling, US Army. Narcoterrorism, the new unconventional war. *Military Review* n° 10, março de 1990.
17. Major Kurt Schmoke. A war for the Surgeon General, not the Attorney General. *New Perspectives Quarterly* n° 6 (2), Washington, verão de 1989.
18. *El País*, Madri, 20 de julho de 2002.
19. Cf. Vivian Urquidi. O movimento cocalero na Bolívia. In: Osvaldo Coggiola (org.). *América Latina: Encruzilhadas da História Contemporânea*. São Paulo, Xamã-História USP, 2002.
20. *Wall Street Journal*, Nova York, 14 de maio de 2003.
21. O negócio começou com o desenvolvimento, pela firma alemã Bayer Farben AG, da heroína como medicamento e como cura para a adição à morfina, depois a invenção da metadona, usada atualmente para tratar a adição à heroína, tudo sob o Terceiro Reich (<http://www.derechos.org/koaga/viii/dionis1.html>).
22. Isto fez parte da batalha entre os nacionalistas e os comunistas de Mao Tse Tung. Os primeiros, apoiados pelos EUA, usaram o grupo de Tu Yueh Sheng (traficantes de ópio baseados em Shangai). Ti Li (brutal primeiro ministro do nacionalista Chiang Kai Shek) combinou a repressão política com o financiamento de atividades ilegais do Estado pelos traficantes de drogas. Trabalhando com os agentes de Chiang estavam os agentes operativos da OSS (Serviço de Inteligência dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial) (ver: http://www.fas.org/irp/congress/1998_cr/980507-l.htm), que aprenderam a “conveniência” de realizar operações de inteligência difíceis de explicar mediante seu financiamento pelo tráfico de drogas, que produziam dinheiro fácil e rápido.
23. Foi importante o papel do Cel. Roger Trinquier (oficial francês da Guerra da Indochina) que desenvolveu uma rede de inteligência baseada no tráfico de heroína para combater a influência dos comunistas vietnamitas em inícios dos anos 50 (www.drug-text.org/library/books/McCoy/book/notes4.htm). O intercâmbio de drogas por informação era prática corrente quando os norte-americanos entraram no Vietnã. A OSS e a CIA já o usavam desde 1954 (www.pir.org/main4/Roger_Trinquier.html).
24. Michael Levine. *A Grande Mentira Branca*. A CIA e o combate ao narcotráfico num relato surpreendente. São Paulo, Best Seller, s.d.p.
25. Cf. Gregorio Selser. *Bolívia: el Cuartelazo de los Cocadólars*. México, Mex-Sur, 1982.
26. Cf. para os dados expostos: Institute for Policy Studies. *A Tangled Web: A History of CIA Complicity in Drug International Trafficking*. Submitted to congressional hearings by John Conyers (D-Mich) in the Intelligence Authorization Act for Fiscal Year 1999 (http://www.fas.org/irp/congress/1998_cr/980507-l.htm).
27. *El País*, Madri, 27 de fevereiro de 2002.
28. *La República*, Montevideu, 30 de agosto de 1989.
29. *Financial Times*, Londres, 24 de agosto de 1989.
30. *Clarín*, Buenos Aires, 10 de setembro de 1989.
31. Antonio Canellas Orellana e J. C. Canelas Zanner. *Bolívia: Coca Cocaína*. La Paz, Los Amigos del Libro, 1983, p. 127. 



Paulo Pinheiro Machado

Lideranças do Contestado

A formação e atuação das chefias caboclas (1912 – 1916)

Editora da Unicamp

Jaci Guilherme Vieira*

Resenhar um livro é sempre perigoso, pois sempre corremos riscos de deixar de fora algo que o autor sustenta que seja importante. Sabendo disso, arrisco-me a divulgar para estudantes, professores e pesquisadoras das áreas de Ciências Sociais, especialmente ligados ao curso de história, como também o público interessado, uma grande contribuição historiográfica. *Lideranças do Contestado: A formação e atuação das chefias caboclas (1912 – 1916)*, publicado pela editora Unicamp. Trabalho de Paulo Pinheiro Machado, professor do departamento de história da Universidade Federal de Santa Catarina.

“Lideranças do Contestado: a formação e atu-

ação das chefias caboclas, obra teoricamente calcada em Thompson, Hobsbawm e Max Weber dedicada-se a analisar um dos movimentos sociais mais sangrentos da história da República Velha (1889-1930); o Contestado. Movimento acusado de ter sua origem em um “bando” de fanáticos, loucos e rebeldes que procuravam restabelecer a Monarquia e o reinado de D. Sebastião em plena República. Além de derrubar esta tese, muito difundida, especialmente pela classe dominante como também por uma historiografia militar, Machado vai à frente, na tentativa de desvendar o surgimento das lideranças desse movimento, demonstrando como se deu o processo sucessório dessas lideranças durante o desenvolvimento do conflito.

Pela primeira vez surge uma inquietação em

saber em qual momento do conflito, homens e mulheres deixaram tudo para traz: casa, família, terra, pequenos negócios, atividades burocráticas e partiram em busca de um novo projeto de vida, de uma sociedade mais justa e igualitária com liberdade.


Machado, pouco se preocupa com o aspecto religioso do conflito, busca reconstruir a partir das fontes primárias até então nunca estudadas e a história oral, as vidas esquecidas de lideranças do movimento do Contestado, que entendiam e praticavam sua Monarquia lutando por um “reinado de paz, prosperidade e justiça aqui na terra”. Este é o caso de Joaquim, Chiquinho Alonso, Maria Rosa e Adeodato, o último líder dos pelados, como se auto denominavam os que lutaram contra as forças dos coronéis catarinenses, as forças do imperialismo norte americano, representada pela empresa, Brazil Railway e a Lumber and Colonization, que destruiu muito mais do que o direito a posse da terra daqueles camponeses, mas, sonhos que estavam em construção. Podemos afirmar isso baseado nas descobertas do autor, que encontrou uma população de tropeiros, sitiantes e posseiros independentes, na passagem do século XIX ao século XX em processo de perda de sua autonomia e crescente submissão diante do poder local, dos coronéis e fazendeiros.

A Brazil Railway, ponta de lança para a desestabilização política e econômica da região. A ela Machado acredita que foi dado um peso exagerado aos trabalhadores dessa empresa no movimento do Contestado em pesquisas anteriores. Até então se acreditava que, ao serem deixados para traz, foram eles os grandes responsáveis pela liderança e o desenrolar do movimento do contestado. Segundo o autor, depois de pesquisar nos arquivos da Rede Ferroviária Federal em Curitiba (ARFFSA) não foi encontrado qualquer vestígio de trabalhadores enviados de outras regiões, especialmente criminosos e vadios que posteriormente tivessem exercido liderança do movimento.

Outra descoberta importante do autor é quanto a cooptação da classe dominante, de lideranças políticas, dos dois estados, que serviram

de lobistas em defesa dos interesses da Brazil Railway. Como exemplo ele cita o Vice-presidente do Paraná, Affonso Camargo, advogado da Lumber and Colonization. O Coronel Henrique Raupp, superintendente Municipal de Campos Novos, inspetor de terras da Brazil Railway. Machado também encontra o jovem advogado lageano Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos em 1916, como representante oficial dos interesses da Lumber junto ao Governo de Santa Catarina. Todo esse lobe fora importante à medida que o estado de Santa Catarina em nenhum momento contesta o direito dado a essa empresa de explorar 15 Km de cada lado da estrada de ferro que ligou São Paulo ao Rio Grande, concedido pelo Governo Federal, pois é do conhecimento que esse direito deveria ser contestado, já que não pertenceria a União essas terras, e sim aos estados de acordo com a Constituição de 1891.

Logicamente não daria aqui para levantarmos todas as conclusões do autor, mas é inegável sua contribuição quanto à questão dos participantes do movimento, retirando definitivamente a idéia do Contestado ser liderado por um bando de fanáticos religiosos. Para o autor o movimento foi composto por negros, índios, caboclos e brancos que reivindicavam o direito a fazer escolhas, a viver dignamente, e que não foram vistos com bons olhos pelo novo regime.

Por fim, quero afirmar que a obra de Paulo Pinheiro Machado é leitura obrigatória para aqueles que se interessam pelos desdobramentos dos movimentos sociais no Brasil. Contestado, Caldeirão e Canudos, para lembrar os mais conhecidos. Contestado é exemplo de como a população ficou a mercê de interesses das classes dominantes e resistiu, resistiu e lutou pelo direito de viver com dignidade, pelo direito de fazer suas escolhas, pelo direito a vida, como hoje ainda fazem os sem terra, os sem teto, os sem universidade, finalmente mais não o último, a população indígena que não consegue depois de V séculos de exploração  suas terras demarcadas e homologadas.

*Jaci Guilherme Vieira, Departamento de História da Uni-